

UNIVERSIDADE e SOCIEDADE 53

Ano XXIII - Nº 53 - fevereiro de 2014

Revista publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN

Brasília

Semestral

Dimensões da luta: vozes da rua e as reflexões da universidade

- 6 Educação, processos de consciência** e as Jornadas de Junho
Giovanni Frizzo
- 16 Tempos de resistência, marcas da barbárie:**
levante dos corpos que ocupam o espaço público
David Moreno Montenegro
- 30 As manifestações e a ordem pública** numa era de violência
Hélio Alexandre Mariano e Denny William da Silva

Educação e trabalho docente

- 38 O retrato do ensino superior** na instância editorial da Folha de S. Paulo
Michel Carvalho da Silva
- 48 A precarização do trabalho docente como necessidade do capital:**
um estudo sobre o REUNI na UFRGS
Shin Pinto Nishimura
- 60 A universidade pública brasileira** cresce para menos
Elisabeth Orletti
- 74 A “concessão” governamental de autonomia e financiamento**
nas universidades estaduais do Paraná
Luiz Fernando Reis
- 88 A assistência estudantil consentida**
na contrarreforma universitária dos anos 2000
Clara Martins do Nascimento

Resenha

- 104 Um genocídio, um etnocídio e um memoricídio**
praticados contra os povos latino-americanos
Waldir José Rampinelli

Palavra de poeta

- 108 Um salto para** o encantamento
Ana Cristina Cesar

Atualidade em foco

- 112 Vozes** das ruas
José Carneiro

Olhar transversal

- 121 Bira Dantas**

UNIVERSIDADE e SOCIEDADE ■

- Publicação semestral do ANDES-SN:
Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
- Os artigos assinados são de total responsabilidade de seus autores.
- Todo o material escrito pode ser reproduzido para atividades sem fins lucrativos,
mediante citação da fonte.

CONTRIBUIÇÕES para publicação na próxima edição, ver página 107.

Conselho Editorial

Antônio Candido, Antônio Ponciano Bezerra, Carlos Eduardo Malhado Baldijão, Ciro Teixeira Correia, Décio Garcia Munhoz, Luiz Henrique Schuch, Luiz Carlos Gonçalves Lucas, Luiz Pinguelli Rosa, Márcio Antônio de Oliveira, Maria Cristina de Moraes, Maria José Feres Ribeiro, Marina Barbosa Pinto, Newton Lima Neto, Osvaldo de Oliveira Maciel (*in memoriam*), Paulo Marcos Borges Rizzo, Renato de Oliveira, Roberto Leher e Sadi Dal Rosso

Encargatura de Imprensa e Divulgação Luiz Henrique Schuch

Coordenação GTCA

Cintia Xavier, João Francisco Ricardo Kastner Negrão, José Queiroz Carneiro, Luiz Henrique Schuch e Rondon Martin Souza de Castro

Editoria Executiva deste Número

Ana Maria Ramos Estevão, José Queiroz Carneiro e Rondon Martin Souza de Castro

Pareceristas Ad Hoc

Antônio de Pádua Bosi (UNIOESTE), Gilberto de Souza Marques (UFPA), Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa (UFF) e João Francisco Ricardo Kastner Negrão (UFPR)

Revisão Metodológica e Produção Editorial Iara Yamamoto

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração

Espaço Donas Marcianas Arte e Comunicação - Gabi Caspary - donasmarcianas@gmail.com

Ilustrações e Capa Gabi Caspary e Pádua Pires

Revisão Gramatical Gigi Silva

Tiragem 5.000 exemplares

Impressão Editora Teatral

Expedição

ANDES-SN/ESCRITÓRIO REGIONAL SÃO PAULO
Rua Amália de Noronha, 308 | Pinheiros | SÃO PAULO - SP | CEP 05410-010
Tel.: (11) 3061-3442 | Tel./Fax: (11) 3061-0940
E-mail: andesregsp@uol.com.br

www.andes.org.br

Universidade e Sociedade / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Ano I, nº 1 (fev. 1991)
Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Semestral ISSN 1517 - 1779

2014 - Ano XXIII Nº 53

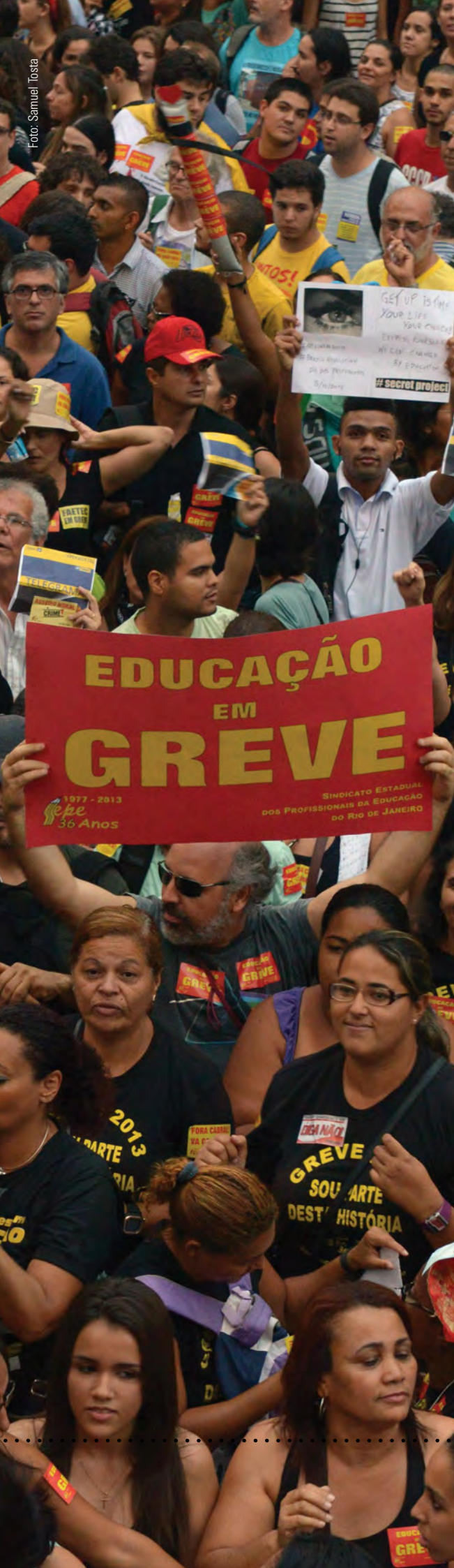
1. Ensino Superior - Periódicos. 2. Política da Educação - Periódicos. 3. Ensino Público - Periódicos.
I. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior CDU 378 (05)

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: Direito de todos, dever do Estado.

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN
Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco C
CEP 70302-914 - Brasília - DF - Tel.: (61) 3962-8400 / Fax: (61) 3224-9716
e-mail: secretaria@andes.org.br

A vida é o sangue das ruas. Não há cidade, povoado, aldeia que não reflita em suas ruas o desejo de seu povo, de seus moradores. Vazias, nos dizem que há algo errado. Se cheias, a multidão se contrapõe ao silêncio que nos é imposto. Como um rio, as pessoas marcham... E não há obstáculo que impeça que novos caminhos sejam abertos ou que, pela opressão das margens - como disse o poeta -, reproduzam em violência a resposta aos poderosos. Não se para o rio, não se para a vida que depende do sangue que corre pelas veias das cidades. Não se sabe o que desencadeia os protestos, manifestações que ciclicamente enchem nossas ruas, mas podemos contar com esse processo. O ano que passou, o décimo terceiro deste século XXI, foi marcado pelas multidões nas ruas, pela violência e pelos gritos. Adaptamos nossos horários, contando com a invasão de anônimos mascarados que decidiram - por que razões sejam - enfrentar o estado das coisas. Não estão boas? Ao que parece, as ruas afirmam que não. Não só nos disseram isso, como tiveram a coragem de enfrentar as intempéries da repressão e de um governo que - com grande popularidade - não conseguia dar respostas, não conseguia sequer esconder os problemas sob o manto do consumismo e do neoliberalismo. E esta explosão social marcou a história recente, recuou e, por vontade própria, se retirou. Mas voltará, porque assim são as ruas: caladas são a paz dos cemitérios; cheias, é a vida que procura recuperar o que há de melhor para o homem - a sua dignidade.

Os artigos desta edição nos chegam de todo o país, com as mais diversas visões, suspeitas e constatações... Podem estar corretas ou não; não importa. Valem por serem o olhar de docentes que levam para a universidade o que viram nas ruas. E, quiçá, contribua para que a vida encha as ruas novamente.



Educação, processos de consciência e as Jornadas de Junho

Giovanni Frizzo

Professor da Escola Superior de Educação Física -
Universidade Federal de Pelotas - ESEF/UFPEL
E-mail: gfrizzo2@gmail.com

Resumo: O presente texto busca debater a questão dos processos de consciência da classe trabalhadora cujos movimentos da consciência da alienação à classe para si dialogam com a atual conjuntura de manifestações populares e sindicais no bojo do período de apassivamento e cooptação produzidos pelos governos do PT sob o viés da Estratégia Democrático Popular, que levou a cabo o atrelamento do discurso progressista à ordem burguesa. Trata também de analisar alguns aspectos das Jornadas de Junho relativos aos processos de consciência e finaliza apontando a necessidade de um projeto de educação para a classe trabalhadora, por dentro e por fora da ordem.

Palavras-chave: Educação. Consciência de Classe. Apassivamento. Precariado.

Introdução

Em uma visita a Barcelona no ano de 2011, enquanto milhares de jovens e trabalhadores ocupavam a Praça Catalunha com os Indignados, Eduardo Galeano disse em uma entrevista: “existe outro mundo na barriga deste, esperando, que é um mundo diferente e de parto complicado, não é fácil que nasça. Mas, com certeza, nesse mundo em que estamos, pulsa um mundo que ‘pode ser’ no mundo que ‘é’”. Tais palavras poderiam ter se dissipado como apenas mais uma frase pontual para um breve momento,

porém, pelo menos nos últimos dois anos, estamos vivenciando uma intensa agenda política de mobilizações populares e sindicais que dotam de sentido concreto aquilo que Galeano diz. Especialmente no Brasil, quando observamos que no ano de 2012, segundo o DIEESE (2013), foi registrado o maior número de greves desde 1997, totalizando 873 greves deflagradas. Isso corresponde a aproximadamente 87 mil horas paradas (tempo superior a todos os anos desde 1990), com destaque para a maior greve dos



servidores públicos federais, que pararam suas atividades em torno de uma larga pauta de reivindicações. Em 2013, ganharam visibilidade as mobilizações populares iniciadas desde o começo do ano, que tiveram seu auge no mês de junho, conhecidas como as Jornadas de Junho.

Estas últimas têm sido tema de diversas análises que buscam compreender a origem e o rumo que estes movimentos seguirão. Aqui nos cabe uma tarefa particular nessa análise: identificar e compreender determinações da explosão de massas nos últimos dois anos no Brasil que nos permitam projetar possibilidades de avançar na luta política e na consciência de classe, especialmente no papel que a educação tem (ou pode ter) nesse processo.

A relação entre as condições objetivas e subjetivas para o avanço da luta política e que conduzem a insurreições populares - motivadas por rebeldia ou revolução - ao ser analisada sob o prisma do perí-

odo de apassivamento da classe trabalhadora, impulsionado na ascensão do PT ao governo federal, nos permite compreender aquilo que Marx (2008, p. 210-211) afirmara sobre as revoluções burguesas do século XIX na Europa: que “a revolução social do século 19 não pode tirar sua poesia do passado, mas apenas do futuro [...]. Ali, a frase ultrapassava o conteúdo; aqui, o conteúdo ultrapassa a frase”. Explicando em pormenores, a Estratégia Democrático Popular (EDP), que levou o PT ao governo, buscou “resolver” os problemas das tarefas democráticas em atraso para o pleno desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ao mesmo tempo em que explicitou contradições fundamentais para a maioria da população: a classe trabalhadora.

Observemos que estas questões democráticas em atraso não são relacionadas, necessariamente, à participação política, mas sim à ampliação de condições materiais de existência, como acesso à moradia, edu-

cação e mercadorias, dentre outros aspectos da sociabilidade do capital. Assim, experimenta-se com a EDP uma nova etapa da revolução passiva (nos termos de Gramsci), de cima para baixo, do capital para o trabalho. Por dentro do próprio reordenamento do Estado, a burguesia se consolidou imbricada a esta estratégia que possibilitou o pleno desenvolvimento do capitalismo no Brasil, cujos graus de concentração e de centralização do capital atingem patamares completamente desenvolvidos.

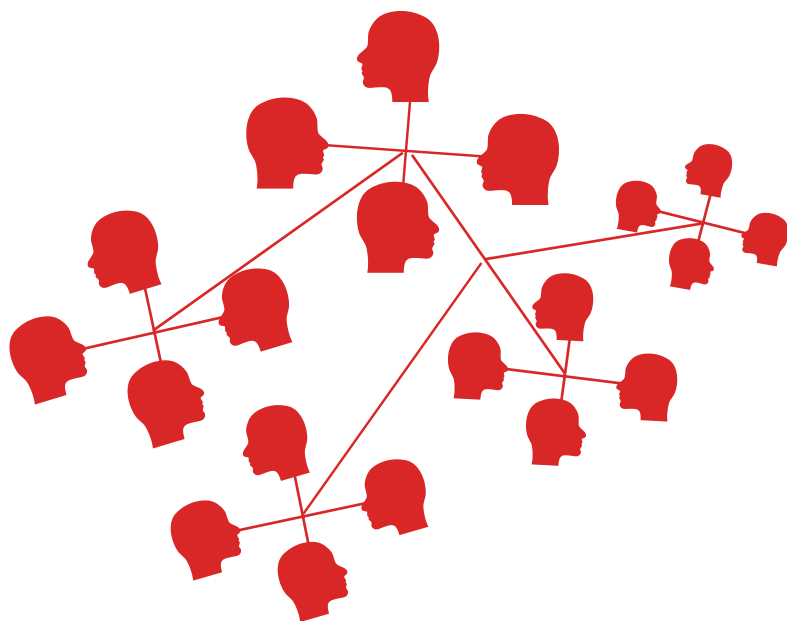
Este desenvolvimento a partir da democracia de cooptação (FERNANDES, 2006) e da pactuação de classes como projeto de “modernização” traz junto de si uma série de contradições que colocaram em xeque a perspectiva democrática e popular como alternativa ao sistema do capital. O descontentamento generalizado da população se choca com o discurso oficial de que “tudo está indo bem”, pois as formas paliativas de solução de alguns problemas não os resolvem por completo, até porque, para isso, seria necessário uma modificação radical na estrutura social e demandaria para os adeptos da EDP uma tarefa a qual não se propõem. Senão vejamos: se havia problemas de distribuição da riqueza social, a EDP no governo “resolve” com o assistencialismo das bolsas, onde o Programa Bolsa Família é sua maior expressão; se havia problemas de desemprego, a EDP “resolve” com a reestruturação produtiva que inclui a intensificação da precarização do trabalho com ataques cada vez mais contundentes aos direitos trabalhistas

e a extração de mais-valia relativa e absoluta na forma da flexibilização e produtividade do trabalho; se havia problemas de acesso à moradia, a EDP “resolve” com a criação de programas de crédito - como o Programa Minha Casa, Minha Vida - que ampliam o endividamento dos trabalhadores e perspectiva-se a instalação da “bolha imobiliária” nos centros urbanos, dada a volatilidade da especulação imobiliária (já experimentada em diversos países); se havia problemas de acesso ao consumo, os programas de crédito e os incentivos fiscais com a isenção de impostos para as empresas aumentam a malha consumidora; se havia problemas de acesso à educação, financiam-se vagas com verbas públicas nas instituições privadas através do PROUNI e FIES ou mesmo por meio da precarização da universidade pública, através do REUNI, cujas precárias condições prejudicam a permanência; dentre outros tantos exemplos que poderíamos levantar neste sentido.

O simples ato de pegar um ônibus lotado, com tarifas aumentadas anualmente, expõe as contradições do atrelamento do desenvolvimento capitalista a condições destrutivas da existência. Daí que a afirmação de Marx exposta anteriormente nos permite pensar que a poesia da classe trabalhadora deve ser buscada no futuro, pois se antes a frase petista ultrapassou o conteúdo, agora, o conteúdo ultrapassa a frase.

No bojo do desenvolvimento destas condições objetivas para a insurreição popular, o papel dirigente do PT de apassivamento da classe e cooptação dos movimentos sociais e sindicatos contribuiu para repressar o avanço das condições subjetivas da classe trabalhadora, ou seja, de sua consciência de classe. Porém, este represamento não pode se legitimar como força acima das próprias condições objetivas por longo tempo, pois “a consciência só pode se originar e se desenvolver como expressão de relações que constituem o fundamento da sociabilidade humana, isto é, ela não é uma força que se impõe ao humano como a Ideia Hegeliana ou sua expressão no Espírito Objetivo ou no Espírito Absoluto” (IASI, 2011, p. 124-125).

O papel dirigente do PT, canalizando as forças progressistas que levaram a cabo diversas mudanças na infraestrutura brasileira nos anos 1980, se modificou a partir do momento em que a luta política



foi direcionada para a institucionalidade burguesa, em que as disputas eleitorais tornaram-se a linha de atuação prioritária para este setor que almejava desenvolver as forças produtivas burguesas como uma etapa para a construção do socialismo, tal qual preconizava o PT na sua criação. Porém, a EDP, como eixo programático, apresenta limites históricos como alternativa ao sistema do capital. Senão pelo contrário, vem adequando-se cada dia mais à ordem, como uma adaptação pragmática às “regras do jogo”, podendo ser possível demarcar esta guinada desde o I Congresso do PT de 1990, no qual ficava ainda mais difícil, após este momento, caracterizá-lo como um partido que poderia chocar-se com os interesses do capital e apontar para um projeto socialista tal qual preconizava na sua criação.

As Jornadas de Junho e a consciência de classe

Todo este processo contribuiu sobremaneira para barrar o avanço da consciência de classe, porém, isso explica em parte a questão da consciência. Pois esta vai explicitar uma profunda contradição com a vida real concreta, dotada de injustiça, exploração e problemas cotidianos que esboçam uma certa compreensão diferenciada acerca do discurso oficial de que “tudo está indo bem”. Essa insatisfação vai se canalizando e tornando-se coletiva na medida em que os trabalhadores e a juventude se encontram em situações comuns. Isto é, se antes a sociabilidade do capital colocava na concorrência entre trabalhadores o maior peso das disputas interclasse, em determinado momento em que esta concorrência já não responde mais aos interesses comuns da classe, esta se encontra em situações de luta comuns. Já não ecoa com tanta força a ideia de que o esforço individual, a busca por oportunidades, a empregabilidade, as competências e tantas outras pautas individualistas do modo de vida burguês podem resolver os problemas de cada um, pois a imediatividade do cotidiano é pedagógica, ainda que de forma aparente. Daí a necessidade de buscar explicações coerentes e aprofundadas que coloquem a consciência em movimento, pois isso não é encontrado no cotidiano, por mais contraditório que seja.

Estaríamos superdimensionando a dinâmica da conjuntura, nesse momento, se acreditássemos que as Jornadas de Junho representaram definitivamente um salto de consciência da classe trabalhadora para uma consciência de classe para si. Porém, não podemos desprezar o fato de que um estopim como o aumento das passagens de ônibus ou as remoções de comunidades urbanas e indígenas para as obras dos megaeventos esportivos possibilitaram que a classe se encontrasse enquanto classe, ao menos em suas demandas imediatas, em seus interesses comuns, como classe em si. São expressões disso o fato da construção do Espaço de Unidade de Ação, um fórum que reúne entidades sindicais e movimentos sociais de diversos setores, ocorrida ainda durante a greve dos servidores públicos federais no ano de 2012, que tem conseguido manter ações em uma agenda de paralisações, greves e manifestações; ou mesmo a constituição de diversas frentes de luta pelo transporte público (sendo que alguns destes fóruns já se articulavam, porém impulsionaram boa parte das Jornadas).

Nos limites de uma classe da ordem do capital, classe em si, é preciso compreendê-la para buscar avanços necessários para colocar em movimento a consciência potencialmente revolucionária, classe para si, pois

Essas manifestações são expressões do ser da classe trabalhadora, ou seja, a classe trabalhadora é ao mesmo tempo uma classe da ordem do capital e por isso expressa na sua consciência os elementos do amoldamento, e exatamente por ser uma classe da ordem do capital pode entrar em choque com esta, almejando ir além dela, e quando o faz, expressa uma consciência que pode chegar a uma consciência de classe (IASI, 2011, p. 126).

Para a realização deste salto de consciência, movimento que coloque em curso o choque com o sistema do capital, a educação da classe é uma necessidade a ser demandada para as organizações representativas desta própria classe. Este projeto de educação - política, científica e filosófica - só pode ser exitoso se enfrentar o período de apassivamento, inserindo-se na luta cotidiana e desenvolvendo a teoria revolucionária, não como projeto de catequização, mas como

forma de buscar explicações coerentes para organizar a ação política, para dar um sentido de enfrentamento à ordem do capital, para articular mediações da luta cotidiana e as reivindicações específicas no bojo da totalidade da luta de classes.

Duas questões bastante singulares são importantes de serem compreendidas para sustentar essa necessidade: primeiro, ao analisarmos o perfil dos ativistas das Jornadas de Junho, verifica-se que foi hegemonicamente constituído pela juventude (entre 16 e 30 anos) que não vivenciou as lutas da década de 1980, que representaram um importante período de avanço da consciência; além disso, são jovens que tiveram sua formação por dentro de um sistema de ensino (da Educação Básica ao Ensino Superior) completamente direcionado sob a tutela do neoliberalismo, da pedagogia das competências, da teoria do capital humano e do esfacelamento do conhecimento científico sob as perspectivas pós-modernas. Por dentro de um sistema educativo precarizado em condições de acesso e permanência, mascarado pelo discurso da formação profissional como promessa para a felicidade de inserção no mercado de trabalho e pela exacerbação da individualidade competitiva como forma natural de sociabilidade. Vivenciaram as

Também é preciso entender que simplesmente a difusão de informações não necessariamente cria condições para a ação política ou mesmo para ampliar o grau de conhecimento da realidade, porém, são espectros importantes, que podem colocar em movimento a consciência.

ideias dominantes da classe dominante durante sua formação escolar. Mas uma diferença considerável é que, neste mesmo período de formação escolar, a juventude se forma por dentro de uma ordem social de apassivamento e cooptação que também conforma valores e hábitos que vão resultar em posturas anti-páticas a qualquer luta política.

Uma segunda questão importante diz respeito ao tão propalado papel das redes sociais nas mobilizações. Com todas as ressalvas de que os meios virtuais não podem ser considerados como formas de orga-

nização e luta, há um elemento no qual o mundo virtual contribui para o ativismo: trata-se do acesso a informações que não são peneiradas pela mídia hegemônica controlada por algumas poucas famílias e pelas agências de notícias internacionais. Imagine aquele jovem à frente do seu computador, acessando notícias de diferentes fontes sobre os debates de todo o mundo, interagindo com as divergentes posições sobre os conflitos nos países árabes, sobre a crise econômica na Europa, sobre os dados da distribuição da riqueza no Brasil, sobre a diferença do restrito investimento do PIB para a educação e saúde em detrimento do ampliado investimento no pagamento da dívida pública, no agronegócio e para o sistema financeiro. Essas informações são acessadas e permitem que se amplie o conhecimento acerca de fenômenos que passam ao largo da mídia burguesa hegemônica. Essa simples constatação permite que algum nível de inconformidade coloque em movimento o pensamento das pessoas, que vão estabelecendo relações com seus problemas cotidianos, gerando um certo descompasso entre aquilo que vivenciam e o conjunto das ideias dominantes no qual foram introjetadas durante sua vida.

Essas duas questões nos dão pistas para compreender, por contradições, as motivações para as Jornadas de Junho no que dizem respeito à consciência, pois se a forma educativa hegemônica (aqui pontuamos o sistema de ensino e o acesso à informação) condicionasse a ação concreta de forma linear, não seria possível pensar que milhares de pessoas tomassem as ruas para demonstrar sua indignação. Também é preciso entender que simplesmente a difusão de informações não necessariamente cria condições para a ação política ou mesmo para ampliar o grau de conhecimento da realidade, porém, são espectros importantes, que podem colocar em movimento a consciência. Não foi por acaso que Marx, após ser impedido de tornar-se professor nas universidades alemãs (por suas ideias serem consideradas “perigosas” ao governo de Frederico Guilherme IV), buscou criar jornais e revistas políticas nas cidades onde foi obrigado a viver em virtude dos exílios a que fora submetido. Seu trabalho junto à Gazeta Renana, Anais Franco-Alemães, Nova Gazeta Renana e outros jornais com os quais contribuía com seus textos

tinha a intenção de socializar o conhecimento acerca da realidade que se chocava com os interesses dominantes da época, destoava do “discurso oficial”, tinha um sentido de difusão do socialismo, da filosofia e da crítica à economia política para que os trabalhadores pudessem alcançar um nível superior de abstração da realidade, o que poderia permitir um salto na consciência e na organização da classe trabalhadora.

Tamanha era a importância desse trabalho que praticamente todas as iniciativas de criação ou edição de periódicos por Marx foram combatidas pelo governo prussiano, que intervinha para fechar os jornais. Marx concebia que este veículo era um instrumento fundamental de propaganda teórica e política para a educação da classe trabalhadora e que sua distribuição junto ao proletariado se constituiria em importante forma de mobilização, cujas condições objetivas já expressavam certo grau de contradição com o conjunto de ideias produzidas pelas relações sociais de produção capitalistas.

Essa necessidade de difusão do conhecimento e de educação da classe trabalhadora desafia as ideias dominantes e tem o intuito de colocar em movimento a consciência. Visto que a primeira expressão de consciência do proletariado é a consciência burguesa, cujo resultado é o amoldamento à ordem do capital. Nos termos de Marx e Engels (2009, p. 67): “As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante”. Os trabalhadores não vivem outras relações sociais que não a sociabilidade do capital, portanto, não se espera que a primeira forma de compreensão do mundo se materialize diferentemente destes pressupostos. Não pode ser motivo de espanto que a forma imediata da consciência dos trabalhadores se expresse da mesma forma que a consciência burguesa. No debate realizado com Proudhon sobre a questão das greves e das lutas políticas e econômicas dos sindicatos, Marx (2009, p. 190) afirmou que

[...] as condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas

ainda não o é para si mesma. Na luta [...] essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defendem se tornam interesses de classe.

Dessa citação decorre um passo necessário de ser compreendido sobre a consciência: de que esta só pode ser definida a partir de seu processo, de seu movimento. Isto é, a constituição da classe como classe para si é um processo político determinado pela dinâmica da própria luta de classes. Ao mesmo tempo em que há uma tendência à conformação da classe com aquilo que consegue produzir em cada momento histórico, também há uma tendência oposta definida a partir de um programa estratégico que gera uma inconformidade com o amoldamento e o apassivamento à ordem existente. Somente quando esta última tendência consegue se inserir nas lutas de massas e, através de mediações, introjetar um conjunto de elementos teóricos que expressem a contradição no campo das vivências das relações sociais de produção, explicita-se uma contradição que se choca com o valor das ideias anteriormente percebidas em relação à vivência destas mesmas relações.

Nesta contradição entre os valores assumidos anteriormente no plano ideal e a vivência das relações

Essa necessidade de difusão do conhecimento e de educação da classe trabalhadora desafia as ideias dominantes e tem o intuito de colocar em movimento a consciência.

sociais surge um segundo momento do processo de consciência que emerge na medida em que estas contradições se encontram em lugares comuns, ou seja, no conjunto de determinadas situações em que há uma identidade com outras pessoas que partilham da mesma contradição, onde “em certas circunstâncias pode ver em outras pessoas sua própria contradição. Esse também é um mecanismo da primeira forma, mas aqui a identidade com o outro produz um salto de qualidade” (IASI, 2007, p. 29).

Em assembleias, manifestações, atos e outras formas de ação coletiva, essa consciência adquire um momento importante de encontro, de organização

e de luta. Projetam-se possibilidades para além do amoldamento ou da conformidade à sociabilidade do capital, atreve-se inclusive a pensar possibilidades de superação das contradições imediatas, coisa que anteriormente não se concebia, “questiona-se o caráter natural dessas relações e, portanto, de sua inevitabilidade. A ação dirige-se, então, à mobilização dos esforços do grupo no sentido da reivindicação, da exigência para que se mude a manifestação da injustiça” (IASI, 2007, p. 29).

Essa consciência em nível de reivindicação, ainda que de forma contraditória, permanece por dentro da ordem. Em que pese a projeção de possibilidades, a superação se dá no sentido das demandas imediatas e específicas, sejam decorrentes das lutas econômicas (como a luta sindical), das lutas contra as opressões ou contra as injustiças sociais de diversos matizes; a crítica que origina a reivindicação ainda permanece colada àquilo que é criticado, cujas demandas imediatas ainda se “resolvem” por dentro da ordem. A constituição dessa coletividade que se identifica em torno de pautas específicas, por vezes descoladas da totalidade das relações sociais, em parte se explica pelo fato de que não é no cotidiano que se encontra

essa totalidade, não é na solução das demandas individuais que se alcança a solução para a classe.

Em determinados momentos, inclusive, a própria classe em luta se depara com circunstâncias divergentes entre si, dado o nível caótico do movimento da consciência. Algumas palavras de ordem bradadas durante as Jornadas de Junho ilustram essa questão, como as manifestações contra os partidos políticos (mesmo contra aqueles que se chocam com o sistema do capital), contra a corrupção, em defesa da volta dos militares ao poder etc., são exemplos de que há uma canalização da indignação com as condições objetivas para reivindicações que, supostamente, podem superar os problemas objetivos. Porém, o que acontece aí é que o processo de consciência ainda encontra-se em um todo caótico em que, ao não conseguir projetar a solução de suas reivindicações para além da imediatez, acaba por se chocar contra a própria classe e não contra a ordem do capital. Ainda encharcadas pelo individualismo concorrencial burguês, vislumbram no grupo uma possibilidade corporativista de garantir seus interesses como se estes fossem universais. Acontece que, nestas pautas, o sistema do capital escapa ileso; aliás, pode ainda se



fortalecer quando, por exemplo, determinado setor da classe assume para si a tarefa dos “cinco pactos” propostos pela presidente Dilma/PT durante as Jornadas de Junho.

Diferentes destas palavras de ordem, as pautas contra o aumento do preço da passagem, as remoções oriundas das obras dos megaeventos esportivos, a precarização da educação e saúde públicas, dentre outras, expressaram movimentos da consciência que superam a alienação da primeira forma, mas ainda com traços desta no limite de projetar suas lutas para além da reivindicação imediata. Não se trata de desqualificar a importância destas manifestações, senão pelo contrário, de identificar seus limites de consciência “em si” para avançar a uma consciência de classe “para si”.

Este movimento da consciência não é linear ou evolutivo; é em espiral, avança por recuos (IASI, 2011). Significa dizer que este último salto de consciência, além de ser produzido em ações coletivas de luta, também necessita de mediações que articulem a demanda imediata e objetiva à totalidade de relações sociais. Essa compreensão da totalidade não se encontra no cotidiano, mas por mediações que expressem os limites da própria reivindicação inicial, a própria constituição do grupo em torno de uma demanda particular. A classe deve assumir para si a negação da reivindicação, mas sem abrir mão dela, isto é, um duplo processo de negação: “num primeiro momento, o proletariado nega o capitalismo, assumindo sua posição de classe, para depois negar-se a si próprio enquanto classe, assumindo a luta de toda a sociedade por sua emancipação contra o capital” (IASI, 2007, p. 32). A luta coletiva e as mediações com a totalidade são fundamentais para esse processo de avanço da consciência de classe, neste sentido que a educação pode vir a cumprir um papel importante, tanto na luta por suas reivindicações imediatas como também na elaboração teórica que permita a compreensão da totalidade como síntese de múltiplas determinações.

Nesse espectro, a luta cotidiana dos trabalhadores da educação é didática para compreender a dinâmica da luta de classes no Brasil atualmente. Se, no ano de 2012, a greve dos professores e técnicos administrativos das IFES impulsionou outras categorias a cons-

truir uma das maiores greves dos servidores públicos federais, no segundo semestre de 2013, vemos que outras categorias de trabalhadores da educação estão enfrentando a contradição da luta de classe. Além de verem seus planos de carreira completamente atacados (como no caso dos professores do Rio de Janeiro), os trabalhadores em educação que lutam por melhores condições de trabalho e aumento salarial (como em Mato Grosso do Sul e Goiânia) e pelo piso salarial do magistério (como é o caso dos professores estaduais do Rio Grande do Sul) também estão recebendo como resposta dos respectivos governos uma forte e violenta repressão policial, resultando, inclusive, na detenção e prisão de professores e professoras, especialmente no Rio de Janeiro (governos Paes e Cabral/PMDB) e no Rio Grande do Sul (governo Tarso Genro/PT).

Ao perceber que a violência das forças policiais não mais se “justifica” contra o suposto vandalismo propalado nas Jornadas de Junho, amplia-se a compreensão coletiva de que a violência é operada contra quem luta. Abre-se aí uma perspectiva de entendimento de que a violência dos governos representa determinados interesses de Estado, que não está acima das classes, antes pelo contrário, o Estado burguês é a

Este movimento da consciência não é linear ou evolutivo; é em espiral, avança por recuos (IASI, 2011). Significa dizer que este último salto de consciência, além de ser produzido em ações coletivas de luta, também necessita de mediações que articulem a demanda imediata e objetiva à totalidade de relações sociais.

classe dominante exercendo seu poder. Nesta relação, o papel do Estado e os interesses do capital se transformam em uma coisa só, garantindo seus interesses inclusive através da repressão da força policial.

Aqui, a luta concreta permite um salto de consciência cujo movimento se insere na batalha das ideias. Sendo que, se as ideias dominantes são expressão das relações sociais de dominação, a superação delas pressupõe a superação dessas mesmas relações, portanto, uma revolução. Decorrente desta afirmação anterior, poderia se pensar que a única via de avanço

da consciência seja esta ação prática revolucionária capaz de modificar a base material e as relações sociais de produção, o que ocasionaria uma modificação nas ideias dominantes, que seriam expressão das novas relações sociais estabelecidas, completando-se aí um ciclo linear, evolutivo, determinista e antidualético. Nesta perspectiva, a educação nada teria a cumprir a não ser esperar pela superação do capital e daí sim reproduzir as novas relações sociais de produção. E, ainda, poder-se-ia concluir que a consciência de classe não é necessária para fazer a revolução, pois esta seria somente reflexo das relações sociais.

Ocorre que há um equívoco nessa perspectiva: acreditar que há um processo linear de destruição das relações burguesas de produção a partir da negação das condições objetivas do sistema do capital, cujas condições subjetivas da consciência de classe nada teriam a contribuir a não ser esperar pelo processo revolucionário e depois reproduzir o novo conjunto de ideias dominantes.

Ao falarmos em educação, também não podemos incorrer no idealismo de pensar que somente o acesso às instituições de ensino garantirá uma formação suficiente para a transformação social, senão pelo contrário, o acesso ao conhecimento ou à instituição escolar não é suficiente para a ação política; é preciso criar mediações políticas e educativas na forma de um projeto de educação para a classe, por dentro da ordem e também por fora.

Afirmamos anteriormente que a consciência de classe é movida por mediações, recua e avança de acordo com processos concretos de mobilização das lutas da classe. Recua quando os instrumentos de organização da classe capitulam perante o reordenamento do capital de discurso progressista, como vivenciamos com os governos petistas da última década de apassivamento e cooptação. Avança quando milhares de pessoas saem às ruas para fazer reivindicações que se chocam com os interesses do capital e contra o mesmo governo que já não consegue dar respostas às necessidades objetivas da população, pois estas não serão encontradas por dentro da ordem. Só podem ser encontradas em uma outra forma de sociabilidade, em uma outra forma de produzir e reproduzir a

vida, em um outro projeto de sociedade. Projeto este que vislumbra o futuro, que encontra na possibilidade que virá a necessidade de agir no presente, configurando-se uma prévia ideação na consciência moldada na batalha das ideias e na batalha das ruas.

O Encontro Nacional de Educação e a consciência de classe

Não se trata aqui de pensar de forma determinista a educação para o avanço da consciência de classe, mas de uma “determinação determinante”, um duplo processo de transformação da realidade e da consciência, que se dá por diversos processos, às vezes disperso, às vezes articulado. Também não se pode cair na armadilha do fatalismo de que somente se faz a revolução lutando contra a base econômica capitalista, pois a luta de classes é, sobretudo, uma luta política (MARX, 2009). Há que se ter em conta que as lutas por melhores condições objetivas dos trabalhadores em educação não se separam da necessidade de negar estas mesmas condições como alternativa ao sistema do capital. Isto é, ainda que as reivindicações imediatas sejam por condições de trabalho, aumento salarial, democracia, maior financiamento ou outros arranjos curriculares, estas são insuficientes no que diz respeito à transformação da sociedade, porém, são necessárias no que diz respeito aos processos de consciência e à garantia de melhores condições objetivas de existência. Nas palavras de Marx (2009, p. 191), “de todos os instrumentos de produção, o maior poder produtivo é a classe revolucionária mesma. A organização dos elementos revolucionários como classe supõe a existência de todas as forças produtivas que poderiam se engendrar no seio da sociedade antiga”.

Ao falarmos em educação, também não podemos incorrer no idealismo de pensar que somente o acesso às instituições de ensino garantirá uma formação suficiente para a transformação social, senão pelo contrário, o acesso ao conhecimento ou à instituição escolar não é suficiente para a ação política; é preciso criar mediações políticas e educativas na forma de um projeto de educação para a classe, por dentro da ordem e também por fora. Ou seja, há de se travar as disputas por dentro da “educação formal” (onde

as lutas pela democracia, autonomia, maior financiamento, condições de trabalho e arranjos curriculares são necessárias) e criar instrumentos formativos por dentro das organizações da classe trabalhadora que possibilitem mediações das lutas e reivindicações imediatas com a totalidade das relações sociais, portanto, por fora da ordem.

O Encontro Nacional de Educação é um importante indicativo destes novos tempos. Ao não compactuar com a tática do governo de referendar sua política de ataque à educação pública através da CONAE, o ANDES-SN apresenta uma alternativa de construção de um projeto de educação que se consolide por dentro das organizações da classe trabalhadora. Esta iniciativa pode elevar o patamar de

compreensão da totalidade ao mesmo tempo em que produza uma agenda de reivindicações por dentro da ordem e para além dela. Isto é, não basta que se chegue ao final deste momento de mobilização da classe e ratificar as palavras de ordem da educação pública, gratuita e de qualidade, defendendo maior financiamento público, autonomia e democracia; é preciso ainda mais: é preciso ousar, que se perspetive um projeto de educação da classe também por fora da institucionalidade e do sistema de ensino, que se construam instrumentos formativos próprios da classe, que a compreensão marxista seja consolidada como perspectiva de enfrentamento ao sistema do capital, projetando outro futuro. Para pulsar no mundo que “é” um mundo que “pode ser”. **US**

DIEESE. **Estudos e pesquisas**: balanço das greves em 2012. São Paulo: n. 66, maio 2013.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Educação, Consciência de Classe e Estratégia Revolucionária. Brasília, **Universidade e Sociedade**, ano XXI, n. 48, julho de 2011, p. 122-130.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. In: MARX, Karl. **A revolução antes da revolução II**. Coleção Assim Lutam os Povos. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

referências

Tempos de resistência, marcas da barbárie: levante dos corpos que ocupam o espaço público

David Moreno Montenegro

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE

E-mail: davidmmontenegro@hotmail.com

Os elementos do estado final não estão presentes como tendência amorfa do progresso, mas encontram-se profundamente engastados em todo presente, como as criações e os pensamentos mais ameaçados, difamados e desprezados. Transformar o estado imanente de plenitude de forma pura em estado absoluto, torná-lo visível e soberano no presente - eis a tarefa histórica (BENJAMIN, 1986, p. 146).

Resumo: Neste ensaio busca-se refletir sobre os protestos e manifestações que tomaram as ruas de diversas cidades brasileiras a partir de junho de 2013. O primeiro esforço é discutir alguns aspectos ligados à caracterização dos sujeitos sociais que ocuparam e interagiram nas ruas, situando a discussão num plano mais amplo que leva em conta alguns elementos da conjuntura socioeconômica brasileira. No segundo momento, problematizo certas expressões de violência observadas em diversos protestos, porém numa perspectiva que a compreende, em certas circunstâncias, como manifestação de certa violação política da lei/ordem que pode apontar para possibilidades de reorganização da sociedade a partir de uma nova gramática social que reative o potencial do direito à resistência.

Palavras-chave: Mobilização. Precariado. Violência. Resistência.



Introdução

Seguindo nos rastros das ruas...

Há poucos meses (no dia 13/06), ao abordar as manifestações ocorridas em São Paulo, o comentarista político da Rede Globo de Televisão, Arnaldo Jabor, fez duras críticas aos atos populares que culminaram em enfrentamentos com a polícia¹, em feridos e depredações. Deslegitimando a luta contra o aumento de R\$ 0,20 nas passagens dos transportes coletivos e pela instauração do passe livre e comparando os atos de revolta dos manifestantes àqueles perpetrados pelo PCC (Primeiro Comando da Capital)² anos atrás, afirmou que os mesmos não passavam de “revoltosos de classe média”, uma espécie de “caricatura violenta de um socialismo dos anos 50” que a esquerda ainda defende no país.

Surpreendentemente, quatro dias após suas severas palavras, o comentarista fez uma autocrítica e se retratou em relação ao que falara³. Passou a reconhecer no MPL (Movimento Passe Livre)⁴ uma “força política original”, decerto mais importante que os caras-pintadas⁵ do início dos anos 90, na medida em que “não tem um rumo, um objetivo certo *a priori*”. Este movimento, em sua nova opinião, poderia ajudar o país a compreender seus fracassos, sobretudo quando consideradas as máculas sociais causadas pela corrupção. O que teria acontecido no intervalo de poucos dias que teria feito nosso comentarista ter mudado tão radicalmente de ideia? Junto a esta pergunta poderíamos nos indagar como se gestou a

compreensão que põe como força motriz das mobilizações o combate à corrupção e que vem sendo veiculado diuturnamente pela grande mídia.

Os protestos que se iniciaram na cidade de São Paulo e que mobilizaram inicialmente jovens universitários integrantes do **Movimento Passe Livre** e entidades sociais contrárias ao aumento das passagens dos transportes públicos rapidamente assumiram proporções extraordinárias, alastrando-se por mais de 100 cidades brasileiras e levando às ruas cerca de um milhão de pessoas. Por todo o Brasil se repetiram protestos que tinham como alvo principal as altas tarifas pagas pela população que utiliza transportes públicos. Entretanto, a forte adesão de variados setores da sociedade civil e o caráter espontâneo das manifestações favoreceram a ampliação das reivindicações, pautas que se tornaram tão difusas e variadas quanto os grupos que passaram a ocupar as ruas.

Os altos investimentos e esforços dos governos nas diversas esferas feitos no sentido de preparar o país para receber os grandes eventos (Copa das Con-

Por todo o Brasil se repetiram protestos que tinham como alvo principal as altas tarifas pagas pela população que utiliza transportes públicos. Entretanto, a forte adesão de variados setores da sociedade civil e o caráter espontâneo das manifestações favoreceram a ampliação das reivindicações, pautas que se tornaram tão difusas e variadas quanto os grupos que passaram a ocupar as ruas.

federações, Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016) em detrimento da situação precária da saúde e educação no Brasil; denúncias de opressões em razão das remoções forçadas nas áreas que vêm sofrendo intervenções urbanas em função dos megaeventos, aliadas a críticas de caráter institucional, como o repúdio à PEC 37⁶, que visa a limitar o poder de investigação do Ministério Público, e o projeto de lei conhecido como a “Cura Gay”⁷, aprovado na comissão de Direitos Humanos (CDH) presidida pelo pastor Marco Feliciano (PSC – SP); além de críticas à morosidade da justiça em punir os condenados pelo mensalão são alguns exemplos de reivindicações que foram disseminadas pelas ruas.

A pluralidade de reivindicações e a composição extremamente heterogênea e multifacetada dos manifestantes que ocupam as ruas revelam outros traços significativos. O primeiro diz respeito à forma de organização dos protestos que ocorre de modo horizontal, utilizando, entre outros meios, as mídias sociais para socialização das atividades e reuniões coletivas. Não se destacam lideranças tradicionais que falem em nome do movimento; pelo contrário: há certa rejeição à participação de entidades de classe e organizações partidárias nos protestos, que assumem certo caráter “apolítico”, embora isso signifique uma contradição em termos.

O espontaneísmo é outro traço característico desses movimentos. Na medida em que há um processo de ocupação das ruas que se mostra como expressão de sentimentos coletivos de insatisfação historicamente reprimidos, porém sem direcionamento político de modo a viabilizar a construção de uma plataforma política que possua clareza e objetividade, numa perspectiva *negocial*, torna-se difícil perceber quais caminhos podem ser tomados pelos movimentos, quais táticas podem ser elaboradas para se alcançar os objetivos propostos – mesmo que difusos –, quais as perspectivas de construção de unidade para fortalecimento político dos atos e até onde vão as forças daqueles que se mantêm nas ruas. Daí a dificuldade dos analistas e militantes políticos em analisar os sentidos que assumem essas explosões populares que se espraiam pelo país.

Certamente, compreender as razões que motivaram os últimos acontecimentos nas ruas, os sentidos das demandas e reivindicações difusas, a complexa articulação entre diferentes tendências políticas e sua conflituosa relação com segmentos da massa de manifestantes que não se identificam com qualquer esfera representativa, a cobertura da grande mídia e seus significados, além da dinâmica de organização desses movimentos, representa desafio dos maiores nos dias de hoje, algo que, talvez, apenas o distanciamento histórico permita. Em cerimônia de lançamento do Marco Regulatório da Mineração, realizada no dia 18 de junho de 2013 no Palácio do Planalto, a presidente Dilma Rousseff falou em público pela primeira vez sobre as manifestações⁸. Em referência aos protestos, disse que “essas vozes das ruas precisam ser ouvidas,

elas ultrapassam, e ficou visível isso, os mecanismos tradicionais das instituições, dos partidos políticos, das entidades de classe e da própria mídia” [grifos meus].

Também na tentativa de interpretar os acontecimentos atuais, em entrevista à Folha de São Paulo, Fernando Henrique Cardoso (2013), ao apresentar as diferenças desses movimentos àqueles vistos na França de 1968, afirmou: “aquele era um movimento a favor da autonomia e da liberdade. Na França, em 1968, eles não tinham linguagem para expressar o sentimento que tinham. Ou era foice e martelo, ou bandeira negra, e cantavam a ‘Internacional Socialista’, que diz ‘De pé, ó famintos da terra’. Não tinha faminto nenhum ali. Mas a França tinha sindicatos, partidos, organização. Agora, com a internet, e com a fragmentação maior de classes, é diferente. O comando é quase inexistente, vai se formar na rua. As demandas são muitas, o pretexto pode ser qualquer um”. A presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso são citados propositadamente, apenas para acentuar que dois dos maiores representantes das correntes majoritárias de nossa política institucional parecem concordar quanto ao caráter indeterminado dos movimentos em curso.

Acredita-se ser de sentimento comum que os tradicionais modelos de explicação sobre as atuais dimensões sociopolíticas parecem caducos diante dos acontecimentos que varreram as ruas brasileiras. Os modelos tradicionais de compreensão das dinâmicas políticas das massas se mostram insuficientes para dar conta dos novos e complexos acontecimentos, cujas dimensões extrapolam, inclusive, as atuais instituições e entidades representativas em nossa sociedade.

Por outro lado, é importante considerar que esses movimentos no Brasil parecem dizer mais do que se imagina sobre um tempo que vivemos, não sendo possível de serem apreendidos por olhos que se voltem exclusivamente para o que ocorre em nossas fronteiras. Talvez estejamos diante de fenômenos que nos desafiam a repensar todo um modelo de sociedade que, nas últimas décadas, tem apresentado sinais de falência, seja do ponto de vista econômico, a partir das constantes crises que se aprofundam, ou mesmo do ponto de vista social, quando consideramos o alargamento das disparidades e desigualdades sociais com a pauperização das populações e favelização das sociedades ocidentais, para citar dois exemplos⁹.

No entanto, as tentativas de interpretação de um tempo em nada se apresentam como neutras, isentas de qualquer conteúdo ideológico. Do mesmo modo, os rumos das manifestações e seus significados estão em disputa em diversos espaços sociais e níveis institucionais na medida em que à política não se reservam lugares vazios. Nesse sentido, não tem sido comum encontrar análises convergentes, sobretudo quando consideramos os discursos contraditórios que vêm das ruas, e suas versões re-significadas e amplificadas pelas vozes institucionais do poder político, ou quando ecoam através das grandes redes de comunicação deste país. O que se percebe é que, a despeito do entrecruzamento caótico de tendências e reivindicações que emanam das ruas, o discurso da grande mídia tem se concentrado em caracterizar o núcleo das insatisfações manifestadas como sendo ligado a um suposto repúdio popular à corrupção e, nesse esteio, tem destacado o que vem se delineando como arroubo nacionalista da população brasileira, como foi aludido nas primeiras linhas deste ensaio.

Os modelos tradicionais de compreensão das dinâmicas políticas das massas se mostram insuficientes para dar conta dos novos e complexos acontecimentos, cujas dimensões extrapolam, inclusive, as atuais instituições e entidades representativas em nossa sociedade.

Desse modo, há de se perseguir as linhas de força que se tecem e tensionam no terreno social numa perspectiva histórica, de forma a considerar os correntes acontecimentos como fragmentos que contam certa versão do homem (pós)moderno e sua aventura num mundo combatido por transformações e crises. A dinâmica contraditória dos eventos em sua expressão política deve ser considerada como chave analítica para a compreensão das possibilidades que se apresentam como gérmenes de mudanças sociais. É nesse rastro que se pretende a busca por elaborar reflexões aproximativas sobre os eventos singulares de nosso tempo, resíduos que são de algo que contém a substância da insurreição em potencial para operar rupturas sociais, porém, contraditoriamente,

entrecortados por estruturas conservadoras e forças reacionárias que ameaçam diluir a energia disruptiva contida nas manifestações de maneira a esvaziar o conteúdo efetivamente transformador dos movimentos, favorecendo, assim, um rearranjo de forças que promova retrocessos materiais e simbólicos no que tange à histórica luta das populações oprimidas por formas de vida livres de explorações.

O precariado vai às ruas no Brasil

No Brasil da primeira década dos anos 2000, o relativo crescimento econômico ancorado nos bons ventos do mercado internacional que pagou bem por nossas *commodities*, aliado à expansão das políticas compensatórias e de transferência de renda como o Programa Bolsa Família (combate à pobreza), além de uma política de governo de recomposição contínua do poder aquisitivo do salário mínimo e concessão de crédito aos extratos mais inferiores da classe média – subproletariado¹⁰ – (reativação do mercado interno), promoveu certo tipo de inserção social de massas de excluídos mediante o acesso a níveis de consumo antes não experimentados, porém, de forma a não confrontar a ordem do capital (SINGER, 2012).

Em artigo intitulado *A Revolta do Precariado no Brasil*, Giovanni Alves busca identificar os principais atores sociais que tomam as ruas no Brasil, sujeitos pertencentes a um estrato social que denominou *Precariado*. Este corresponderia a uma fração do proletariado que possui um corte geracional específico, sendo composto na maioria por jovens de alta escolarização, porém que carregam consigo as profundas contradições da ordem do capital em sua atual fase de crise estrutural [...]

Além disso, os anos do governo Lula também foram marcados pela ascensão de importantes setores da burocracia sindical a posições de administradores de fartos fundos públicos de previdência, representando um dos exemplos em que “os de baixo” passam a gerir parte do Estado brasileiro a partir do progra-

ma dos “de cima”, vez que a orientação política em momento algum afrontou os interesses dominantes, configurando o que Chico de Oliveira denominou de “hegemonia às avessas” (OLIVEIRA, 2010), diminuindo resistências frente aos trabalhadores e movimentos sociais. Este quadro de não enfrentamento das questões estruturais da sociedade brasileira, de reformismo fraco (SINGER, 2012) implementado pelos últimos governos, a desaceleração econômica, os sofrimentos no trabalho de boa parte da população etc. cobrariam seu preço nas ruas, porém, dessa vez, prenhe das novas formas de expressão pelos movimentos contestatórios de suas insatisfações frente às contradições vivenciadas.

Em artigo intitulado *A Revolta do Precariado no Brasil*¹¹, Giovanni Alves busca identificar os principais atores sociais que tomam as ruas no Brasil, sujeitos pertencentes a um estrato social que denominou *Precariado*. Este corresponderia a uma fração do proletariado que possui um corte geracional específico, sendo composto na maioria por jovens de alta escolarização, porém que carregam consigo as profundas contradições da ordem do capital em sua atual fase de crise estrutural - dimensões que marcam suas formas de vida no mundo: por um lado, manifestam um imenso desejo em ascender socialmente e, assim, se inserirem no maravilhoso mundo do consumo prometido pelo progresso econômico; por outro, buscam elementos que sejam capazes de conferir sentido às suas vidas, num tempo marcado pelas incertezas, pela fragmentação e esgarçamento sociais, pela fluidez (BAUMAN, 2003)¹². Alves destaca que esses indivíduos são assolados por uma espécie de *precarização existencial* “que deriva das condições de existência alienada da vida urbana precária”, possuindo como interfaces a precarização do trabalho cada vez mais estranhado, além da precarização salarial. Esta condição promove, por sua vez, “uma nova dimensão de desefetivação humano-genérica”.

O que aparentemente aparece como intuição em Alves ganha contornos mais objetivos no artigo publicado por Ruy Braga conjuntamente com Ricardo Antunes, na revista *Nuestra América*, intitulado *La explosión social en Brasil*: primeras anotaciones (para un análisis posterior)¹³. Sobre as razões que levaram à rebelião das ruas afirmam o seguinte:

Talvez seja possível sugerir que sua explosão se deva a um processo de superação de um longo período de letargia, articulado a um processo externo¹⁴ caracterizado por uma época de sublevações em escala global que se ampliaram enormemente a partir da crise estrutural de 2008¹⁵ (ANTUNES, R.; BRAGA, R., 2013, p. 25 - tradução minha).

No plano interno, aos alardeados avanços da economia brasileira divulgados pelo governo federal, que destaca o aumento da taxa de formalização do emprego, do aquecimento do mercado de trabalho e da política de recomposição do salário mínimo, os autores contrapõem o aumento dos acidentes de trabalho, a aceleração da rotação dos trabalhadores nos empregos, a elevação das taxas de terceirização e a flexibilização da força de trabalho, além do descaso em relação aos serviços básicos, como o transporte público, a saúde e a educação, molas propulsoras dos protestos no país. Ademais, argumentam que nos últimos dez anos 94% dos empregos gerados no setor formal pagavam até 1,5 salário mínimo (em torno de US\$ 320,00, segundo cotação de junho de 2013). Além disso, 60% desses empregos foram ocupados por jovens entre 18 e 28 anos, parcela da população que teve importância seminal nas manifestações. Nesse sentido, embora tenha havido uma ampliação nos gastos com programas sociais, por outro lado, os direitos sociais não foram ampliados no país.

Ao tentar compreender o caráter dos levantes populares, Alves caracteriza o Precariado como uma fração do proletariado extremamente contraditória. Os setores mais despolitizados do Precariado tenderiam a assumir os discursos produzidos pela extrema direita. Já os mais politizados e inquietos com a condição de proletariedade tendem a assumir “em sua ampla maioria, a ideologia do proletariado radicalizado que encontra no esquerdismo seu leito natural”. Conclui, dessa maneira, que esta configuração explica os dois momentos assumidos pelas manifestações nas ruas do Brasil: “num primeiro momento, o movimento social foi conduzido pelas forças de esquerda radicalizada e, num segundo momento, interpelado pela mídia liberal-conservadora, o movimento social foi hegemonizado, em suas demandas políticas, pelas forças da ideologia da “classe média” liberal de cariz

neofascista. O caráter dual – intrinsecamente contraditório – da alma do precariado e do seu movimento social tende a ser explorado e manipulado pelo poder da ideologia a serviço dos interesses da ordem burguesa hegemônica”.

Embora luminosa, a análise de Alves demonstra algumas fragilidades que podem produzir efeitos bastante problemáticos. Primeiro, seria necessário esclarecer quais elementos concorrem para a diferenciação no interior da fração do proletariado – precariado – de modo a produzir parcelas de sujeitos “politizadas” e “despolitizadas”. O *imbróglio* é que, ao construir esta tipologia, Alves acaba por apontar a configuração de dois momentos distintos nas manifestações de rua. Ora, afirmar que o primeiro momento foi “conduzido” pelas forças de uma “esquerda radicalizada” importa desconsiderar a surpresa que se abateu sobre as forças políticas de esquerda, fossem elas mais ou menos radicais e organizadas, cuja incapacidade e inabilidade em lidar com a forma de organização e autoconstrução dos movimentos contemporâneos geraram imensos constrangimentos e escancararam a necessidade de uma reinvenção do fazer política.

Por outro lado, parece temerário argumentar que, num segundo momento, o movimento venha sendo conduzido por uma “classe média liberal de cariz neofascista”. Não se trata de negar a presença desses grupos nas grandes mobilizações de rua, muito menos a



influência da mídia hegemônica sobre a opinião pública, mas buscar compreender até que ponto, realmente, o exercício do poder por esses grupos se mostra capaz de “conduzir” os acontecimentos. O que se viu em várias cidades pelo Brasil foi o contrário. Em diversos lugares a grande massa de estudantes foi acrescida por setores formados por jovens trabalhadores precarizados. Além do mais, as bandeiras dos movimentos sociais, bem como de partidos de esquerda, começaram a tremular. Houve ainda o reforço de setores da classe trabalhadora organizada, através de suas centrais sindicais (CSP-Conlutas, a Força Sindical, CUT, CTB, UGT, NCST, CGTB, CSB), que definiram o dia 11 de julho de 2013 como um dia de greves, paralisações e manifestações de rua, ampliando e qualificando as pautas e reivindicações das ruas.

Sobre a violência de grupos de manifestantes que empreenderam ações mais radicalizadas de enfrentamento das forças policiais e outras que atentavam contra a legalidade vigente, Alves caracteriza a existência de uma fração do precariado que classifica como *lumpemprecariado*, “uma franja de jovens trabalhadores altamente escolarizados imbuídos do espírito de irracionalismo social que caracteriza o sociometabolismo da ordem burguesa apodrecida. O *lumpemprecariado*, como expressão suprema da barbárie social, tende a fazer o culto da violência

Em diversos lugares a grande massa de estudantes foi acrescida por setores formados por jovens trabalhadores precarizados. Além do mais, as bandeiras dos movimentos sociais, bem como de partidos de esquerda, começaram a tremular. Houve ainda o reforço de setores da classe trabalhadora organizada, através de suas centrais sindicais [...]

como fim em si mesmo, aliando-se objetivamente, nesse caso, às tenebrosas forças políticas neofascistas que, nas condições de governos democráticos, visam a desestabilizá-los”. O fenômeno da violência expressa nas manifestações possui complexidades que merecem reflexões sobre elementos que não podem ser captados por análises que tomem por pressupostos referenciais que transitam nos limites

dos cânones conceituais da ordem burguesa, como “governos democráticos”, “desestabilização política”, “legalidade” etc.

A democracia como ponto de excesso do Estado de Direito – a violência como violação política da lei

Diversas vozes se manifestaram sobre os atos violentos perpetrados pelos manifestantes nas ruas de todo o Brasil, bem como a respeito da resposta truculenta e repressiva das forças policiais. Não tardou para que os meios de comunicação hegemônicos logo classificassem aqueles que se envolviam em confrontos com a polícia ou em depredações como vândalos, arruaceiros, baderneiros, criminosos etc. Da mesma forma, as forças políticas representantes do poder do Estado logo se manifestaram, exaltando o caráter pacífico das manifestações e condenando veementemente todo ato que denominavam vandalismo. A tentativa foi desenvolver certo sentimento maniqueísta, uma espécie de dualismo imagético ao distinguir aqueles que participavam dos protestos “pacificamente” (tidos como bons manifestantes) dos vândalos (os maus manifestantes), sempre tratados como minorias supostamente “infiltradas” que estariam possuídas do único interesse em depredar o patrimônio público e privado, confrontar as autoridades policiais, gerar o pânico, impedir o livre tráfego das pessoas no exercício de seu direito de ir e vir etc.

É importante notar que os atos dos manifestantes entendidos pelas autoridades como violentos foram bastante diversos em suas expressões. Em São Paulo, houve a pichação de vários ônibus, a sede da prefeitura teve sua fachada depredada, ataques a agências bancárias e obstrução de vias de grande movimento, como a Avenida Paulista. No Rio de Janeiro, a Assembleia Legislativa foi o alvo dos manifestantes, assim como em Brasília o ataque foi ao Itamaraty, além da ocupação pelos manifestantes do Congresso Nacional. Em Fortaleza, houve confrontos com a polícia, tanto em frente à sede do governo municipal como do governo estadual, e confrontos com forças policiais nos arredores da arena que seria palco dos jogos da Copa das Confederações.

Não seria prudente, no entanto, comparar esses atos com aqueles que implicaram em depredações de postos de gasolina, lojas comerciais ou outros estabelecimentos privados. Do mesmo modo seria temerário afirmar que as ações foram realizadas pelos mesmos grupos de manifestantes, vez que para sustentar afirmações dessa natureza seria necessário realizar uma radiografia mais sensível do perfil daqueles que ocupavam as ruas. Ademais, não é suficiente analisar as dimensões objetivas relacionadas aos atos dos manifestantes, pois “amotinar-se é fazer uma afirmação subjetiva, é declarar implicitamente como nos relacionamos com nossas condições objetivas, como as subjetivamos” (ZIZEK, 2012, p. 63).

Não obstante as dificuldades em se compreender as razões que motivaram atos mais radicalizados nas manifestações nas ruas, a *mass media* tem, insistentemente, levantado a tese do perigo que a violência contida nas ações de protesto pode representar para a democracia do país, reiterando o argumento de que todo e qualquer ato de reivindicação deve, no limite, respeitar as leis que compõem nosso ordenamento jurídico, ou seja, deve se ater aos limites impostos pela legalidade instituída, sinônimo do que advogam ser o único meio de se alcançar a justiça. Nesse sentido, encontra-se implícita (ou explícita) a noção de que tudo aquilo que ocorre fora dos marcos e limites do Estado de Direito carrega em seu ventre forças necessariamente antidemocráticas inclinadas ao totalitarismo de toda ordem.

Não parece razoável operar um reducionismo da amplitude do significado de justiça àquilo que está consagrado nos termos da lei como direito positivo. O próprio surgimento da justiça e do direito, seu momento instituidor, fundador e justificante, implica uma força performativa, ou seja, uma força interpretadora e um apelo à crença. Não estaria o direito simplesmente à serviço da força, mantendo com ela uma relação dócil e exterior ao poder instituinte, mas, ao contrário, manteria com aquilo que se pode identificar como força, poder ou violência uma relação mais interna e mais complexa. Afinal, “a operação de fundar, inaugurar, justificar o direito, *fazer a lei*, consistiria num golpe de força, numa violência performativa e, portanto, interpretativa que, nela mesma, não é nem justa nem injusta, e que nenhuma justiça,

nenhum direito prévio e anteriormente fundador, nenhuma fundação pré-existente, por definição, poderia nem garantir nem contradizer ou invalidar” (DERRIDA, 2010, p. 24).

Em seu momento de instauração, o direito ou a norma não podem ser identificados como legais ou ilegais, legítimos ou ilegítimos, na exata medida que em seu momento fundacional operam a oposição do fundado ao não-fundado. Embora que em seu momento de criação o direito exija certos *performativos fundadores* como condições e convenções prévias, haverá sempre de existir um momento que Derrida denominou de *místico*, na medida em que seu fundamento último, por definição, não é fundado. Daí decorreria o caráter eminentemente *desconstrutível* do direito. Isso porque ou ele apresenta uma dimensão ancorada em camadas textuais interpretáveis e transformáveis, ou mesmo porque, em última instância, não é sequer fundado. Nesse sentido, Derrida aponta para a necessidade de se pensar a justiça como a possibilidade da desconstrução, “a estrutura do direito ou da lei, da fundação ou da auto-autorização do direito como possibilidade do exercício da desconstrução” (idem, p. 28).

Nesse sentido, encontra-se implícita (ou explícita) a noção de que tudo aquilo que ocorre fora dos marcos e limites do Estado de Direito carrega em seu ventre forças necessariamente antidemocráticas inclinadas ao totalitarismo de toda ordem.

Não parece razoável operar um reducionismo da amplitude do significado de justiça àquilo que está consagrado nos termos da lei como direito positivo.

Considerar a dimensão mística do direito impõe um pensar sobre a própria experiência humana, cujo significado converge para a possibilidade de sua realização factual. Entretanto, diante da impossibilidade de domínio e apreensão total daquilo que propriamente fundaria o estatuto jurídico, ou mesmo o que entendemos por justiça, Derrida aponta para a dimensão da *experiência da aporia* como dimensão intrínseca à própria realização da justiça. A aporia revela a impossibilidade da realização plena da experi-

ência, uma espécie de não-caminho. Assim, a justiça seria “a experiência daquilo que não podemos experimentar [...], uma experiência do impossível” (idem, p. 30). Afinal, “o direito não é a justiça. O direito é o elemento do cálculo, é justo que haja um direito, mas a justiça é incalculável, ela exige que se calcule o incalculável; e as experiências aporéticas são experiências tão improváveis quanto necessárias da justiça, isto é, momentos em que a decisão entre o justo e o injusto nunca é garantida por uma regra” (idem).

Como expressão do incalculável, daquilo que não pode ser aprisionado em regras e limites *a priori* determinados, a justiça representaria um *excesso* em relação ao direito. Ora, não seriam os temores das manifestações operarem rupturas no Estado de Direito expressões daquilo que o *excesso* pode representar frente ao já estabelecido? Seriam os atos de rebeldia e transgressão que transitam fora dos limites da legalidade um *excesso democrático* em relação ao Estado de Direito?

Como expressão do incalculável, daquilo que não pode ser aprisionado em regras e limites *a priori* determinados, a justiça representaria um *excesso* em relação ao direito. Ora, não seriam os temores das manifestações operarem rupturas no Estado de Direito expressões daquilo que o *excesso* pode representar frente ao já estabelecido? Seriam os atos de rebeldia e transgressão que transitam fora dos limites da legalidade um *excesso democrático* em relação ao Estado de Direito?

A tradição jurídica ocidental há muito prevê em seus ordenamentos situações em que há uma clara ruptura entre direito e justiça. Até mesmo na tradição jurídica liberal se admite a possibilidade de todo e qualquer cidadão se opor à tirania, àqueles que usurpam o poder e impõem estados de terror, de perseguição e censura, de atentados à integridade social. “Nessas situações, a democracia reconhece o direito à violência, já que toda ação contra um governo ilegal é uma ação legal” (SAFATLE, 2012, p. 42). Nesse sentido, pode-se afirmar que é assegurada às populações oprimidas a possibilidade de questionarem as autoridades constituídas, de resistirem às

opressões de toda ordem, ou seja, a elas é garantido o direito à resistência. Entretanto, a complexidade da materialidade deste direito se dá na medida em que o direito de resistência se ancora sobre o princípio da soberania popular, ou seja, na possibilidade do questionamento do *status quo* por parte dos cidadãos. Pelo fato de ser soberano, esse poder

está na situação de exceção de se colocar ao mesmo tempo dentro e fora do ordenamento jurídico. Ele está dentro porque, em condições normais, a ele se submete. E ele está fora porque, como todo poder soberano, pode suspender o ordenamento jurídico a partir de sua vontade, ou seja, a partir da consciência da inadequação entre a vontade popular e a configuração jurídica atual. Essa suspensão, que não implica destruição do *nomos*, é feita por meio de uma certa *violação política da lei* (idem, p. 45).

O direito de resistência não pode ser reduzido a um instituto que visa somente a restaurar ou a garantir a incolumidade das pilastras que dão sustentação ao conjunto dos valores tidos como liberais, como o direito à propriedade, a noção de individualismo etc. Sua abrangência vai além da legitimação da luta contra a instauração de governos ilegais, pois conserva em seu interior a ideia fundamental de que “o bloqueio da soberania popular deve ser respondido pela demonstração soberana da força” (idem, p. 46). Diante disso, a democracia deve, por sua própria natureza, confrontar-se com dimensões da ação humana que se situam em esferas extrajurídicas, além das normas legalmente instituídas, porém, essas não podem ser simplesmente descartadas e esvaziadas de sua legitimidade sob a acusação de não estarem contidas nos balizamentos da legalidade. O direito positivado e expresso em constituições e códigos, portanto, não pode ser compreendido como uma espécie de aparato monolítico que condensa o que há de mais nobre e justo em uma sociedade.

Pelo contrário: pode-se dizer que as normas institucionalizadas são o resultado de processos históricos que estão enraizados no infinito de memórias e de culturas (religiosas, filosóficas, jurídicas etc.) que jamais dominaremos em sua totalidade. Assim, o ordenamento jurídico comporta um conjunto de dispositivos profundamente heteróclitos, variados e

de abrangência e legitimidade diferentes. Ora, a própria constituição federal brasileira, fruto de assembleia constituinte em 1988, consagrou uma série de direitos que há muito se ansiava na sociedade brasileira, porém conservou um cabedal de normas que são meros resíduos de tempos de exceção em que as forças políticas progressistas não conseguiram impor sua remoção de nosso espectro jurídico, muitas delas consagradas nos atos institucionais outorgados ainda nos tempos da ditadura militar.

A partir da noção da possibilidade de *desconstrução* do direito (DERRIDA, 2010) mediante seu questionamento não limitado às balizas do que está consagrado normativamente na busca pela instituição da justiça, em que a *soberania popular* e o *direito de resistência* das populações oprimidas entram em cena, pode-se afirmar que mesmo ações que a princípio sejam julgadas como ilegais são parte integrante da democracia, representam seu ponto de excesso em relação ao Estado de Direito, a “violação política da norma”. Dessa forma,

Pacifistas que sentam na frente de bases militares a fim de impedir que armamentos sejam deslocados (afrontando assim a liberdade de circulação), ecologistas que seguem navios cheios de lixo radioativo a fim de impedir que ele seja despejado no mar, trabalhadores que fazem piquetes em frente a fábricas para criar situações que lhes permitam negociar com mais força exigências de melhoria de condições de trabalho, cidadãos que protegem imigrantes sem-papéis, ocupações de prédios públicos feitas em nome de novas formas de atuação estatal, trabalhadores sem-terra que invadem fazendas improdutivas, Antígona que enterra seu irmão: em todos esses casos, o Estado de Direito é quebrado em nome de um embate em torno da justiça (SAFATLE, 2012, p. 49).

A democracia não se reduz ao Estado de Direito e seu ordenamento jurídico positivado em leis, tampouco a ideia de justiça se limita às letras da lei que consagram aquilo que é considerado legal ou ilegal, mas a possibilidade de transgressão da norma como forma de expressão do excesso democrático em relação ao direito, sua desconstrução em nome do porvir, a violação política da lei através de manifestações populares de soberania podem conter a

violência da ruptura que manifestam certa “urgência de exigências de justiça”, violações que permitem a abertura política para o novo, daquilo que não possui uma formulação efetivada, um passo em direção ao que ainda não se tem formulado, uma tentativa de arriscar o impossível (ZIZEK, 2011).

E o que dizer quanto aos atos de violência que aconteceram no interior dos próprios movimentos? As manifestações de hostilidades e, em certos momentos, de violência também puderam ser observadas na convivência entre os diferentes grupos de manifestantes nas ruas. A respeito das manifestações de rejeição aos partidos por frações dos manifestantes nas ruas pelo Brasil, em artigo recente intitulado **Sem Partido**, publicado na Folha de São Paulo, Safatle faz a seguinte reflexão:

Um dos tópicos mais presentes nas manifestações é a rejeição aos partidos. Já faz anos que ouvimos manifestantes, em todas as partes do mundo, recusarem as mediações dos partidos em prol da invenção de mecanismos de democracia direta. São pessoas que adquiriram a consciência de sua força política e que não veem razão para transferir tal força para partidos profundamente hierárquicos e guiados pelo raciocínio tático. Elas têm razão. (SAFATLE, Folha de SP, 2013 - 25/06).



A situação exige um pouco mais de preocupação. Aqueles mais atentos perceberam que as hostilidades e agressões não foram dirigidas apenas aos militantes integrantes de partidos, não foram somente contrárias ao hasteamento de bandeiras vermelhas, mas foram desferidas contra todos que ousaram levantar qualquer bandeira que se mostrasse ligada a qualquer causa objeto de algum movimento social, partido político, associação, entidade de classe etc. Tampouco se é possível afirmar com tanta segurança que essas atitudes de repúdio são perpetradas por “pessoas que adquiriram consciência de sua força política”.

Mais do que revelar a falência da capacidade em dialogar com as necessidades e demandas sociais hoje manifestadas por significativos setores da sociedade, descortinando uma crise que as entidades representativas (sobretudo de esquerda) enfrentam nos regimes democráticos contemporâneos, as manifestações de intransigência e violência contra os militantes de organizações políticas são sintomáticas de

Mais do que revelar a falência da capacidade em dialogar com as necessidades e demandas sociais hoje manifestadas por significativos setores da sociedade, descortinando uma crise que as entidades representativas (sobretudo de esquerda) enfrentam nos regimes democráticos contemporâneos, as manifestações de intransigência e violência contra os militantes de organizações políticas são sintomáticas de um tempo em que a história é solapada em nome de uma eternização do presente [...]

um tempo em que a história é solapada em nome de uma eternização do presente, as lutas históricas são negadas e, portanto, os acúmulos sociais frutos das resistências das populações contra as opressões não se constituem como experiência histórica a lançar luz às atuais gerações.

A importância das forças de esquerda ligadas a partidos ou movimentos sociais organizados nas manifestações vai além da dimensão representativa institucional, menos estão ligadas à defesa da importância ou caducidade das instâncias da representação política institucional no atual contexto de lutas, e mais ao acúmulo que essas detêm nas lutas dos traba-

lhadores, na organização e capacidade em expressar, nos vários espaços sociais, sofrimentos políticos historicamente suportados pelas populações oprimidas, pelas minorias, apesar de toda a dificuldade contemporânea em encaminhar concretamente de forma eficiente as lutas sociais.

Além do mais, quando se esgarçam os laços sociais, quando se atacam as organizações dos trabalhadores, das minorias populares, das associações que encampam demandas reais das populações, abre-se espaço para o florescimento de forças conservadoras de cariz populista, por vezes totalitário. Isso quer dizer que estamos à beira da ascensão de forças nazifascistas no Brasil, ou diante da possibilidade de reedição histórica farsesca de novos tipos de getulismo. O estado de exceção¹⁶ há muito está em funcionamento neste país, aliás, nunca fora desativado, mesmo pelas forças democráticas que recentemente se afirmaram através de assembleia constituinte desde 1988. Repudiar as hostilidades e arroubos de violência contra organizações sociais não implica, necessariamente, na defesa do extremo de considerar a democracia dependente de instituições fortes ou mesmo da incapacidade de funcionamento de democracias para além das atuais configurações institucionais representativas consubstanciadas nos dispositivos legais.

Muito pelo contrário, recusar a intransigência e a violência contra as forças sociais organizadas pode representar expor à experiência do atual tempo histórico seus anacronismos e contradições no complexo desafio de negar a *servitude volontaire*, impô-las a necessidade de ouvirem, com a devida humildade, as vozes das novas instituições *in statu nascendi*, submetê-las ao crivo inexorável da história que vem se fazendo nas ruas. Não se trata, portanto, de defender o retorno nostálgico a um tempo em que a experiência social poderia se afirmar com autoridade, mas, ao contrário, devemos permitir que floresça a condição de afirmar nossa pobreza, interna e externa, para que, desse modo, daí possa se ver algo de novo que venha a nascer¹⁷. Essas considerações se encerram com uma profunda sensação de que apenas ficamos na *hors-d'oeuvre*, não ultrapassando o verdadeiro pórtico infernal que pudesse revelar algo mais da tragédia de nossos tempos, porém, mantém-se uma inexplicável convicção de que estamos apenas no começo. E,

para finalizar, as palavras lúcidas de um dos maiores pensadores desses tempos que falam à nossa alma de hoje, Walter Benjamin, quando diz:

Ficamos mais pobres. Fomos desbaratando o patrimônio da humanidade, muitas vezes tivemos de empenhá-lo por um centésimo do seu valor, para receber em troca a insignificante moeda do 'atual'. À porta temos a crise econômica, atrás dela uma sombra, a próxima guerra. 'Preservar' é um verbo que se aplica hoje a um pequeno grupo de poderosos que, Deus sabe, não são mais humanos do que a maioria; geralmente, são mais bárbaros, mas

não da espécie boa. Os outros, porém, têm de se arranjar, de maneira diferente e com muito pouco. Estão do lado daqueles que desde sempre fizeram do radicalismo novo a sua causa, com lucidez e capacidade de renúncia. Nas suas construções, nos seus quadros, nas suas narrativas, a humanidade prepara-se para, se necessário for, resistir à cultura. E o que é mais importante: faz isso rindo. Talvez esse riso soe aqui e ali como bárbaro. Seja. Desde que cada indivíduo de vez em quando ceda um pouco de humanidade àquelas massas que um dia lha devolverão com juros acrescidos (BENJAMIN, 2012, p. 90). **US**

notas

1. Vídeo disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=luLzhtSYWC4>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

2. Os ataques referidos pelo comentarista tiveram origem no estado de São Paulo em maio de 2006. A violência orquestrada pelo grupo criminoso Primeiro Comando da Capital (PCC) logo se espalhou para outros estados do Brasil, como Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Bahia (este último sem ligação direta com o PCC).

3. Áudio disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=_7fc0ThH2uU>. Acesso em: 22 jun. 2013.

4. O Movimento pelo Passe Livre (MPL) foi batizado na Plenária Nacional pelo Passe Livre, em janeiro de 2005, em Porto Alegre. Antes disso, há seis anos, já existia a Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis. Alguns importantes marcos políticos na história, origem e na atuação do MPL são a Revolta do Buzu (Salvador, 2003) e as Revoltas da Catraca (Florianópolis, 2004 e 2005). Em 2006, o MPL realizou seu 3º Encontro Nacional, com a participação de mais de 10 cidades brasileiras, na Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra]. Disponível em: <<http://tarifazero.org/mpl/>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

5. O movimento cara-pintada se notabilizou pela participação intensa de jovens que, no início da década de 1990, foram às ruas exigir o *impeachment* do então presidente da república Fernando Collor de Mello.

6. A proposta de emenda constitucional - PEC 37/2011 - em debate no congresso nacional sugere incluir um novo parágrafo ao Artigo 144 da Constituição Federal, que trata da segurança pública. O item adicional traria a seguinte redação: "A apuração das infrações penais de que tratam os §§ 1º e 4º deste artigo, incumbem privativamente às polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente".

7. Trata-se de projeto que permite aos psicólogos promover tratamento com o objetivo de "curar" a homossexualidade.

8. Vídeo disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=X8RGdhby4Hc>>. Acesso em: 23 jun. 2008.

9. DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

10. Ruy Braga, Giovanni Alves e André Singer, para citar apenas os três a quem faço referência neste texto, possuem divergências quanto à composição da fração de classe dos mais pauperizados que sustentariam o projeto lulista em curso desde o início dos anos 2000. O que Braga e Alves denominam de precariado, Singer chama de subproletariado. Analisar as implicações dos diferentes entendimentos na formulação teórica dos respectivos autores extrapolaria em muito a proposta deste ensaio. Limite-me, portanto, a indicar a bibliografia pertinente à discussão nas referências do trabalho.

11. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/category/colunas/giovanni-alves/>>. Acesso em: 06 jul. 2013.

12. BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

notas

13. Disponível em: <http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/izqrd/n0035/izq0035_a04.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2013.

14. No plano externo, mostra-se elucidativa a análise realizada por Slavoj Žižek, em artigo intitulado **Problemas no Paraíso**, publicado no blog da editora Boitempo, em 05/07/2013: “não existe um único objetivo ‘real’ perseguido pelos manifestantes, algo capaz de, uma vez concretizado, reduzir a sensação geral de mal-estar (os protestos são realmente contra o capitalismo global, contra o fundamentalismo religioso, em defesa das liberdades civis e da democracia)”. O que a maioria das pessoas que participaram dos protestos compartilha é um sentimento fluido de desconforto e descontentamento que sustenta e une demandas particulares”. E mais adiante complementa: “Aqui, no entanto, deve-se ressuscitar o bom e velho conceito marxista de totalidade - neste caso, da totalidade do capitalismo global. O capitalismo global é um processo complexo que afeta diversos países de maneiras variadas, e o que unifica tantos protestos em sua multiplicidade é que são todas reações contra as múltiplas facetas da globalização capitalista. A tendência geral do capitalismo global atual é direcionada à expansão do reino do mercado, combinada ao enclausuramento do espaço público, à diminuição de serviços públicos (saúde, educação, cultura) e ao aumento do funcionamento autoritário do poder político”.

15. “Tal vez sea posible sugerir que su explosión se debe a un proceso interno de superación de un largo periodo de letargo, articulado a un proceso externo caracterizado por una época de sublevaciones en escala global que se ampliaron enormemente a partir de la crisis estructural de 2008”.

16. Agamben define a noção de exceção como uma espécie de exclusão: “ela é um caso singular, que é excluído da norma geral. Mas o que caracteriza propriamente a exceção é que aquilo que é excluído não está, por causa disso, absolutamente fora de relação com a norma: ao contrário, esta se mantém em relação com aquela na forma da suspensão. A norma se aplica à exceção desaplicando-se, retirando-se desta. O estado de exceção não é, portanto, o caos que precede a norma, mas a situação que resulta de sua suspensão” (AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 18).

17. BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: _____. **Walter Benjamin: o anjo da história**; organização e tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

- AVES, Giovanni. **A revolta do precariado no Brasil**. In: Blog da Boitempo. Publicado em: 24 jun. 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/category/colunas/giovanni-alves/>>. Acesso em: 24 jun. 2013.
- ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. *La explosión social en Brasil: primeras anotaciones (para un análisis posterior)*. **Nuestra América**. Nº 35, julio de 2013. Bogotá, Colômbia. Disponível em: <http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/izqrd/n0035/izq0035_a04.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2013.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BENJAMIN, Walter. **Documentos de cultura, documentos de barbárie** (obras escolhidas). Seleção e apresentação de Willi Bolle. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: _____. **Walter Benjamin: o anjo da história**; organização e tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Nenhum partido vai ganhar com protestos, afirma FHC. Entrevista à **Folha de São Paulo**, caderno Poder. Publicada em: 22 jun. 2013.
- DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DERRIDA, Jacques. **Força de lei: o fundamento místico da autoridade**. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às Avessas. In: OLIVEIRA, F. et al. **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- SAFATLE, Vladimir. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- SAFATLE, Vladimir. Sem Partido. Folha de São Paulo. Publicado em: 25/06/2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2013/06/1300700-sem-partido.shtml>>. Acesso em: 25 jun. 2013.
- SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ZIZEK, Slavoj. **O ano em que sonhamos perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ZIZEK, Slavoj. **Problemas no paraíso**. Blog da Boitempo. Publicado em: 05 jul.2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/category/colunas/slavoj-zizek/>>. Acesso em: 5 jul. 2013.
- ZIZEK, Slavoj. **Em defesa das causas perdidas**. São Paulo: Boitempo, 2011.

referências

As manifestações e a ordem pública numa era de violência

Hélvio Alexandre Mariano

Professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO

E-mail: hmariano1934@hotmail.com

Denny William da Silva

Professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO

E-mail: denny_william@hotmail.com

O que é roubar um banco perto de fundar um banco?

Bertold Brecht

Resumo: O presente texto busca analisar a luta pelo direito de livre manifestação e a ordem pública numa era de violência, a partir das grandes passeatas de junho de 2013. Ao mesmo tempo em que um número cada vez maior de manifestantes ganhava as ruas do país, a polícia e o estado utilizavam todas as formas de repressão contra estudantes, trabalhadores, movimentos sociais e ativistas, com equipamentos considerados não letais, como balas de borracha, gás lacrimogêneo, gás de pimenta e bombas de efeito moral, passando logo em seguida para a utilização de outros meios de repressão, inclusive de armas letais. Além disso, o estado acelerou a criação de novas leis nacionais, como a Lei Geral da Copa e a Lei Contra Organização Criminosa, e retomou a utilização da Lei de Segurança Nacional para criminalizar manifestantes de forma individual e organizações sociais e políticas, além dos movimentos sociais. Sob esta perspectiva, buscamos ligar uma série de pontos que demonstra que a partir das manifestações de junho de 2013 e com a proximidade da Copa do Mundo de 2014, não só as forças policiais, mas também a justiça e o estado, devem cada vez mais aumentar a repressão contra qualquer atividade que considerem como um ataque ao que eles definem como “estado democrático de direito” e a defesa da ordem pública e do patrimônio das grandes empresas e bancos nacionais.

Palavras chave: Manifestação. Repressão. Criminalização. Movimentos Sociais. Violência.



Nas manifestações realizadas no dia 7 de outubro de 2013 no Rio de Janeiro e em São Paulo, em apoio à greve dos professores e contra a violência policial, 29 pessoas foram detidas e duas presas. Durante as manifestações ocorridas em São Paulo, uma estudante de 19 anos e um artista plástico de 24 anos foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7.170/1983), após acusação sem provas, de danificar um carro da polícia civil.

No dia 15 de outubro de 2013, dia do professor, a polícia militar do Rio de Janeiro apreendeu mais de duzentas pessoas no ato em apoio aos professores das redes estadual e municipal que lutavam por melhores salários e condições de trabalho. Todos os manifestantes foram enquadrados na Lei de Organização Criminosa (12.850/2013), em vigor desde 19 de setembro de 2013. A Lei de Organização Criminosa foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff e entrou em vigor a partir de setembro deste ano. Segundo o texto da Lei nº12.850/2013,

considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional. A pena prevista é de 8 (oito) anos, podendo ser estendida.

A partir das mobilizações e manifestações ocorridas em junho de 2013 e da forte repressão policial contra os manifestantes, outros elementos além de balas de borracha, gás lacrimogêneo e gás de pimenta passaram a ser utilizados de forma a criminalizar os participantes das manifestações.

Nos protestos de junho de 2013, o mais comum era a utilização de prisão por desacato à autoridade, atrapalhar a ação da polícia e formação de quadrilha. Depois de junho de 2013, a nova estratégia utilizada pela polícia e pela justiça, no processo de criminali-

zação dos movimentos sociais, organizações políticas e de manifestantes individuais, é a utilização de legislações como a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Organização Criminosa e a Lei Geral da Copa.

Um exemplo desta forma de atuação da polícia foi a prisão do repórter do jornal Folha de São Paulo, Leandro Machado, nas manifestações do dia 11 de junho de 2013, quando foi detido durante o protesto na Avenida Paulista “por atrapalhar a ação da polícia”. No mesmo ato, mais 20 pessoas foram presas. Dessas, 13 foram indiciadas por formação de quadrilha e dano ao patrimônio¹.

Com o aumento da repressão das manifestações e com um número cada vez maior de manifestantes e repórteres detidos, o jornal Folha de São Paulo editou, no dia 16 de junho de 2013, um pequeno manual de direitos e obrigações do manifestante preso, onde explicitava o que poderia ou não ser feito nas manifestações. Entre eles, dizia o manual do jornal:

É importante compreender que, se de um lado aumenta o endurecimento das legislações, isto não é feito de forma isolada. Existe todo um contexto político que acompanha este processo que envolve um novo aparelhamento das forças policiais, com a aquisição de novos instrumentos militares e a contratação de mais policias e agentes privados para defender a chamada “ordem pública”.

Não resista a uma ordem legal dada pelo policial ou você será preso por resistência. Portar vinagre, bebidas ou outras substâncias legais não é delito e você não pode ser preso por conta disso. Se você for preso, você deve, depois de solto, levar o fato ao conhecimento do Ministério Público para que o policial seja processado por abuso de autoridade².

Em relação ao que não portar nas manifestações, o manual do jornal Folha de São Paulo deixava claro ao leitor o direito de “portar vinagre”. Este ponto ganhou destaque depois da prisão do repórter da Revista Carta Capital, Piero Locatelli, por “porte de vinagre”, nas manifestações do dia 13 de junho de 2013 na cidade de São Paulo. Piero Locatelli explica que no segundo protesto, ocorrido no dia 7 de junho de 2013,

manifestantes que seguiam pacificamente foram recebidos com mais bombas na zona oeste da cidade. No meio do ato, uma pessoa só com os olhos de fora espirrou vinagre na minha camiseta, dizendo para eu respirar e me cuidar. Foi quando descobri que o vinagre atenua os efeitos do gás lacrimogêneo. O exemplo da manifestante desconhecida me fez ser mais precavido desta vez. Nesta quinta-feira, desembarquei do ônibus em frente ao metrô Anhangabaú. Ao chegar, vi dois estudantes sendo presos. Perguntei ao policial o que eles portavam. Ele falou em “artefatos”, sem especificar. Os presos responderam que era vinagre³.

Em poucos dias, não só a repressão aumentou no país, mas também houve um endurecimento da utilização de legislações criadas durante a ditadura militar para reprimir manifestantes que lutavam contra o aumento das passagens de ônibus nas mais diversas cidades do Brasil.

Além disso, ocorreu um processo de aceleração na aprovação de novas leis nacionais, como a Lei Geral da Copa e a Lei Contra Organizações Criminosas, que passariam a ser usadas para justificar a prisão de manifestantes de forma totalmente arbitrária pela polícia.

O fato ocorrido na cidade do Rio de Janeiro no dia 15 de outubro, dia do professor, com a prisão de mais de 200 manifestantes, demonstra como o estado brasileiro agirá a partir de agora na repressão e criminalização dos movimentos sociais, utilizando muito mais que balas de borrachas e gás lacrimogêneo, lançando uma ofensiva contra manifestantes e utilizando de leis arbitrárias, sendo algumas criadas em plena ditadura militar, para garantir o “estado democrático de direito”. O mesmo “estado democrático de direito” que defende empresários do transporte público e banqueiros.

É importante compreender que, se de um lado aumenta o endurecimento das legislações, isto não é feito de forma isolada. Existe todo um contexto político que acompanha este processo que envolve um novo aparelhamento das forças policiais, com a aquisição de novos instrumentos militares e a contratação de mais policias e agentes privados para defender a chamada “ordem pública”.

Eric Hobsbawm, no artigo *A ordem pública em uma era de violência*, busca compreender como agem as polícias em lutas de trabalhadores, movimentos populares ou estudantis. Existe, segundo o autor, toda uma indústria por trás da repressão. Assim, quanto mais violência a mídia burguesa apresenta, mais dinheiro se gasta na compra de equipamentos de segurança, entre eles armas não letais. Segundo HOBSBAWN (2007, p. 134),

mas a segurança de quem? Dos cidadãos ou das empresas privadas? Ou ainda, o que estaria em jogo não seria uma articulação do estado para gastar mais dinheiro com segurança, fomentando as indústrias privadas que ofereciam este serviço?

Para Hobsbawm, nossa época havia se tornado mais violenta, inclusive nas imagens. Mas o que significaria manter a ordem pública, nestes tempos de aumento da violência e a segurança dos cidadãos, sem atacar as poderosas indústrias de armas letais, que estão à disposição de milhões de pessoas? Segundo HOBSBAWN (2007, p. 135), “antes a culpa era da guerra fria, a necessidade de se armar contra o perigo vermelho vindo do leste. Mas hoje se tornou algo tão lucrativo que a produção vem aumentando com o passar dos anos”.

Se de um lado aumentam as vendas para a população, do outro, o Estado passa a ser o maior comprador de armas, letais e não letais, leves ou não. Para completar o quadro, o número de agentes de segurança e polícias teve um crescimento expressivo, bem como a ampliação de equipes especializadas em confrontos com a população civil. No nosso caso, temos as tropas de choques, situadas em todos os estados e prontos para reprimir qualquer manifestação que altere a cartilha pré-estabelecida do que seria segurança pública e que desafie o chamado “estado democrático de direito”. A pergunta que fica é: quem protege quem?

A história recente do Brasil demonstra que, mesmo após o final da ditadura civil-militar, ainda convivemos com resquícios das formas autoritárias de controle e repressão e que ainda será necessário muita luta para remover por completo todo o autoritarismo das forças policiais.

No momento em que o país vive o mais longo período contínuo de democracia, tensões reprimidas passam a fazer parte da pauta de reivindicações das mais diversas camadas sociais, como a luta por transporte público de qualidade, educação, saúde, segurança, direito à moradia, reforma agrária e outras demandas historicamente negadas à população brasileira.

As manifestações que se intensificaram no mês de junho de 2013 encontraram um ápice motivado pela luta pelo direito à cidade, mobilidade urbana, redução do preço das tarifas de transporte e pela conquista do passe livre. Todas as bandeiras e reivindicações que se expressaram naquele mês já estavam nas ruas há um longo tempo. Para entender as revoltas de junho de 2013, utilizamos parte da análise feita pelo MPL (Movimento Passe Livre) de São Paulo, publicada no livro *Cidades Rebeldes*, que explica ser

necessário voltar no mínimo ao ano de 2003, quando, em resposta ao aumento das passagens, iniciou-se em Salvador uma série de manifestações que se estenderam por todo mês de agosto daquele ano, que ficou conhecida como revolta do Buzu (MPL: 2013, p. 14)⁴.

A revolta do Buzu foi a primeira grande manifestação por direito ao transporte público que fugia do “receituário pronto, tanto no que dizia respeito à

Se de um lado aumentam as vendas para a população, do outro, o Estado passa a ser o maior comprador de armas, letais e não letais, leves ou não. Para completar o quadro, o número de agentes de segurança e polícias teve um crescimento expressivo, bem como a ampliação de equipes especializadas em confrontos com a população civil.

organização do transporte, como do próprio movimento” (MPL: 2013, p. 14-15)⁵. Para Manolo (2011), em artigo publicado no site *Passa Palavra*, em 25 de setembro de 2011, “a Revolta do Buzu não foi apenas um movimento estudantil, mas um movimento social, de classe, radicalizado até onde foi possível dentro da conjuntura, no qual a demanda por transporte catalisou várias insatisfações sociais”⁶.

Depois da revolta do Buzu, tivemos a revolta da catraca em Florianópolis, em 2004, seguidas por re-

voltas em Vitória em 2006, Teresina em 2011, Aracaju e Natal em 2012 e Porto Alegre e Goiânia em 2013.⁷ Todas essas revoltas foram duramente reprimidas pela polícia, com a utilização dos mesmos artefatos não letais (como balas de borracha, gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral).⁸

Desta forma, ao analisar a luta pelo direito de livre manifestação e a ordem pública numa era de violência, é preciso destacar que, se de um lado existia uma demanda reprimida e uma vontade política por parte da população de tomar as ruas e conquistar com suas forças as modificações necessárias para transformar a realidade do país, de outro, havia por parte das forças policiais uma longa experiência em se utilizar do uso da força como forma de “mediar” conflitos de interesses.

Desta forma, ao analisar a luta pelo direito de livre manifestação e a ordem pública numa era de violência, é preciso destacar que, se de um lado existia uma demanda reprimida e uma vontade política por parte da população de tomar as ruas e conquistar com suas forças as modificações necessárias para transformar a realidade do país, de outro, havia por parte das forças policiais uma longa experiência em se utilizar do uso da força como forma de “mediar” conflitos de interesses.

O poder público lançou sobre os manifestantes tudo o que podia para reprimir as passeatas. Surpreendido pela tomada massiva das ruas em meio ao evento internacional da Copa das Confederações, diversos governos estaduais se esforçaram para conter com exacerbada brutalidade as manifestações que tomaram conta do país. A violência desmedida por parte da polícia contra os manifestantes teve repercussão na imprensa mundial, que estava presente *in loco* para fazer a cobertura dos jogos de futebol.

Segundo Ruy Braga (2013, p. 79), “não há dúvida de que, em junho de 2013, as placas tectônicas da política brasileira movimentaram-se bruscamente” e entre os efeitos desta movimentação e da forte repressão contra manifestantes e movimentos sociais está a queda nos índices de aprovação e popularidade dos governantes.

A presidente Dilma Rousseff (PT) assistiu ao índice de aprovação do seu governo cair para 55% em

junho, quando começaram os protestos, e para 31% em julho (segundo o Ibope). E, em São Paulo, onde os confrontos entre manifestantes e a polícia tiveram episódios de muita violência, a popularidade do prefeito Fernando Haddad (PT) e de Geraldo Alckmin (PSDB) foi prejudicada. No estado de São Paulo, a aprovação de Geraldo Alckmin caiu 14 pontos no intervalo de três semanas (entre o início e fim de junho) e Dilma perdeu 27 pontos no mesmo período. Para Haddad, o índice de aprovação caiu 16 pontos no mesmo intervalo: de 34% para 18%.⁹

Para Ricardo Antunes e Ruy Braga (2013, p. 21),

as manifestações de junho arruinaram o mito de que o Brasil é um país de classe média, em crescimento e no caminho para ser a quinta economia do mundo, um país paradisíaco onde todos se saem bem e estão satisfeitos com seus governantes e com o atual modelo de desenvolvimento.

Ainda segundo Ricardo Antunes e Ruy Braga (2013, p. 21), “o atual ciclo de mobilizações populares demonstrou a existência de uma profunda inquietude com a reprodução de todo o sistema político representativo nacional”. Esta insatisfação pode ser medida na vertiginosa queda de popularidade dos principais governantes brasileiros, depois das manifestações de junho de 2013.

No Rio de Janeiro, onde os confrontos foram igualmente violentos, a popularidade do governador Sérgio Cabral (PMDB) caiu 30 pontos percentuais. Sérgio Cabral obteve 25% de ótimo e bom e seu índice de aprovação caiu de 50% para 30%. A desaprovação fez a trajetória inversa: subiu de 12% para 36% para o período entre início e fim de junho. Para o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PMDB), o índice de aprovação caiu de 50% para 30%. A desaprovação passou de 12% para 33%.¹⁰

No Paraná, em fevereiro, o governador Beto Richa atingia o índice de 73% de aprovação dos paranaenses¹¹. Em julho, logo após os protestos, apenas 41% dos paranaenses consideravam sua gestão ótima ou boa. Patamares de aprovação abaixo de 50% colocam em risco as perspectivas de reeleição ou eleição de sucessores de quaisquer governantes¹².

Dados de queda de popularidade como estes se deram em todos os estados e afetaram a imagem pública

dos que estão no exercício de representação política, tanto no executivo quanto no legislativo. A questão que se coloca é: os governos irão tolerar novas manifestações em meados de 2014, quando se dará o evento esportivo da Copa do Mundo? Irão correr o risco de enfrentar novos atos que possam colocar em risco seus projetos de eleição ou reeleição?

Desta forma, é possível perceber que a utilização de novos mecanismos de repressão aos movimentos sociais estão em andamento e serão utilizados com mais rigor e força. Entre eles está o processo de reatualização de normas legais e o reaparelhamento das polícias estaduais.

O governo brasileiro negocia a compra do armamento relacionada à defesa do país durante o mundial de futebol, no meio de 2014, e também dos jogos olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016. Os valores divulgados ultrapassam US\$ 1 bilhão. A tensão em torno das obras dos megaeventos esportivos tem sido grande em todo o país a ponto da Copa das Confederações ter sido alvo de muitos protestos, também duramente reprimidos. Apenas na capital fluminense, segundo a Anistia Internacional, cerca de 19 mil famílias, moradoras de comunidades pobres, foram despejadas desde 2009 para a construção de projetos relacionados direta ou indiretamente com os jogos. Também a ONU acusou o Brasil de desalojar pessoas à força por conta das obras da Copa e das Olimpíadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Natal e Fortaleza¹³.

No Rio de Janeiro, após duas semanas do início dos protestos de junho, o governo do estado empenhou, via Siafem (Sistema Integrado de Administração Financeira), em 19 de junho, o reabastecimento, em caráter emergencial, de bombas de gás lacrimogêneo e munições não letais no valor de R\$ 1,6 milhão. A compra de dois mil explosivos se deu sem licitação, uma vez que a empresa Condor S/A Indústria Química é a única no Brasil que produz tais equipamentos. Em Roraima, foi acelerada a nomeação de 300 oficiais aprovados no concurso público, além dos 300 que já estão na fase de capacitação e treinamento¹⁴.

No Pará, 695 veículos foram entregues

somente no mês de julho. Nas semanas seguintes, mais 305 veículos foram entregues a outros municípios¹⁵.

No Piauí, apenas neste ano, foram destinados cerca de R\$ 20 milhões para a PM, sendo R\$ 10 milhões para a aquisição de 60 viaturas de grande porte e 165 novas motos 350 cilindradas, para policiamento de repressão e prevenção, destinada ao RONE. Em setembro, o governo do Piauí intensificou os investimentos em equipamentos e armamentos. Apenas este ano, a PM recebeu 2.000 coletes balísticos, 406 pistolas, 100 espingardas calibre 12, 40 fuzis, 1.200 coletes táticos, 900 kits de guarnição e 100.000 munições¹⁶.

No Paraná, o governo autorizou, em 24 de setembro, a abertura de licitação para a compra de 116 módulos móveis de policiamento e de 200 motocicletas. Além disso, após os protestos de junho, foram entregues 1.220 novas viaturas e autorizadas a instalação de novos batalhões da PM e a contratação de mais policiais civis, militares e bombeiros, sendo que 3.127 já foram incorporados. Dois concursos estão em andamento no segundo semestre de 2013: um deles para contratação de mais 5.264 PMs¹⁷.

A prefeitura de São Paulo rapidamente providenciou o investimento de cerca de R\$ 26 milhões após o início dos protestos, sendo R\$ 435.891,95 mensais durante o período de 60 meses para novos veículos



(carros convencionais, pick-ups e peruas). Foram entregues, no dia 23 de setembro, 186 novas viaturas para a Guarda Civil Metropolitana (GCM)¹⁸.

No dia 7 de julho de 2013, o jornal O Globo noticiou que a Polícia Militar de São Paulo decidiu promover uma licitação de US\$ 30 milhões para comprar novos equipamentos e, com isso, reforçar a estrutura de segurança da Copa de 2014. Entre os equipamentos a serem adquiridos está um caminhão com um canhão d'água, instrumento destinado para a dispersão de multidões. A PM planeja comprar um modelo similar ao usado pela polícia turca para reprimir manifestantes na Praça Taskim, epicentro dos recentes protestos na Turquia¹⁹.

Parece claro que o poder público de todo o país se prepara para conter quaisquer perspectivas de mobilizações populares em 2014. Para HOBBSAWM (2007, p.136),

não é só a mão de obra que aumenta; aumenta também o emprego da força, pois os especialistas em empregos de massas hoje dispõem de quatro tipos de instrumentos para enfrentarem manifestações: químicos (por exemplo, gás lacrimogêneo), cinéticos (como armas de dispersão), balas de borrachas, jatos de água e tecnologias de atordoamentos.

Como vivemos numa época em que as armas são exclusivas das forças armadas e militares (exceto em alguns países como os Estados Unidos), só um lado tem armas letais e dispersão, no caso do Brasil, utilizadas em larga escala contra qualquer manifestação. No caso de São Paulo na repressão às ações em favor do passe livre, armas não letais foram utilizadas, como balas de borracha, gás lacrimogêneo e de dispersão ou efeito moral.

Como vivemos numa época em que as armas são exclusivas das forças armadas e militares (exceto em alguns países como os Estados Unidos), só um lado tem armas letais e dispersão, no caso do Brasil, utilizadas em larga escala contra qualquer manifestação. No caso de São Paulo na repressão às ações em favor do passe livre, armas não letais foram utilizadas, como balas de borracha, gás lacrimogêneo e de dispersão ou efeito moral.

No caso da tentativa de reintegração de posse em uma fazenda no Mato Grosso do Sul, na cidade de Sidrolândia, além das armas não letais utilizadas, um indígena foi morto com um tiro de arma letal.

Na manifestação do dia 15 de outubro de 2013, na cidade do Rio de Janeiro, tivemos pela primeira vez a utilização de armas letais: um estudante de 18 anos foi baleado na manifestação de apoio aos professores em greve. Horas depois, o estudante relatou que não “escutou e nem sentiu o tiro”²⁰, o que indica que uma nova forma de repressão pode estar sendo instalada para aterrorizar os que pretendem manifestar pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro (que é um elemento comum em guerras civis): o de franco-atiradores, escondidos em prédios e atirando para reprimir violentamente as manifestações.

Portanto, com o advento dos grandes eventos esportivos no país, já está em andamento o aumento dos efetivos das forças de controle e dispersão, bem como a aquisição de uma quantidade sem fim dos materiais descritos acima, como bombas de gás lacrimogêneo, canhões sônicos, sprays de pimenta e carros que lançam jatos de água. Estoques de balas de borrachas e equipamentos de prevenção a “ataques terroristas” e ameaças externas serão adquiridos com dinheiro público, que jorrará abundante para os caixas de poucas indústrias privadas e, no final dos eventos, todos esses equipamentos de segurança irão compor os instrumentos das forças estaduais e federal na luta contra manifestantes com bandeiras, gritos e palavras de ordem, pedindo mais educação, saúde, trabalho, segurança, emprego, transporte público decente, moradia, cultura e lazer.

Para proteger os novos estádios e o chamado “estado democrático de direito”, mais recursos em armas letais, mais seguranças, mais imagens na mídia burguesa de violência, o que irá justificar cada vez o mais do mesmo, ou seja, mais gastos em armas letais e não letais e mais dinheiro para as indústrias de armas, mais propagandas nas mídias burguesas a serviço deste estado policialesco e menos liberdade para todos nós. **US**

notas

1. Jornal Brasil de Fato, 11 jun. 2013. Acesso em: 16 out. 2013.
2. Jornal Folha de São Paulo, edição online de 16 mar. 2013. Acesso em: 16 out. 2013.
3. Em São Paulo, vinagre dá cadeia. Revista Carta Capital online do dia 14 jun. 20013. Acesso em: 16 out. 2013.
4. Cidades Rebeldes, p. 14.
5. Cidades Rebeldes, p. 14.
6. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2011/09/46384>>. Teses sobre a revolta do Buzu. Site Passa Palavra, 2011. Acesso em: 4 nov. 2013.
7. Cidades Rebeldes, p. 16-17.
8. Para ver mais sobre o tema: Teses sobre a revolta do Buzu. Site Passa Palavra, 2011. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2011/09/46384>>. Acesso em: 5 nov. 2013.
9. Jornal Folha de São Paulo, 1 jul. 2013.
10. Jornal Folha de São Paulo, 1 jul. 2013.
11. Jornal Folha de São Paulo, p. A4, 29 jun. 2013.
12. Pesquisa IBOPE/CNI. Jornal Gazeta do Povo online, 26 jul. 2013. Acesso em: 16 out. 2013.
13. Disponível em: <<http://esportes.br.msn.com/copa-2014/noticias/brasil-negocia-compra-de-armas-da-r%C3%BAssia-para-a-copa-do-mundo-diz-jornal>>. Acesso em: 16 out. 2013.
14. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1386360&tit=PM-do-RJ-reabastece-estoque-de-gas-lacrimogeneo>>. Acesso em: 08 nov. 2013.
15. Disponível em: <<http://www.policiacivil.pa.gov.br/?q=content/governo-do-par%C3%A1-entrega-mais-50-novas-viaturas-policiais-no-sudeste-paraense>>. Acesso em: 10 ago. 2013.
16. Disponível em: <<http://www.piaui.pi.gov.br/noticias/index/id/12415>>. Acesso em: 17 set. 2013.
17. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=76869>>. Acesso em: 08 nov. 2013.
18. Disponível em: <<http://www.ssp.go.gov.br/noticias/rotam-recebe-novos-equipamentos-e-reforca-policiamiento-nas-ruas.html>>. Acesso em: 02 out. 2013.
19. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/pm-de-sp-lanca-licitacao-de-30-milhoes-para-renovar-equipamentos-8964977>>. Acesso em: 08 jul. 2013.
20. Jovem baleado em protesto no Rio não ouviu nem sentiu o tiro, diz delegado. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/10/16/jovem-baleado-em-protesto-no-rio-nao-ouviu-nem-sentiu-o-tiro-diz-delegado.htm>>. Acesso em: 16 out. 2013.

ANTUNES, Ricardo , BRAGA, Ruy. *Los días que conmovieron a Brazil. Las rebeliones de junio-julio e* 2013. In **Herramienta, revista de debate y crítica marxista**. Buenos Aires: Ediciones Herramientas: 2013. p. 9-34.

BRAGA, Ruy. Sob a sobra do precariado. In **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 79-82.

HOBBSAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

Movimento Passe Livre. Não começou em Salvador e não vai terminar em São Paulo. In **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 13-19.

referências

O retrato do ensino superior na instância editorial da Folha de S. Paulo¹

Michel Carvalho da Silva

Técnico-Administrativo em Educação no Instituto Saúde e Sociedade da
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP - Campus Baixada Santista

E-mail: michelfacos@hotmail.com

Resumo: Este artigo analisa os editoriais produzidos pelo jornal Folha de S. Paulo sobre o ensino superior durante o governo Lula (2003-2010), verificando como a publicação representa socialmente as políticas públicas relativas do setor. O corpus é formado por 64 textos que são identificados por palavras-chave que se referem às diferentes temáticas do sistema universitário brasileiro. A hipótese central é que a Folha de S. Paulo privilegia determinados assuntos em detrimento de outros, na tentativa de construir uma agenda para a educação superior. A interpretação dos dados será realizada a partir da análise de conteúdo, assim como nos estudos da linha de pesquisa comunicação e educação.

Palavras-chave: Educação. Jornalismo. Ensino Superior. Folha de S. Paulo.

Contextualizando a pesquisa

Há décadas, o desafio do ensino superior brasileiro reside justamente na dicotomia entre excelência e democratização do acesso. Nas últimas décadas, o país passou por um crescimento na oferta de vagas nas IES (instituições de ensino superior), principalmente, na rede privada. No entanto, a expansão é criticada por alguns setores pela ameaça que pode representar à qualidade de ensino.

Segundo dados do Censo do Ensino Superior, elaborado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), a taxa de escolarização líquida na faixa etária de 18 a 24 anos

na educação superior passou de 9,8% em 2002 para 17,8% em 2012. Especialistas acreditam que, se o ritmo de crescimento for mantido, até 2022 será possível chegar à média dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e também alcançar a meta do PNE (Plano Nacional de Educação), em tramitação no Congresso, de 34% da população jovem cursando uma graduação.

A perspectiva de crescimento em relação ao ensino superior é significativa, mas deve ser relativizada, principalmente se comparamos esses índices com nossos vizinhos sul-americanos. Para efeito de aná-

ou pelo menos influenciada. Perguntar-se o que é a universidade hoje significa também (ou principalmente) questionar-se sobre qual é a condição da universidade na civilização da *mass media* (Folha de S. Paulo, 03/02/91, Educação, c-8).

A mídia, através de seu capital linguístico e simbólico, é o principal dispositivo contemporâneo de legitimidade da instituição universitária, justificando sua existência e lhe conferindo visibilidade e reconhecimento junto à população.

Ao optarmos pela Folha como objeto de estudo, levamos em consideração o fato de, segundo o IVC (Instituto Verificador de Circulação), o jornal ser o diário brasileiro com maior alcance geográfico em todo o país, na faixa dos chamados jornais de prestígio. Outro fator determinante para a escolha do veículo do Grupo Folha é o levantamento do Instituto FSB Pesquisa, que mostra que o jornal é o preferido entre os deputados federais. Esses fatos contribuem para demonstrar a relevância da publicação na esfera pública brasileira.

Dessa forma, compreendemos que o jornal Folha de S. Paulo (também chamado de Folha), por meio de seus editoriais, tenta buscar adesão, convencer o leitor e mobilizá-lo em torno de posicionamentos defendidos a respeito de determinadas questões relativas à educação superior.

A agenda educacional e a comunicação midiática

A inter-relação comunicação-educação ocorre em vários níveis. Em nosso trabalho, refletiremos sobre as temáticas colocadas em circulação pelos editoriais do jornal Folha de S. Paulo, veículo pertencente a um dos maiores grupos de mídia do país, a respeito do ensino superior. Para isso, precisamos refletir sobre a centralidade da comunicação na sociedade contemporânea, assim como em sua influência na opinião pública. É fundamental também pensar na construção de sentidos pela representação midiática, observando a recorrência temática no conjunto dos editoriais analisados.

A mídia é a principal veiculadora de informação

na sociedade contemporânea. Os meios de comunicação dispõem de uma estrutura que lhe possibilitam atingir um grande público, além de serem fundamentais para a formação de uma visão de mundo de pessoas e instituições. Essa capacidade atribuída à mídia relaciona-se com o conceito de poder simbólico formulado por Bourdieu, que está diretamente ligado ao efeito de mobilização:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado como arbitrário (2001, p.14).

O poder de mobilização promovido pela comunicação pode ser explicado pela responsabilidade exercida pela mídia em tornar o mundo inteligível para o público. Silverstone (2005) ressalta que a experiência humana é enriquecida ou empobrecida por imagens e palavras que não teríamos acesso sem a presença dos meios de comunicação. É nesse sentido que, cada vez mais, a compreensão sobre o que entendemos por sociedade depende do caráter onipresente da mídia.

A compreensão da realidade social fornecida pelos meios de comunicação nos remete à hipótese da agenda-setting, formulada pelos pesquisadores Maxwell McCombs e Donald Shaw nos anos 70, que investiga a importância da mídia como mediadora entre o indivíduo e a realidade da qual se encontra distante. Ao comentar sobre essa abordagem, Wolf diz:

[...] em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo (1999, p. 130).

A agenda setting, como um estudo dos efeitos a longo prazo, redimensiona o grau de influência dos meios de comunicação. O poder de interferir direta-

mente no comportamento humano é substituído pela tentativa de determinar os assuntos que serão discutidos pelas pessoas no dia a dia. Para alcançar tais objetivos, é preciso a divulgação recorrente de notícias e opiniões sobre determinados temas.

Wolf (1999) mostra que a capacidade de influência dos meios de comunicação sobre o conhecimento daquilo que é importante e relevante varia segundo a própria dinâmica da sociedade, isto é, eventos que ocorram no cotidiano e ações ligadas ao poder público. Quanto menor é a experiência direta que as pessoas têm de um determinado tema, mais esse conhecer dependerá da representação midiática para se possuir os quadros interpretativos referentes a essa área.

Na realidade, existe um esgotamento nos pressupostos originais da agenda setting. A influência da mídia tradicional na agenda social ainda existe, mas até que ponto ela seria capaz de criar uma hierarquização temática ou mesmo impor uma abordagem específica dos fatos? Se antes fazia algum sentido afirmar que os meios de comunicação selecionavam o que deveríamos conhecer e os assuntos a serem pautados para discussão, atualmente, diante de diferentes dispositivos midiáticos, não podemos mais falar em agendamento, até porque existe uma pulverização de assuntos colocados em circulação na esfera pública, onde não há garantia de que cheguem a ser discutidos pelas pessoas.

Segundo Charaudeau (2009), as mídias exercem o papel de publicização da esfera pública; isso não quer dizer a tomada desse espaço a fim de intervir no conjunto da sociedade. O autor entende que é na relação entre as instâncias de produção e de recepção que se constrói a opinião pública. Esse processo é resultante, sob a lógica midiática, de um entrecruzamento de conhecimentos e crenças, de um lado, e opiniões e apreciações, de outro.

A atividade jornalística, por sua deontologia, procura se legitimar como uma voz influente na formação da opinião pública, de modo que o leitor compartilhe de suas posições, contrapondo ou reafirmando os interesses da estrutura de poder vigente.

Considerando que através dos editoriais, as empresas de comunicação manifestam oficialmente sua opinião sobre os fatos mais importantes ocorridos no cotidiano, esse gênero do jornalismo opinativo

é popularmente descrito como a voz do “dono”. O editorial não reflete exatamente a opinião dos seus proprietários nominais, mas o consenso das opiniões que emanam do grupo de dirigentes que participam da gestão da organização jornalística/midiática.

Na realidade, os editoriais pretendem dialogar com os agentes de governo, que detêm o poder decisório e a burocracia estatal. No entanto, despertar a atenção dos governantes não significa necessariamente compreender as reivindicações da sociedade civil organizada, uma vez que determinados posicionamentos editoriais decorrem exclusivamente de interesses privados. “Significa muito mais um trabalho de ‘coação’ ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam” (MELO, 2003, p.105). Dessa forma, o modo como a Folha de S. Paulo edita o ensino superior brasileiro tem relação com os valores e os interesses que norteiam o grupo de comunicação do qual faz parte.

Como ressalta Citelli, “na constituição dos sentidos existem desdobramentos que dão à linguagem verbal papel singular nos processos de comunicação” (2006, p. 37). Assim, a comunicação midiática significa mais do que um dispositivo técnico capaz de apresentar pensamentos sobre determinado tema; antes de tudo, ela faz parte de uma estrutura de poder que seleciona entre variados modos de representar socialmente a realidade.

Metodologia

Cada investigação científica se desenvolve num processo único. Quando optamos por algumas diretrizes metodológicas, não estamos somente escolhendo determinados modelos, paradigmas, métodos e regras de procedimento, mas também, e especialmente, os modos de compreender, comprovar ou negar as hipóteses estabelecidas em nosso objeto de pesquisa.

Por conta disso, como adverte Wolf, avaliar a importância de um assunto tendo como base apenas o número de vezes em que é citado significa mais o resultado de um processo metodológico de observação da agenda midiática do que a reflexão teórica sobre o problema. Acreditamos que considerar apenas a

variável de frequência como índice da percepção da importância dos temas parece insuficiente diante da complexidade do objeto de pesquisa. Porém, a análise de conteúdo, compreendida como descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo expresso na comunicação, se apresenta como importante referencial para uma investigação mais ampliada que busque compreender a construção de sentidos no interior desse conjunto de editoriais.



Figura 1 - Aplicativo de busca detalhada do Acervo Folha
Disponível em <http://acervo.folha.com.br/busca_detalhada/>

Em nosso estudo, o corpus de análise é formado por editoriais relativos à educação superior, publicados pela Folha, durante o governo Lula, entre 2003 e 2010. A busca por esses textos foi realizada a partir do acervo Folha, aplicativo disponível no site do jornal, conforme Figura 1.

Por meio desse mecanismo de busca, foi possível um acesso rápido a todos os editoriais que tratassem de nosso objeto de pesquisa. Esse procedimento dinamizou a organização da amostra. Assim, foram procurados editoriais que continham a expressão exata “ensino superior”, tanto no título quanto no corpo do texto, ou apresentassem pelo menos uma das palavras “universidade”, “faculdade” e “universitário”.

No processo de seleção, foram desconsiderados editoriais que retratavam o ensino superior de forma secundária, isto é, o enfoque majoritariamente se referia a outras questões, como textos sobre a reforma da previdência, que incluía os docentes da rede federal, ou a respeito da educação nos vários níveis,

em que a universidade é mencionada juntamente com o ensino fundamental e o médio.

Nesta pesquisa, os editoriais publicados pelo jornal Folha de S. Paulo, de 2003 a 2010, versando sobre o ensino superior, foram identificados pela data de publicação e por palavras-chave, isto é, pelos principais temas abordados pelo enunciador, cuja fala atribui-se ao editorialista.

Como sabemos, não existe um mundo naturalmente categorizado. Assim, como ressalta Marcuschi (2003), as categorias funcionam como modelos sociais. Para o autor, a recorrência é um critério formador das categorias, uma vez que quando temos situações que ocorrem frequentemente, nossos conhecimentos armazenados são invocados para constatar similaridades e, com isso, determinar a própria leitura dos acontecimentos.

Destarte, procura-se classificar ideias, eventos ou objetos com nomes que são partilhados pela comunidade discursiva que os utiliza, partindo do princípio que essas denominações são conhecidas pelo saber acumulado desse grupo. Bardin (2011) lembra que classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros.

Neste trabalho, depois do processo de seleção e identificação da amostra, categorizamos as representações, organizando-as de modo que refletissem o conjunto de enunciados relativos às mesmas categorias (avaliação, excelência, democratização, gestão, seleção e evasão), conforme a Tabela 2.

Lembramos que cada editorial pode tratar de diferentes temáticas dentro do universo do ensino superior, apresentando mais de uma representação. Por isso, optamos por não classificar os textos isoladamente, mas providenciar recortes que, reunidos, formassem uma mesma cadeia de sentidos.

Ao classificar as representações sociais sobre o ensino superior em seis categorias, é possível que essa opção não atenda integralmente à construção de um quadro real, mas inegavelmente é uma tentativa significativa do ponto de vista de aproximação à realidade empírica.

Vale acrescentar que ao propor a discussão sobre o Prouni, o editorialista, a quem se atribui a responsabilidade pelo enunciado, está debatendo essencial-

Tabela 1 – Editoriais da Folha de S. Paulo sobre o Ensino Superior (2003-2010)

Nº	Editorial	Data	Palavras-Chave
1	Universidade e justiça	08 jun 2003	Investimento; Cobrança IES públicas
2	Explosão universitária	05 ago 2003	Expansão IES privadas; Excelência
3	Ameaça ao provão	04 set 2003	Avaliação
4	Escalada universitária	22 out 2003	Expansão IES privadas; Excelência
5	Farra universitária	30 out 2003	Excelência; Expansão IES privadas
6	Avaliação do ensino	04 dez 2003	Avaliação; Contrapartida social
7	Lei universitária	13 jan 2004	Expansão IES privadas; Excelência
8	USP, 70	23 jan 2004	Excelência; Investimento; USP
9	Ilusão universitária	29 jan 2004	Expansão IES privadas; Excelência
10	Tribunal racial	02 mai 2004	Ações afirmativas
11	Acesso à universidade	30 mai 2004	Ações afirmativas; Excelência
12	Crise universitária	30 jun 2004	Investimento; Crise IES públicas
13	Violência estudantil	09 jul 2004	Crise IES públicas; USP; Unesp; Unicamp
14	O fim do vestibular	18 jul 2004	Processo Seletivo; Enem
15	Mais vagas noturnas	09 set 2004	Democratização
16	Universidade para todos	19 set 2004	Democratização; Elitismo acadêmico; Prouni
17	Inclusão sem qualidade	15 nov 2004	Democratização; Excelência; Prouni
18	De mal a pior	30 nov 2004	Excelência
19	Cursos fechados	25 dez 2004	Excelência; Expansão IES privadas; Funcionamento de cursos
20	Apoio ao estudante	29 dez 2004	Prouni; Permanência estudantil; Ações afirmativas
21	Mestres e doutores	10 mai 2005	Excelência; Corpo docente; Mercantilização
22	Alternativa às cotas	37 mai 2005	Ações afirmativas; Democratização; Elitismo acadêmico
23	Reforma da reforma	05 jun 2005	Reforma universitária; Autonomia; Ações afirmativas
24	O papel das fundações	23 jun 2005	Cobrança IES públicas; Investimento; Fundações
25	Mais doutores	30 jun 2005	Corpo docente; Excelência
26	Faxina no MEC	08 ago 2005	Excelência; Funcionamento de cursos
27	Desafios da USP	12 out 2005	Expansão de vagas; Excelência; Gestão universitária; USP
28	Educação democrática	23 dez 2005	Democratização; Ações afirmativas; Elitismo acadêmico
29	O público da USP	20 fev 2006	Democratização; Ações afirmativas; Elitismo acadêmico; USP
30	Universidade aberta	08 mai 2006	EaD; Licenciatura; Evasão
31	Reitores e eleitores	10 mai 2006	Autonomia; Reforma universitária
32	Cursos monitorados	17 mai 2006	Excelência; Funcionamento de cursos; Avaliação
33	Inclusão universitária	20 mai 2006	Ações afirmativas; Democratização; Meritocracia
34	Cota da demagogia	05 jun 2006	Ações afirmativas; Excelência; Meritocracia
35	Atenção aos alunos	24 jun 2006	Democratização; Excelência; Vagas ociosas; Prouni
36	Avanço afirmativo	14 ago 2006	Ações afirmativas; Meritocracia; Democratização
37	Educação afirmativa	21 ago 2006	Ações afirmativas; Autonomia; Permanência estudantil
38	Fim das disciplinas	04 out 2006	Processo seletivo; Fuvest
39	Barreira na elite	21 nov 2006	Ações Afirmativas; Meritocracia; Autonomia
40	Canos furados	08 jan 2007	Evasão; Democratização; Prouni
41	Universidade nova	22 jan 2007	Reforma universitária; Internacionalização; Evasão
42	Autonomia eficiente	06 fev 2007	Autonomia; Gestão universitária
43	Autonomia desfocada	19 mai 2007	Autonomia; Gestão universitária
44	Ceder na USP	24 mai 2007	Crise universitária; Autonomia; USP
45	Todos perderam	23 jun 2007	Crise universitária; Autonomia; USP
46	Expansão às pressas	17 jul 2007	Expansão IES federais; Prouni; Excelência; Reforma universitária
47	Virar a página	12 fev 2008	Centros universitários; Funcionamento de cursos
48	Perda de tempo	01 mai 2008	Excelência; Avaliação; Gestão universitária; IGC; UFBA
49	Aperfeiçoar o Enade	10 ago 2008	Avaliação; Enade
50	Inclusão enviesada	19 ago 2008	Prouni; Profissionalização; Democratização
51	Controle de qualidade	15 set 2008	IGC; Excelência
52	Vagas à distância	04 out 2008	EaD; Democratização; Excelência
53	Cotas de imperfeição	25 nov 2008	Ações afirmativas; Autonomia; Democratização
54	Fundos universitários	12 jan 2009	Investimento; Fundações; Gestão universitária
55	Ensino superior e distante	04 fev 2009	Licenciatura; EaD; Expansão de IES
56	Bonificação na USP	24 fev 2009	Ações afirmativas; Excelência; Meritocracia; USP
57	Faculdades em transição	27 fev 2009	Prouni; Expansão IES privadas; Excelência; Vagas ociosas
58	Vestibular nacional	23 mar 2009	Processo seletivo; Enem; Mobilidade estudantil
59	Prouni na mira	24 abr 2009	Prouni; Vagas ociosas
60	Tribunais da raça	27 abr 2009	Ações afirmativas; UnB; UFSM
61	Superior incompleto	30 jul 2009	Mercantilização; Excelência; Corpo docente
62	Torres de marfim	26 ago 2009	Enade; Avaliação; USP; Unicamp
63	Prejuízo à educação	09 nov 2010	Processo seletivo; Enem
64	Falhas no Enem	01 fev 2010	Processo seletivo; Enem; Sisu

mente a democratização do acesso ao ensino superior. Essa lógica é utilizada para as demais categorias, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 2 – Representações Construídas pelo Conjunto de Editoriais

Representação	Palavras-Chave (Temáticas)
Avaliação	Avaliação; IGC; Enade; Contrapartida social
Excelência	Excelência; Elitismo acadêmico; Corpo docente; Internacionalização, USP; UNICAMP; Uncsal; Unesp; UFBA; UnB; UFSM
Democratização	Democratização; Expansão (IES privadas/públicas); EaD; Ações afirmativas; Prouni; Profissionalização; Licenciatura
Gestão	Gestão universitária; Autonomia; Crise; Centros universitários; Cobrança IES públicas; Reforma universitária; Fundações; Mercantilização; Investimento; Funcionamento de cursos
Seleção	Processo seletivo; Fuvest; Enem; Sisu; Meritocracia
Evasão	Evasão; Vagas ociosas; Permanência; Mobilidade estudantil

Análise descritiva

A interpretação dos dados a seguir tem como objetivo demonstrar como o problema se revela estatisticamente. De forma geral, podemos afirmar que o jornal Folha de S. Paulo dedicou pouco espaço para o assunto em seus editoriais, tendo uma média de oito por ano. Esse número é ínfimo se pensarmos que o jornal publica geralmente três textos deste formato diariamente.

No primeiro mandato do presidente Lula, de 2003 a 2006, foram publicados 39 editoriais, quase 10 por ano. Já no segundo, de 2007 a 2010, 25 textos dessa modalidade foram produzidos, numa média de 6,25; isso equivale a 35,9% a menos que no primeiro período.

Os anos de 2004, 2006 e 2009 foram aqueles que mais apresentaram editoriais com a temática do ensino superior brasileiro, sendo que o primeiro é responsável por 25% dos textos analisados, conforme a tabela abaixo:

Ano	Editoriais	%
2003	6	9,38
2004	16	25,00
2005	6	9,38
2006	11	17,19
2007	7	10,94
2008	6	9,38
2009	10	15,63
2010	2	3,13
Total	64	100,00

Pressupõe-se que a produção de editoriais sobre a questão universitária acompanha o noticiário a respei-

to do tema no jornal e, conseqüentemente, a agenda pública e o calendário oficial (realização de vestibulares e lançamentos de programas, entre outros). Verifica-se a existência de uma consonância entre fatos de grande relevância e a elaboração de editoriais sobre eles.

Em 2010, com apenas dois editoriais elaborados, e ambos tratando do mesmo assunto - “Enem”, verificamos que o ensino superior não foi um tema muito presente na instância editorial da Folha, o que pode revelar que o sistema universitário brasileiro não esteve tão em pauta na discussão pública midiaticizada.

Em seguida, observamos a prevalência de cada temática (palavra-chave) no período de 2003-2010:

Representação	Ocorrências	%
Avaliação	12	6,94%
Excelência	47	27,17%
Democratização	52	30,06%
Gestão	38	21,97%
Seleção	16	9,25%
Evasão	8	4,62%
Total	173	100,00

Considerando que cada representação corresponde a um conjunto de temas que estabelece uma relação entre si, verificamos que determinados assuntos são recorrentes na representação do ensino superior brasileiro na ótica dos editoriais da Folha. A temática “excelência” teve 24 ocorrências, seguido de “ações afirmativas” (15) e “democratização” (12). Esse quadro mostra a recorrência de nosso paradoxo educacional e reforça a dicotomia entre qualidade acadêmica e expansão universitária.

Palavra-Chave	Ocorrências	%
Excelência	24	13,87%
Ações afirmativas	15	8,67%
Democratização	12	6,94%
Autonomia	9	5,20%
Prouni	9	5,20%
USP	9	5,20%
Expansão IES privadas	7	4,05%
Avaliação	6	3,47%
Gestão universitária	5	2,89%
Investimento	5	2,89%
Meritocracia	5	2,89%
Processo seletivo	5	2,89%
Elitismo acadêmico	4	2,31%
Enem	4	2,31%
Reforma universitária	4	2,31%
Corpo docente	3	1,73%
EaD	3	1,73%
Evasão	3	1,73%
Funcionamento de cursos	3	1,73%
Enade	3	1,73%
Vagas ociosas	3	1,73%
Cobrança IES públicas	2	1,16%
Crise IES públicas	2	1,16%
Crise universitária	2	1,16%
Expansão IES públicas	2	1,16%
Fundações	2	1,16%
Licenciatura	2	1,16%
IGC	2	0,58%
Unicamp	2	1,16%
Aprovação de cursos	1	0,58%
Centros universitários	1	0,58%
Contrapartida social	1	0,58%
Expansão de IES	1	0,58%
Fuvest	1	0,58%
IES particulares	1	0,58%
Internacionalização	1	0,58%
Mercantilização	1	0,58%
Mobilidade estudantil	1	0,58%
Permanência estudantil	1	0,58%
Profissionalização	1	0,58%
Sisu	1	0,58%
Uncisal	1	0,58%
UFSM	1	0,58%
UFBA	1	0,58%
Unesp	1	0,58%
Total	173	100,00%

Ao priorizar determinadas temáticas em detrimento de outras, a Folha chama a atenção da opinião pública para questões que julga ser mais relevantes no debate sobre a educação superior. Isso pode ser ilustrado pela recorrência do tema “ações afirmati-

vas”, que, num universo de 64 textos, é mencionado em 15 editoriais, mostrando que o assunto recebeu uma atenção especial da instância editorial. Em contrapartida, existem temas como mobilidade e permanência estudantis, também importantes para a discussão sobre democratização de acesso, que foram abordados somente uma vez.

Pelo estudo, verificamos que “autonomia” ainda é um assunto recorrente à discussão universitária, apresentando nove ocorrências. As mudanças no sistema de eleição para reitor, a obrigatoriedade na transparência e no controle de gastos e até na adoção da política de cotas são consideradas como ameaças à autonomia institucional das universidades.

O Prouni (Programa Universidade para Todos), que consiste na concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior, também passou a ser um tema muito presente, com nove registros. Criado em 2004, o programa do governo federal faz parte do debate sobre democratização de acesso, ao mesmo tempo em que se discute a excelência de ensino nas universidades, faculdades e centros universitários que oferecem vagas pelo Prouni.

A USP, como a maior universidade da América Latina, é a instituição mais mencionada pelos editorialistas da Folha, com 5,20%. Além de sua importância no cenário universitário, no período analisado, a USP passou por eventos que justificam sua recorrência nos editoriais da Folha. Entre eles, greves, ocupação da reitoria, aniversário de 70 anos, a criação do Inlusp, entre outros fatos. As outras universidades citadas foram Unicamp, Unesp, Uncisal, UFSM, UFBA e UnB, mas com abordagens pontuais.

Na tentativa de traçar um panorama sobre o ensino superior, a mídia, além de reforçar certos pontos de vista, acaba impedindo que alguns temas se tornem de conhecimento público, ignorando-os e decretando, de certa forma, seu ocultamento por parte da sociedade. A questão da “internacionalização”, que tem relação direta com a qualidade de ensino, foi um assunto que despertou pouco interesse do jornal no período analisado. Curiosamente, hoje, o próprio RUF (Ranking Universitário da Folha) adota como um dos critérios de avaliação a posição da instituição universitária no âmbito internacional.

A recorrência temática acompanha as transformações sociais e culturais que uma determinada sociedade atravessa. A tradução verbal de uma época está vinculada ao tempo histórico e ao lugar de fala dos sujeitos. A utilização de expressões como “contrapartida social” só faz sentido porque num determinado período cogitou-se a possibilidade de adotar esse tipo de critério na avaliação universitária.

Algumas considerações

A análise de conteúdo mostra que as representações de avaliação, democratização, excelência, evasão, gestão e seleção, construídas a partir das temáticas levantadas nos editoriais da Folha durante o governo Lula (2003-2010), constroem um retrato social do ensino superior no Brasil.

Uma sociedade pode ser analisada pelas representações que elabora, pois o que emerge na materialidade do texto é fruto de sujeitos inscritos num determinado tempo e num lugar condicionado social e historicamente. Assim, o constructo social formulado pela Folha para o ensino superior nos revela uma concepção particular de educação em si-

sem relegar a qualidade de ensino e a produção científica das IES.

As temáticas colocadas em discussão pelos editoriais da Folha reafirmam a necessidade de uma reforma na universidade brasileira, que envolve desde a gestão orçamentária das instituições públicas até a regulação estatal sobre a rede privada, passando pela reformulação dos currículos dos cursos. A imagem do ensino superior brasileiro resultante da representação editorial é a de um sistema que não atende aos imperativos da contemporaneidade, em termos de excelência e sintonia com as necessidades do mercado de trabalho. **US**

As temáticas colocadas em discussão pelos editoriais da Folha reafirmam a necessidade de uma reforma na universidade brasileira, que envolve desde a gestão orçamentária das instituições públicas até a regulação estatal sobre a rede privada, passando pela reformulação dos currículos dos cursos.

metria com determinados agentes econômicos e políticos, como a OCDE e Banco Mundial, que reforça a dicotomia entre democratização do acesso e excelência universitária.

De forma geral, o estudo comprova que democratização e excelência são os principais eixos temáticos quando se trata de ensino superior no país. Mesmo que parcialmente, todos os outros assuntos têm origem nessas duas questões. Desse modo, podemos afirmar que o grande desafio do sistema universitário ainda reside neste paradoxo: ampliar o acesso,

nota

1. Este artigo é uma síntese das reflexões suscitadas durante a elaboração da dissertação de mestrado “A educação superior no discurso editorial: imagens de excelência e democratização nos editoriais da Folha de S. Paulo”, defendida em setembro de 2013 no PPGCOM da USP.

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRASIL. MEC/INEP. **Censo da educação superior**. Brasília: INEP, 2012.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2009.
- CITELLI, Adilson. **Palavras, meios de comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2006.
- ECO, Umberto. A universidade e a *mass media*. Apud. GOTTLIEB, Liana. **O estatuto que a imprensa edita para a universidade brasileira: um estudo comparativo 1997-2001**. São Paulo: Líbero, v. 4, nº 7-8, p. 102-111, 2001.
- MARCUSCHI, L. Antônio. Atividades de referenciação, inferenciação e categorização na produção de sentido In: FELTES, H. P. de Moraes (org.). **Produção de sentido: estudos transdisciplinares**. Caxias do Sul: Educs, 2003.
- MELO, J. Marques de. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- PAULA, M. F. Costa. **As propostas de democratização do acesso ao ensino superior do Governo Lula: reflexões para o debate**. Avaliação (Campinas), Campinas, v. 11, n. 1, p. 133-147, 2006.
- SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

referências

A precarização do trabalho docente como necessidade do capital: um estudo sobre o REUNI na UFRGS¹

Shin Pinto Nishimura

Professor da Educação Básica na Rede Estadual do Rio Grande do Sul

E-mail: shinpn@hotmail.com



Resumo: Entendemos o serviço público como uma mediação na garantia de direitos sociais. Assim, a precarização do trabalho destes servidores contribui com o esgarçamento da esfera de direitos. Apresentamos um estudo sobre a precarização do trabalho docente no ensino superior público à luz da implementação do REUNI, realizado entre 2010-2012. A opção se deve à localização chave que os trabalhadores em educação têm no capitalismo como formadores da força de trabalho. A expansão de vagas e as implicações para o trabalho docente são analisadas na UFRGS. Como método, buscamos referência no materialismo histórico-dialético, porque considera o movimento dos fenômenos em um contexto determinado historicamente. Entendemos que a greve dos servidores públicos federais em 2012, iniciada na educação, as greves em redes estaduais e municipais em 2012 e 2013, bem como a proposição de um Encontro Nacional de Educação para 2014, demonstram a expressão nacional dos debates da educação.

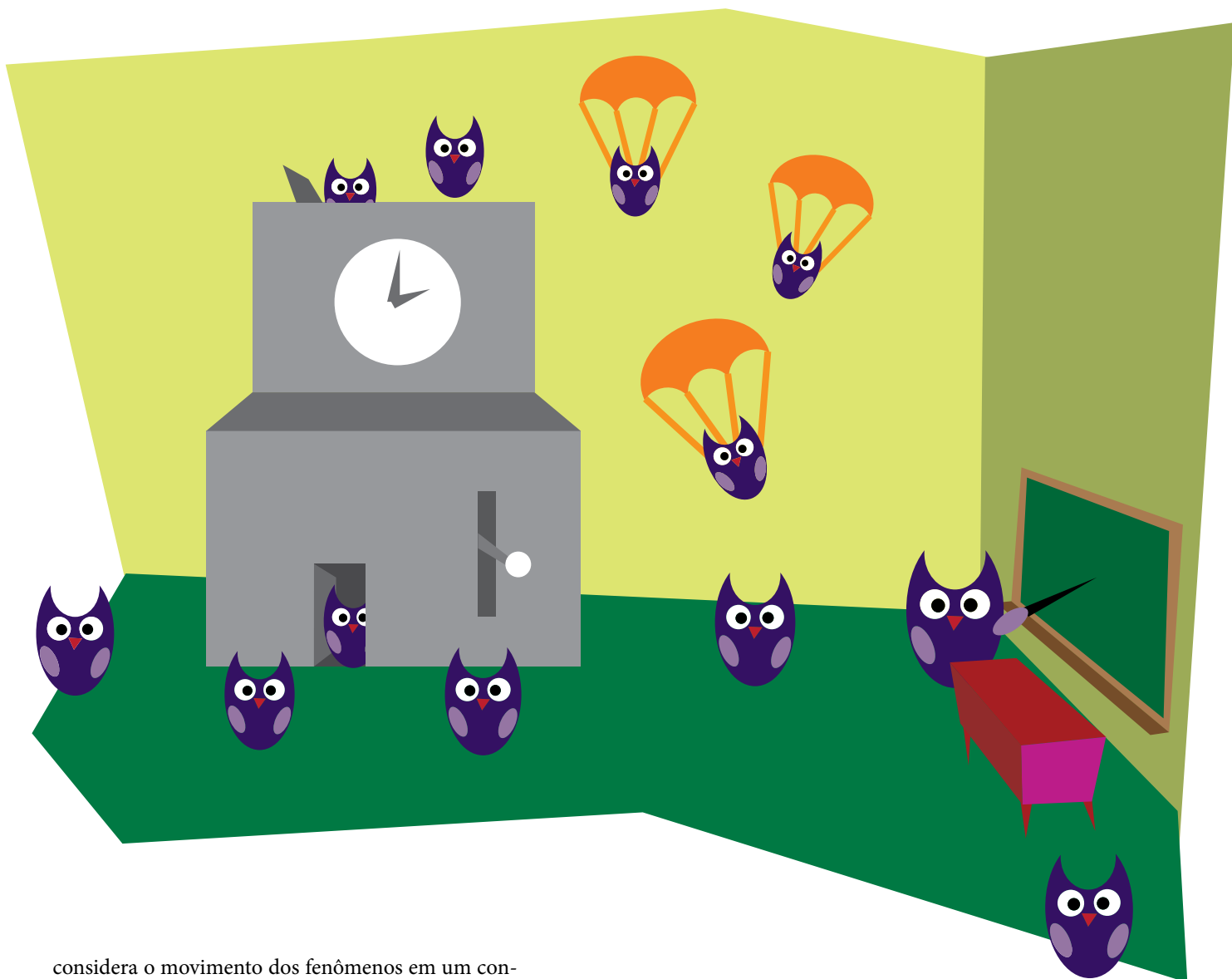
Palavras-chave: Precarização do Trabalho Docente. REUNI. Quantidade e Qualidade.

Introdução

Apresentamos um estudo sobre a precarização do trabalho docente no ensino superior público brasileiro focando a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI – Decreto 6.096/07), particularmente na Universidade Federal do Rio Grande

do Sul (UFRGS). Para isso, faremos uma contextualização breve da atual crise do capital, passando por temas como reestruturação produtiva, reformas do Estado, precarização e desemprego estruturais.

O estudo está referenciado no materialismo histórico-dialético como método de análise porque este



considera o movimento dos fenômenos em um contexto determinado historicamente. A metodologia articuladora da pesquisa foi o estudo de caso, tendo como objetivo aprofundar os elementos constitutivos deste caso particular, identificada a possibilidade de este ser “representativo de um conjunto de casos análogos” (SEVERINO, 2007). Como instrumento central, utilizamos a análise de documentos², através dos indicativos de Olinda Evangelista³, de *localizar, selecionar, ler, releer, sistematizar e analisar as evidências* contidas nos documentos, relacionando com o aporte teórico organizado.

Indicamos elementos de generalização na singularidade do trabalho precário, estabelecendo relações com: (1) a greve de 2012 – dos Servidores Públicos Federais (SPFs) em geral e, particularmente, dos trabalhadores da educação pública federal; (2) as lutas por

direitos; e (3) as greves dos trabalhadores da educação básica em estados e municípios em curso nesse ano.

A análise foi feita na Escola de Educação Física/ESEF (favorável à implementação do programa, recebe dois cursos novos) e na Faculdade de Educação/FACED (contrária, recebe a demanda de novos cursos). Parte dos dados foi obtida em reuniões com o Diretório Acadêmico de Educação Física e Dança (DAEFI/UFRGS) para chegar a algumas implicações da implementação do REUNI, especialmente o curso de Dança criado pelo programa. Fizemos também um movimento de conversa com os chefes de departamento e diretores da unidade, quando foi possível.

Consideramos o fenômeno da precarização do trabalho docente vinculado ao movimento de precarização do trabalho em geral. Por isso, iniciamos com uma breve caracterização do contexto de crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002).



Crise do capital, reformas do Estado e formação

O capital carrega em sua reprodução uma lógica expansiva incontrolável, explicada pelos mecanismos do processo de acumulação, que colocam o sistema em crise com certa frequência. As crises capitalistas têm como característica serem crises de superprodução, conforme análise desenvolvida por Marx no “Manifesto do Partido Comunista”, de 1848: “as crises comerciais aniquilam regularmente grande parte não somente dos produtos existentes, mas também das forças produtivas já criadas. Nas crises eclode uma epidemia social que teria parecido um contrassenso a todas as épocas anteriores: a epidemia da superprodução” (MARX, 2009, p. 33).

Entretanto, a crise atual (que teve início na década de 1970) apresenta características diferenciadas das anteriores, sendo caracterizada por Mészáros como *crise estrutural do capital* (MÉSZÁROS, 2002). A *novidade histórica da crise* é, segundo Mészáros, a sua

De uma crise estrutural da acumulação capitalista tenta-se encobrir como uma crise causada pelo aumento dos gastos sociais do Estado, inclusive culpabilizando os sindicatos por promoverem lutas por aumentos salariais e por outros direitos trabalhistas.

característica diferenciada de: caráter universal; alcance global; temporalidade permanente (escala de tempo extensa); e modo de desdobramento rastejante (MÉSZÁROS, 2002, p. 796). Os desdobramentos da crise materializam na exploração desenfreada dos recursos naturais, na retirada de direitos sociais e na flexibilização dos direitos trabalhistas, como tentativa de recompor as taxas de lucro do capital (ANTUNES, 2009).

Com o agravamento da crise, os capitalistas lançam mecanismos para tentar recompor as taxas de lucro do capital, como a reestruturação produtiva e as contrarreformas do Estado⁴. No âmbito da produção, a tendência é a mudança do taylorismo/fordismo, que atingiu abrangência mundial com a produção em massa, ao toyotismo (caracterizado como sistema

de organização flexível), iniciado nas fábricas japonesas. No âmbito das reformas, a crise move os ideários do capital a buscarem a implementação das políticas neoliberais, promovendo mudanças na configuração do Estado. O principal do receituário neoliberal é analisado, por Anderson, como: disciplina orçamentária, contenção dos gastos sociais, e a restauração de uma chamada “taxa natural” de desemprego, potencializando a exploração dos trabalhadores a partir do engrossamento das fileiras do “exército de reserva” (ANDERSON, 1995, p. 11), indicados como saídas para a crise.

De uma *crise estrutural da acumulação capitalista* tenta-se encobrir como uma *crise causada pelo aumento dos gastos sociais do Estado*, inclusive culpabilizando os sindicatos por promoverem lutas por aumentos salariais e por outros direitos trabalhistas.

Neste sentido, a política educacional do governo Lula-Dilma/PT para as IFES apresenta linhas de continuidade em relação ao governo FHC⁵, em que se privilegia a oferta de “serviços educacionais” pelo setor privado e desresponsabiliza o Estado de garantir direitos, cabendo a ele somente supervisionar as instituições que oferecem tal “serviço”. O PL 7200/06, de Lula, é exemplo de proposta de reforma universitária que visava a aumentar as rachaduras na manutenção pública deste nível de educação.

Consideramos o REUNI como uma das mais recentes medidas da contrarreforma da educação superior, que está diretamente articulada com a crise e as atuais demandas para a formação em países de capitalismo dependente. Em sua concepção carrega fortemente o elemento da otimização dos gastos do Estado, a partir de uma ampliação de verbas para infraestrutura e recursos humanos que não acompanha a ampliação de vagas. Essa otimização se materializa nas metas a serem atingidas, que têm como ponto de partida a leitura de que as IFES não estão funcionando a “pleno vapor” e que, com o REUNI, devem ampliar as vagas na educação superior “pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007).

As mudanças na formação promovidas pelo REUNI, expressas pela reestruturação dos currículos, têm origem na discussão do projeto Universidade Nova, impulsionado pelo reitor da UFBA, visando a criar

Bacharelados Interdisciplinares (BI). O documento resgata a organização do ensino superior orientada pelo Processo de Bolonha e os *colleges* estadunidenses, uma reconfiguração internacional da educação superior, com o diferencial da criação dos Bacharelados Interdisciplinares europeus do século XIX. Efetivamente, os estudantes são formados “bacharéis em generalidades”, tendo a expansão das universidades uma lógica de continuidade do ensino médio, acontecendo o afinilamento na passagem para o segundo ciclo, de especialização.

Estas modificações em curso nas universidades reforçam o conceito de *educação superior minimalista*, formulado por Leher, que nos ajuda a compreender as recomendações feitas pelos organismos de financiamento internacional para a educação superior em países de capitalismo dependente. Estes indicam que as “nações situadas na classe de renda baixa ou médio-baixa [...] devem se limitar a desenvolver a capacidade para acessar e assimilar novos conhecimentos” (BANCO MUNDIAL *apud* LEHER, 2011, p. 1). Com a implementação do REUNI, estas características se aprofundam e, de acordo com as análises feitas neste trabalho, apontam indícios de precarização (que veremos no decorrer), tanto da universidade quanto do trabalho docente, afetando diretamente a qualidade das universidades públicas no país.

Precarização do trabalho docente: mas não sem resistência!

A precarização do trabalho docente nas IES⁶ do Brasil é relacionada por Bosi (2007) à tendência decrescente da taxa de lucro no escopo do processo de acumulação que leva ao limite os níveis de produtividade e de competição. Quando falamos em precarização do trabalho, apontamos para uma gama de elementos que compõe as *condições de trabalho* em geral, pois estas condições são a chave para compreendermos como os “enormes enxugamentos da força de trabalho combinam-se com mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho” (ANTUNES, 2006, p. 19)

A precarização do trabalho docente na educação pública tem como mediação imediata da precariza-

ção as mudanças ocorridas no papel do Estado em meio a um contexto de contrarreformas neoliberais. Embora as transformações por motivo da reestruturação produtiva também o influenciem, a ligação imediata do trabalho docente é com o Estado, mantenedor do vínculo dos professores.

Apresentamos uma caracterização que nos contempla, no sentido de ampliar o conceito de precarização do trabalho docente, como parte do aumento da precarização do trabalho num âmbito mais geral, seguindo uma lógica de que

o aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, [...] o arrocho salarial [...] e a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho de Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público (OLIVEIRA, 2004, p. 1140).

Na educação superior federal, a precarização do trabalho docente acompanha a precarização do trabalho de todos os servidores públicos federais. De acordo com os cálculos elaborados por Rondinel, professor de economia da UFSM⁷, o gasto do governo Dilma (PT) com a folha de pagamento dos servidores federais está entre um dos menores patamares da história⁸.

A precarização do trabalho docente na educação pública tem como mediação imediata da precarização as mudanças ocorridas no papel do Estado em meio a um contexto de contrarreformas neoliberais.

Em resposta a esta ampla e aprofundada precarização do trabalho nos serviços públicos federais e do trabalho docente na educação pública, diversas categorias de SPFs entraram em greve no ano de 2012 (chegando a mais de 30 setores paralisados), sendo que a *Greve nas Federais*⁹ é considerada uma das maiores greves da história das universidades brasileiras.

As lutas da educação seguiram no ano de 2013, com uma paralisação nacional nos dias 22, 23 e 24 de abril a qual se somaram 22 estados, tendo como pauta central a implementação da Lei do Piso. No quadro mais recente e emblemático do movimento,

educadores do estado e de municípios do Rio de Janeiro completam hoje 71 dias¹⁰ de uma greve que é criminalizada e reprimida abusivamente pela polícia truculenta de Sérgio Cabral/PMDB (instituição esta que tem 20 PMs indiciados por tortura e assassinato do pedreiro Amarildo). As batalhas campais produzidas pela polícia no RJ também se veem no RS, MT, GO, SP, BA e em outros estados.

Como expressão da importância das lutas da educação na atualidade brasileira, está sendo organizado um Encontro Nacional de Educação para o ano de 2014, que pretende fazer um diagnóstico da educação nacional e retomar os acúmulos gerados pelo *Plano Nacional de Educação: a proposta da sociedade brasileira*. Esta iniciativa está sendo impulsionada pelo ANDES-SN e já conta com outras entidades se somando em sua construção, como: SINASEFE, FEDEP-RJ, SEPE-RJ (diretoria), CPERS (congresso), CSP-Conlutas (executiva) e FENEX (Fórum Nacional de Executivas e Federações de Curso). Essa é uma importante movimentação que visa a retomar a articulação das lutas em nível nacional, para que possamos construir respostas coletivas em relação às políticas educacionais em curso.

Como expressão da importância das lutas da educação na atualidade brasileira, está sendo organizado um Encontro Nacional de Educação para o ano de 2014, que pretende fazer um diagnóstico da educação nacional e retomar os acúmulos gerados pelo *Plano Nacional de Educação: a proposta da sociedade brasileira*.

REUNI e a precarização do trabalho docente na UFRGS

O programa REUNI é implementado em um contexto de sucateamento da educação superior no Brasil. Para sua aprovação, o governo Lula/PT utiliza mecanismos de adesão por acordos de metas, sem debate com a comunidade acadêmica¹¹.

Semelhante a diversas universidades pelo país, a aprovação deste programa na UFRGS foi feita sem debate com a comunidade acadêmica e com utilização da força policial federal, de forma truculen-

ta, para evitar que se perdesse o *prazo* dado pelo governo federal. Foram organizadas manifestações que mobilizaram os três setores da comunidade universitária e os diversos campus da universidade. O método de implementação do REUNI é analisado por Leher como um *consenso falsificado no andar de cima*, pois as universidades deveriam cumprir um calendário apertado do MEC (com aproximadamente dois meses para esboçar o projeto), ignorando o processo democrático que a proposta demandaria (LEHER, 2011).

À primeira vista, o REUNI *aparece* como um novo fôlego aos anos de escassez de novos recursos para as IFES. Porém, esse fôlego não vem sozinho, porque o repasse de verbas está condicionado ao cumprimento de *metas*, centralmente, à elevação da taxa de conclusão média dos cursos para 90% e ao aumento na proporção de estudantes por professor para 18:1.

Este elemento nos dá pistas para desvelar a lógica da expansão do ensino superior no governo Lula, que, enquanto “salva” os empresários implementando o PROUNI, passa a “conta” do aumento das vagas oferecidas nas IFES para os docentes, com a intensificação do seu trabalho, e um melhor aproveitamento da estrutura física. Para ilustrar a ociosidade de vagas nas particulares, um trecho do senso da educação superior do MEC, feito um ano antes da criação do PROUNI: no país, o setor privado ofereceu 2.011.929 (86,7%) das 2.320.421 vagas da educação superior. Ingressaram no setor privado 1.015.868 (50,5%) estudantes, ficando ociosas praticamente a metade das vagas (MEC, 2004, p. 36 – grifo nosso).

Percebemos o movimento de intensificação do trabalho docente na proporção de estudantes por professor¹² nas matrículas das IFES, que era de 7:1 em 1980, passa a 8:1 no ano de 1998 e chega a 11:1 em 2004 (BOSI, 2007). A proposta do REUNI é chegar à meta de 18:1 no ano de 2012, um aumento de mais de 150% em 30 anos, inchando estas instituições em nome de uma expansão com qualidade duvidosa.

Passados quatro anos da aprovação do REUNI, o balanço feito pela ANDIFES em 2010 aponta para a criação de 65.306 novas vagas, que representam um aumento de 49%, pois em 2007 foram registrados 122.003 estudantes matriculados. Os cursos criados somam 810, cerca de 34% de aumento, todos estes

de matrículas presenciais (ANDIFES, 2010). Um aumento de vagas expressivo, com certeza importante para milhares de estudantes do país. Porém, este número oculta as condições em que acontece a implementação do programa, condições que buscamos analisar na pesquisa.

Foram considerados, nesta análise do REUNI na UFRGS, três elementos centrais: 1) a criação de professores temporários; 2) a intensificação do trabalho na FACED; e 3) a precarização das condições de trabalho na ESEF, alterando sua qualidade.

O primeiro elemento diz respeito a uma tendência geral no mundo do trabalho, em um contexto de crise estrutural do capital: o *trabalho com vínculo temporário*. A tabela abaixo foi elaborada no sentido de expor uma comparação das vagas para docentes permanentes previstas com as executadas por ano:

Vagas Docentes Permanentes Previstas e Efetivadas pelo REUNI		
Ano	Ampliação Prevista	Ampliação Efetivada
2008	40	40
2009	93	94
2010	104	104
2011	100	0
2012	73	---
Variação 2008-2012	410	238

FONTE: Relatórios de Gestão UFRGS 2006/2010 e dados PROGESP¹³ (elaboração própria)

Nota-se que até o ano de 2010 as vagas para o quadro docente permanente estavam sendo efetivadas com regularidade. Entretanto, o ano de 2011 nos surpreende por não ter se efetivado nenhuma das 100 vagas previstas na expansão pelo REUNI. O que fez com que as 100 vagas REUNI para professor permanente não se efetivassem? A resposta está no enunciado - O ano de 2011 e o REUNI: “O dia em que a *verba* parou¹⁴”.

A explicação para o contingenciamento das 100 vagas previstas na UFRGS¹⁵ para o ano de 2011 foi o corte do governo Dilma/PT, que diminuiu o orçamento anual em 50 bilhões de reais, afetando os gastos com educação em 3 bilhões de reais. Os concursos para professor permanente foram substituídos por processos seletivos para *professores temporários*. O detalhe perverso é que estas vagas foram criadas a

partir da lei 8745/93 (BRASIL, 1993), que prevê contratação em casos de *necessidade temporária de excepcional interesse público*, tendo como casos previstos, por exemplo, as situações de calamidade pública, de emergência na saúde pública, combate a emergências ambientais etc.

Os temporários, e também os substitutos, têm como características: não serem pautados pelo tripé ensino, pesquisa e extensão; vínculo de trabalho precário com a universidade; não podem assumir cargos administrativos, o que acaba gerando um aumento de demanda para os docentes permanentes; entre outros.

Esta desvinculação de 3 bilhões de reais destinados à educação acontece ao mesmo tempo em que aumenta o volume de gastos do governo federal com o pagamento de juros e amortizações da dívida pública brasileira, que chega a um montante de 708 bilhões de reais no ano de 2011¹⁶. A incerteza em relação às verbas e o “acordo de metas” foram pontos contestados pelo movimento de ocupação de reitorias no ano de 2007, por parte de “estudantes, funcionários e professores de luta [...] Diversas foram as ocupações de reitorias e conselhos universitários: UFRJ, UFF, Uni-Rio, UFPR, UNIR, UFBA, UFC, UFPE, UFJE, UFRRJ, UFSC, UNIFESP, UFSCAR, UFES, UFG [...] UFRGS” (PERGHER; NISHIMURA, 2008, p. 17).

O segundo elemento de análise foi o aumento do volume de trabalho para professores da FACED, unidade contrária porém intensificada pelo REUNI. Como dado importante da pesquisa, destacamos que tanto o departamento em questão (Departamento de Estudos Especializados/DEE) quanto a direção da FACED não possuíam os dados sistematizados para acompanhamento da evolução do número de matrículas por semestre/ano. O movimento que fizemos foi de trabalhar sobre dados brutos, disciplina por disciplina, semestre por semestre, para chegar aos resultados que apresentamos e, inclusive, poder contribuir com a direção da FACED e as coordenações de departamento nesse diagnóstico necessário sobre o aumento de demanda criada pelo REUNI a esta unidade.

No ano de 2009 encontramos duas turmas com um aumento significativo de estudantes, chegando a 66 e 67 estudantes por turma, para um professor. O volume total de matrículas efetuadas no DEE/FA-

CED entre os anos de 2007/1 – 2011/1 subiu de **1347** para **2263**. A diferença é de 916 matrículas, o que equivale a um aumento de 68% de matrículas neste departamento. Neste mesmo período foram criadas apenas 3 novas vagas para professor permanente no DEE devido à ampliação do REUNI. Serão suficientes estas vagas num departamento que teve 68% de aumento no volume de matrículas?

Estes elementos são indicativos da intensificação do trabalho na FACED, mesmo sem o conhecimento do diretor da faculdade, ou mesmo do chefe do departamento em discussão. Esta não é uma questão menor no quadro que estamos analisando sobre a qualidade da expansão, principalmente porque demonstra haver possibilidade de que a *quantidade* provoque alterações na *qualidade*, relação que buscamos referência na teoria para desenvolver na continuidade do texto.

O volume total de matrículas efetuadas [...] subiu de **1347** para **2263**. A diferença é de 916 matrículas, o que equivale a um aumento de 68% de matrículas neste departamento. Neste mesmo período foram criadas apenas 3 novas vagas para professor permanente no DEE devido à ampliação do REUNI. Serão suficientes estas vagas num departamento que teve 68% de aumento no volume de matrículas?

Mais vagas, melhor aproveitamento: quando a quantidade altera a qualidade

Este tópico foi criado em separado para fazer a discussão do terceiro elemento. Trata-se da precarização do trabalho docente e da universidade através da criação de dois cursos novos em um campus onde não se ampliou sequer um metro quadrado da estrutura física.

Os dados sobre a implementação do REUNI na ESEF (em especial o curso de Licenciatura em Dança) têm como fontes principais o Núcleo de Avaliação da Unidade (NAU/ESEF) e o DAEFI. Consideramos ser possível discutir a qualidade desta expansão tomando por base as avaliações do NAU/ESEF, utilizando como referência a lei da dialética da transformação da quantidade em qualidade. Faremos uma

breve introdução sobre esta lei, para depois articular esta discussão aos dados da pesquisa.

Nos referenciamos na definição de Engels, na obra *A Dialética da Natureza* (1979), na qual ele diz que “as leis da dialética são, por conseguinte, extraídas da história da natureza, assim como da história da sociedade humana. Não são elas outras senão as leis mais gerais de ambas essas fases do desenvolvimento histórico, bem como do pensamento humano” (ENGELS, 1979, p. 34). No mesmo trecho, Engels cita outras duas leis da dialética: 1) a lei da interpenetração dos contrários (unidade e luta dos contrários); e 2) a lei da negação da negação, como sendo “estabelecidas por Hegel, de acordo com sua concepção idealista, como simples leis do *pensamento*” (idem).

Justamente nesta questão Marx afirma que a dialética hegeliana está de cabeça para baixo. Marx, sendo discípulo de Hegel, reconhece os avanços que este faz na compreensão das leis de desenvolvimento da realidade, mas trata de colocá-las de cabeça para cima, indicando que as leis da dialética são leis reais de desenvolvimento da natureza e da história da sociedade humana.

Um exemplo clássico sobre o movimento de transformação da quantidade em qualidade, sistematizado por Hegel, é o grau de temperatura da água em que ao “aumentar ou diminuir a temperatura da mesma, chegará um ponto em que seu estado de coesão se modifica e a água é transformada em vapor ou gelo” (HEGEL *apud* ENGELS, 1979, p. 36). Ao trazer o debate para a história da sociedade humana, citamos um trecho do livro “O Anti-Dühring”, de Engels, em que relata um cálculo utilizado por Napoleão para saber das forças de suas tropas ao enfrentar os exércitos mamelucos:

Napoleão descreve o combate travado entre a cavalaria francesa, cujos soldados eram pouco afeitos à equitação, mas que eram, no entanto, disciplinados, e os mamelucos, cuja cavalaria era a melhor do seu tempo para os combates individuais, mas que eram indisciplinados. Eis o que nos diz Napoleão: “Dois mamelucos sobrepujavam, indiscutivelmente, a três franceses; 100 mamelucos faziam frente a 100 franceses; 300 franceses venciam 300 mamelucos e 1.000 franceses derrotavam, inevitavelmente, 1.500 mamelucos” (ENGELS, 1878).

Este exemplo relaciona diferentes qualidades e quantidades que se confrontam, sendo necessário para a cavalaria de Napoleão um acúmulo mínimo para que a qualidade, que os diferencia em disciplina dos mamelucos, tenha um efeito que promova a superação da quantidade dos oponentes.

Passamos a descrever e analisar o processo de implementação do REUNI na ESEF, com o foco central no curso de Licenciatura em Dança. O processo de decisão do REUNI na ESEF não foi diferente do que constatamos na sua aprovação em outros *campi* da universidade e mesmo em outras universidades Brasil afora. Encontramos um exemplo desse processo em uma fala no Relatório da 2ª etapa do NAU/ESEF:

as coisas vêm sempre muito de cima para baixo, para depois saber das nossas necessidades, e eu acho que é isso que dá essa confusão toda e dá toda essa falta de planejamento (NAU/ESEF, 2010, p. 38).

[...] não colocaram técnicos, não pensaram na estrutura em si, pensaram só na parte política da instituição; colocaram cursos sem nenhuma estrutura, sem recursos, sem nada e agora a gente está aqui, segurando uma batata quente (NAU/ESEF, 2010, p. 39).

No discurso sobre a ampliação de vagas na educação superior, o REUNI aparece como uma solução para o ingresso na universidade daqueles que não dispunham de “oportunidades”, porém, na prática constatamos que, pelo menos no caso estudado, a ampliação de vagas não foi devidamente planejada.

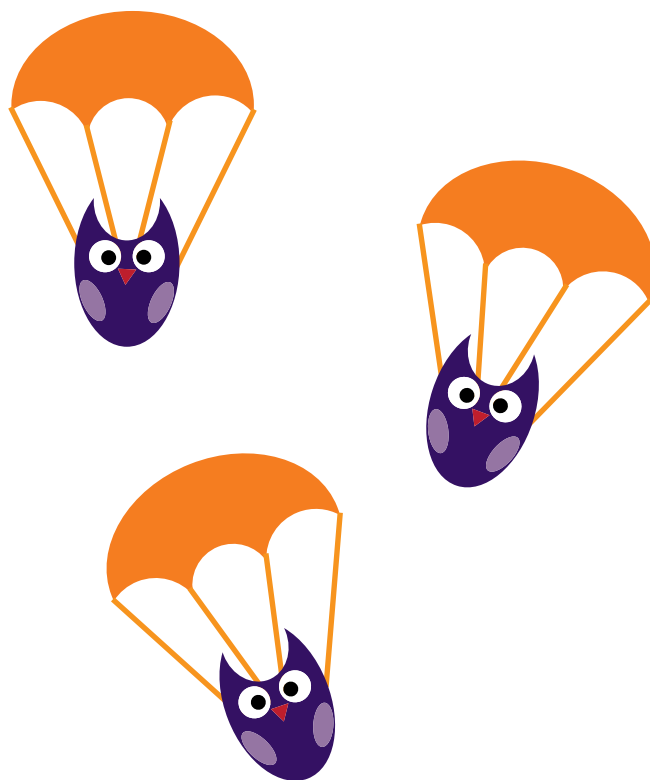
Outro elemento que problematizamos é a oferta de um curso de Dança noturno, sendo notável o maior volume de trabalho para estes profissionais no turno da noite (espetáculos, ensaios, participação em companhias, festivais etc.). Este ponto tem consequências, elencadas pelo movimento estudantil através de elaboração de Cartas da Dança¹⁷. Os estudantes elaboraram cartas reivindicatórias, expondo ser o “horário que o profissional que já está neste mercado de trabalho atua, horário também no qual os alunos podem buscar a formação complementar” (CARTA DA DANÇA, 2009).

O relatório parcial da terceira etapa do NAU/ESEF traz sínteses importantes, que foram apresentadas à comunidade esefiana. Elencamos os pontos centrais:

1) aspectos positivos: criação do curso de Dança e algumas aulas boas com professores da EF e FAGED sem problemas; e 2) aspectos negativos: horário das aulas noturno, informação da oferta do curso diurno, porém as aulas acontecem à noite, currículo mal planejado, pouco respeito com o curso de Dança, dificuldade para conseguir vagas para monitoria e horários coincidentes com as aulas, é preciso faltar às aulas para realizar coisas importantes para o curso (como assistir a espetáculos etc.) e alguns colegas trancaram o curso para voltar quando as coisas estiverem melhores¹⁸.

Organizamos dados obtidos junto ao núcleo e as informações que acessamos com o DAEFI, com relação à infraestrutura, às “faltas” que tem a ESEF e às implicações para o trabalho de técnico-administrativos e professores. Citamos uma fala sistematizada na etapa 2 de trabalho do NAU/ESEF, que expressa os limites estruturais já existentes na ESEF, mesmo antes de receber dois novos cursos:

Eu acho que a escola não estava preparada para absorver os dois cursos que chegaram aqui. **Não tinha todas as soluções para um curso que funcionava sozinho aqui.** E, de cara, trouxe outros dois que agora passam, como filhos da casa, também a querer atenção e solicitar... (NAU, 2010, p. 20 – grifo nosso).



As questões de estrutura, pelo nosso referencial, são elementos importantes que interferem diretamente nas *condições de trabalho* que os professores encontram nos ambientes educacionais. A falta de planejamento da implementação dos novos cursos é uma característica geral do REUNI e aponta para o método que o governo tem utilizado para aprovar suas propostas para a universidade, desde os anos de 2004 e 2005.

Nossa hipótese de transformação da quantidade em qualidade tem como fundamento a precarização das condições e a intensificação do trabalho docente, gerados pela criação de dois novos cursos, sem a ampliação da estrutura física e com a ampliação restrita do quadro docente e de trabalhadores técnico-administrativos. Vamos, então, relacionar as “faltas” indicadas nos relatórios do NAU/ESEF a esta escassa ampliação do quadro de trabalhadores e a inexistente ampliação da estrutura física.

Em nossa composição, constatamos que este limite quantitativo foi ultrapassado pela expansão promovida pelo REUNI na ESEF. Os elementos de discussão a seguir apontam para esta sobreposição. Porém, mesmo identificando a transformação, não conseguimos chegar ao *momento preciso* em que esta acontece, tendo em vista a complexidade do fenôme-

no analisado. A importância de se chegar a este elemento é pontuada por Trotsky: “Determinar o *momento preciso*, o ponto crítico, em que a quantidade se transforma em qualidade é uma das tarefas mais importantes e difíceis em todas as esferas do conhecimento” (TROTSKY, 2011, p. 83 – grifo nosso).

Nossa balisa de referência sobre *qualidade* é a avaliação feita pelo NAU/ESEF. Quanto à estrutura, a ESEF apresenta como dificuldades¹⁹: espaço físico insuficiente; estrutura inadequada dos espaços existentes; falta de espaços para os estudantes; falta de professores; falta de local para armazenamento de materiais; falta de organização e segurança; recursos tecnológicos obsoletos e insuficientes; falta de técnico-administrativos; técnicos pouco qualificados; acessibilidade inadequada; e falta de atendimento médico (NAU/ESEF, 2010, p. 14-20).

Esta lista de dificuldades nos apresenta o quadro da precarização em que se encontra a universidade, tendo passados dois anos da implementação do REUNI na ESEF.

Feita a análise do Relatório da 2ª etapa (NAU/ESEF, 2010), organizamos um quadro, a partir das falas dos participantes, com alguns dos pontos considerados problemáticos com relação à estrutura física da ESEF:

Quadro - Dificuldades de Estrutura e as Falas dos Grupos Gocais

Dificuldade	Fala que indica o problema
Falta de sala de professores e para os professores	“Está tendo concurso novo. São quatro cursos... Então nós criamos o monstro. Daqui a pouco vai ter briga em cima de briga, e eu já sei, não só no laboratório como em outros lugares, o pessoal já briga por um espacinho.” (PARTICIPANTE C, NAU/ESEF, 2010, p. 38)
Falta de salas de aula	“Problema grave na ESEF em relação ao espaço físico, especialmente salas de aula, que acabam refletindo na qualidade.” (PROFESSOR, NAU/ESEF, 2011) “Eu dou aula na grama, já dei inúmeras vezes... mas não pode ser!” (PROFESSOR, NAU/ESEF, 2011)
Precariedade das salas de Rítmica 1 e 2	Não há sala específica para nenhuma modalidade de dança. O espelho cai, a barra tem a mesma altura, não há equipamento de som apropriado. (ESTUDANTE, NAU/ESEF, 2011)
A estrutura física não vai acompanhar	“Está sendo um problema muito sério, principalmente dos novos cursos, não à disputa, mas aos espaços físicos que vão se dar aos diversos cursos aqui citados. Eu acho que toda a estrutura física, ela não vai acompanhar, mesmo com muita certeza em relação aos cursos que entraram.” (PARTICIPANTE D, NAU/ESEF, 2010, p. 75)

FONTE: Relatórios da 2ª e 3ª etapas do NAU/ESEF 2010 e 2011 (elaboração própria)

Este relatório contribui para o mapeamento dos problemas e foi de grande importância para o andamento desta pesquisa que o Núcleo de Avaliação da Unidade estivesse em funcionamento. A partir das falas, conseguimos identificar desdobramentos da expansão na própria disputa por sala entre os professores, pois, conforme a primeira fala do quadro, *o pessoal já briga por um espacinho*. Outro problema identificado pelo relatório é a utilização de ambientes alternativos para dar aulas, como o gramado da instituição. Ficam as perguntas: como dar aula na grama em dias de chuva? Os extremos da variação climática interferem na qualidade do trabalho ao ar livre?

Chamo atenção para a última fala do quadro, pois ela carrega um elemento de contradição que expressa, a meu ver, em essência, a política do REUNI. Ao mesmo tempo em que o Participante D afirma *ter muita certeza em relação aos cursos que entraram*, no sentido de concordar com a importância e necessidade destes cursos, por outro lado afirma categoricamente que *está sendo um problema muito sério* e que *a estrutura física não vai acompanhar!* Essa contradição tem sido a marca das políticas educacionais para o ensino superior implementadas nos governos do PT: esconder a precariedade intencional a que estão submetidas as universidades com uma *aparência* de democratização e avanços.

A precarização das condições de trabalho devido ao sucateamento, ou mesmo a falta, de estrutura física é latente quando analisamos os dados vindos dos relatórios do NAU/ESEF. Os elementos são muitos, mas parece-nos que a questão da falta de espaço físico, em especial salas de aula adequadas, compromete a qualidade do trabalho que realizam os professores da ESEF. Consideramos concretos os elementos de piora da *qualidade* na ESEF devido à *quantidade* de demanda gerada por dois cursos novos implementados pelo REUNI.

Considerações finais

Durante a pesquisa, nos deparamos em diversos momentos com “melindres” no acesso aos dados sobre o REUNI. Esta dificuldade é um importante dado da pesquisa e reforça a ideia de que o programa está

situado em um campo de disputa dentro da universidade e na sociedade como um todo.

Obtivemos importantes dados sobre a intensificação *silenciosa* do trabalho docente na FACED e a *escancarada* falta de planejamento na ESEF para receber dois novos cursos pelo REUNI - Fisioterapia e Dança. Esta conclusão pode ser tirada a partir dos relatórios do NAU/ESEF que, em relação à estrutura, têm o registro das falas dos membros da comunidade esefiana marcados pela “falta”, precarizando as condições de trabalho dos docentes, técnico-administrativos e mesmo a condição de estudo dos estudantes.

O fato de professores temporários serem chamados às pressas para suprir a demanda dos concursos não abertos devido ao corte de verba para a educação constitui uma situação delicada. Expõe os limites outrora apontados para a proposta do REUNI na educação superior. Esta condição de trabalho precarizada de professor temporário reforça o compromisso daqueles que faziam críticas quando da aprovação do programa. Dentre eles estão o ANDES-SN, inúmeros DAs e DCE's, Executivas e Federações de Curso etc.,

O fato de professores temporários serem chamados às pressas para suprir a demanda dos concursos não abertos devido ao corte de verba para a educação constitui uma situação delicada. Expõe os limites outrora apontados para a proposta do REUNI na educação superior.

que defendem concretamente uma educação pública de qualidade e socialmente referenciada na maioria da população, a classe trabalhadora.

Identificamos que as tendências de transformação do trabalho produtivo se expressam, através da precarização e da intensificação, também no trabalho improdutivo. A transformação da quantidade em qualidade é outro indicativo no contexto analisado de um curso criado pelo REUNI em um *campi* que não se planejou para recebê-lo, e agora arca com as consequências práticas da decisão política operada por cima, como *consenso falsificado*. **US**

notas

1. Pesquisa realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na linha Trabalho, Movimentos Sociais e Educação (TRAMSE), sob orientação da professora Doutora Laura Souza Fonseca, no Grupo Trabalho e Formação Humana.

2. Entre os documentos estão os Relatórios de Gestão da UFRGS (2006-2010); Relatórios do Núcleo de Avaliação da Unidade (NAU) da Escola de Educação Física; dados do Departamento de Estudos Especializados (DEE) da Faculdade de Educação; documento do Banco Mundial (1995); o Decreto 6096/07 – que institui o REUNI; e o Plano Diretor do Aparelho de Reforma do Estado (1995).

3. O texto de referência foi “Apontamentos para a análise de documentos de política educacional”, disponível em: <<http://www.dfe.uem.br/texto.Olinda.PDF>>. Acesso em: 25 jun. 2011.

4. Contrarreforma porque se caracteriza como uma reforma “para pior”. O termo contrarreforma carrega o sentido da crítica às reformas que vêm sendo propostas em um período marcado pelas políticas neoliberais, em específico para o ensino superior brasileiro, que, ao invés de fortalecer as instituições públicas que garantem (cada vez menos) o acesso e permanência custeado pelo Estado, privilegia a partilha com as instituições privadas, transformando a educação superior em serviço.

5. Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil entre os anos de 1995 e 2002.

6. Instituições de Ensino Superior.

7. Universidade Federal de Santa Maria.

8. Notícia divulgada no site do ANDES-SN. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br:8080/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=5084>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

9. Como ficou conhecido o movimento grevista iniciado em 17 de maio de 2012 e que no comunicado especial do Comando Nacional de Greve (CNG-ANDES), expedido no dia 8 de agosto do mesmo ano, contava com 57 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

10. Data de hoje 18/10/13; greve iniciada dia 08/08/13.

11. Outros elementos que compõem a contrarreforma universitária do governo Lula foram aprovados sem debate, com o agravante das medidas provisórias pautadas na calada da noite (final e início do ano letivo), como por exemplo: Parceria Público-Privada (lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004); Lei de Inovação Tecnológica (lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004); e Programa Universidade para Todos - PROUNI (lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005).

12. O autor considera para o cálculo apenas estudantes matriculados em cursos de graduação presencial.

13. PROGESP (Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas).

14. Relação com o título da música *O dia em que a Terra parou*, de Raul Seixas; entretanto, o corte que afetou a implementação do REUNI na UFRGS não foi “um sonho de sonhador” e, embora sem os professores previstos, os estudantes “estavam lá!”.

15. Em âmbito nacional, 3.374 vagas de professores permanentes foram transformadas em temporárias.

16. Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida. Disponível em: <http://www.divida-auditoriacidada.org.br/config/artigo.2012-01-15.2486469250/document_view>. Acesso em: 12 jan. 2012.

17. As Cartas da Dança funcionaram como veículo de sistematização e divulgação dos problemas enfrentados pelos estudantes do curso à comunidade acadêmica, sendo elaboradas de forma coletiva entre as turmas que ingressaram na escola.

18. A avaliação do curso de Dança está disponível em: <<http://www.esef.ufrgs.br/teste/nau.html>>. Acesso em: 5 jan. 2012.

19. O setor da pós-graduação foi considerado a única exceção a estas necessidades.

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 09-23.
- ANDIFES. **Relatório de acompanhamento do REUNI**. ANDIFES, jan – 2010.
- ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informalização: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 15-25.
- _____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: SP – Boitempo (9ª reimpressão), 2009.
- BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente no ensino superior nesses últimos 25 anos. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007.
- BRASIL. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 3 jun. 2007.
- BRASIL. **Lei 8745/93**, de 9 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8745compilada.htm>. Acesso em: 7 jan. 2012.
- BRASIL. MEC. **Censo da educação superior** – resumo técnico. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/2004/censosuperior/Resumo_tecnico-Censo_2004.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2012.
- CARTA DA DANÇA (DAEFi). **Carta à Comunidade Esefiana** – 2º semestre. 2009 (mimeo).
- ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. **Anti-Dühring**. (1878). Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1877/antiduhring/cap12.htm>>. Acesso em: 10 out. 2011.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola. 7ª edição, 1989.
- LEHER, Roberto; BARRETO, Raquel G.. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, set./dez. 2008.
- LEHER, Roberto. **Educação superior minimalista: a educação que convém ao capital no capitalismo dependente**. 2011 (mimeo).
- MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista (1848)**. Porto Alegre: L&PM, 2009. (Coleção L&PM Pocket).
- MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NAU. Núcleo de Avaliação da Unidade, ESEF/UFRGS - **Relatório Parcial: Planejamento, estrutura, valorização profissional e comunicação nas práticas institucionais**. 2ª etapa de trabalho, jun/2010.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. A Reestruturação do Trabalho Docente: Precarização e Flexibilização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez, 2004.
- PERGHER, Eduardo, NISHIMURA, Shin. Conjuntura histórica e resistência estudantil num período de ofensivas neoliberais. In: **Caderno de Debates – EXNEEF**. Volume X. Editora UFRGS: Porto Alegre, 2008.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed., rev. e atualizada – São Paulo: Cortez, 2007.
- TROTSKY, Leon. **Em defesa do marxismo**. Sundermann: São Paulo, 2011.
- UFRGS. **Relatório de gestão 2009**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a_ufrgs/relatorios/relatorio-gestao-2009.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2010.

referências

A universidade pública brasileira cresce para menos

Elisabeth Orletti

Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

E-mail: e.orletti@hotmail.com

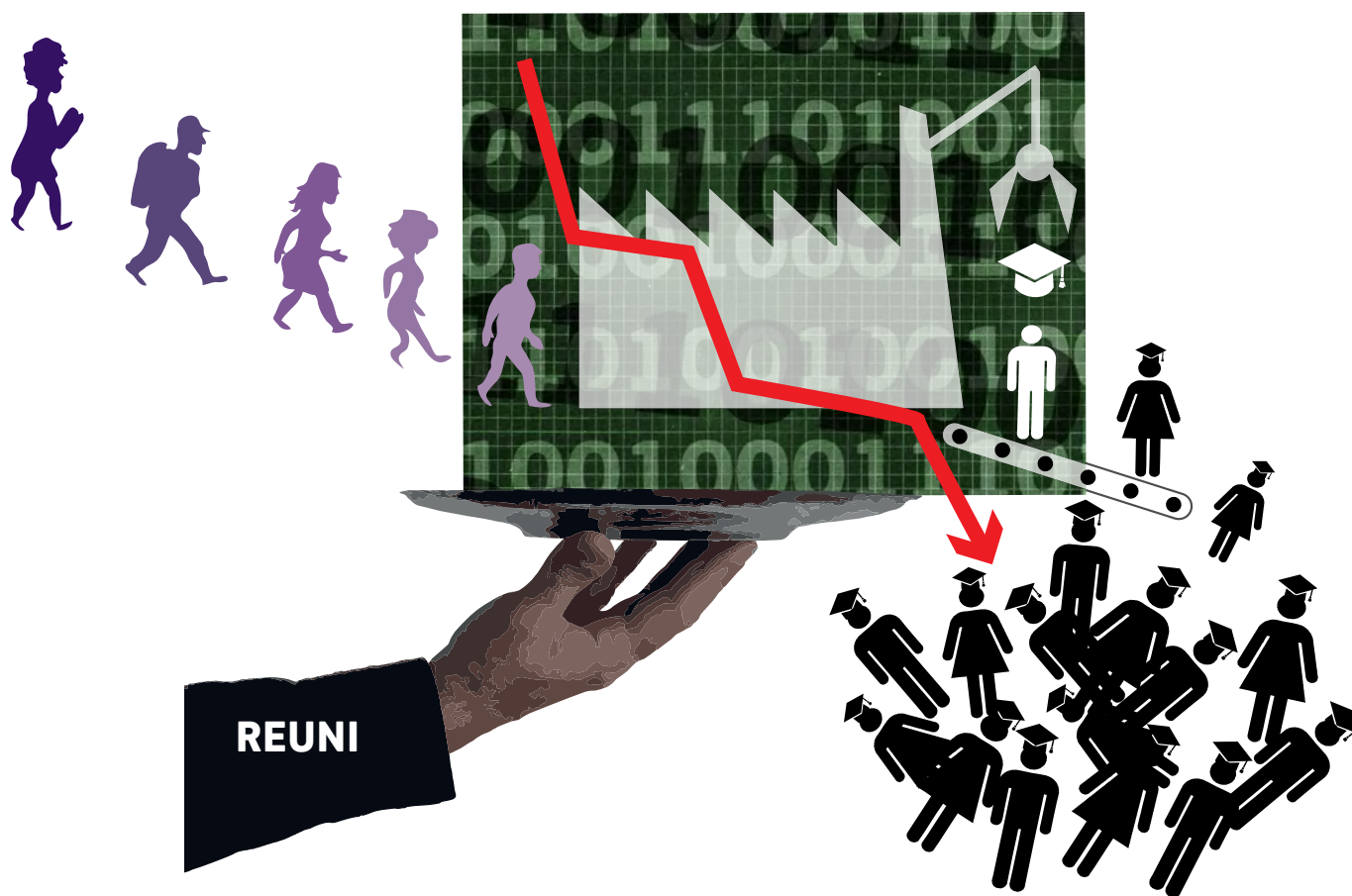
Resumo: Este trabalho enfoca as políticas de reestruturação da educação superior no Brasil abordando seus efeitos perversos para as universidades federais, em particular a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). As políticas neoliberais implantadas desde o governo Collor de Mello, aprofundadas nos últimos governos não são inspiração exclusiva das burguesias nacionais, mas fruto da subordinação destas ao projeto burguês internacional para os países de capitalismo dependente, que se acentuaram no governo Lula da Silva e Dilma Rousseff. Essas reformas desencadearam problemas nas relações e condições de trabalho e desvalorizaram, ainda mais, a carreira docente com a perversa expansão implementada no Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Os países centrais do capitalismo interferem nas políticas educacionais dos países de capitalismo dependente para que as políticas de ciência e tecnologia não priorizem pesquisas com tecnologia própria. Essa subordinação ao que vem de fora interfere diretamente nos critérios de produção científica brasileira que vinha privilegiando, até então; uma perspectiva efetiva de desenvolvimento autônomo das pesquisas científicas. A proposta deste artigo é traçar um quadro crítico de como a inserção dependente e subordinada do Brasil à expansão capitalista vem redefinindo o papel da universidade brasileira, colocando-a subordinada às demandas do setor produtivo e fazendo-a “crescer para menos”.

Palavras-chave: Universidade. Educação Superior. Relações e Condições de Trabalho. Valorização Docente. Capitalismo Dependente.

Introdução

A universidade não pode estar separada da sociedade, suas crises e impasses têm que ser entendidos como uma expressão orgânica do que ocorre no movimento real da sociedade. Ao pensar a Universidade, devemos ver a necessidade de construir vínculos para

fora do mundo acadêmico para se construir novos consensos e continuar lutando para preservar a universidade pública, laica e gratuita. Os projetos para a Universidade nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, com pequenas variantes, são adaptativos e coerentes com o ajuste neoliberal, havendo uma (des)educação da sociedade no sentido de demandar



a universidade como uma organização subordinada ao mercado.

Na ótica neoliberal, o sentido do público acaba deslizando para uma mera identificação do civil ao mercadológico, ou seja, a sociedade civil não é mais a sociedade de cidadãos, mas a comunidade de produtores e consumidores em relação ao mercado. Toda a vida social passa a ser medida pelo compasso das transações comerciais, não escapando nem a esfera da cultura e muito menos a da educação. Neste contexto, a Universidade vinculada a um projeto de Nação, produtora de ciência e tecnologia e de um “consenso” da consciência, como aponta Oliveira (2003), de que não somos um amontoado de consumidores, não só é necessária, mas fundamental.

Em primeiro lugar, devemos deixar claro que nenhum sindicato, nenhum educador e/ou gestor público pode ficar contrário à expansão de vagas na universidade pública. A resistência ao REUNI se deu por não se ter garantias de condições materiais (de infraestrutura) e humanas (contratação de docentes

e técnicos) para assegurar a qualidade de ensino, pesquisa e extensão nestes novos cursos. O que vem sendo comprovado desde 2008 até 2013.

O que, de fato, vem ocorrendo nas IFES em geral e em particular na UNIRIO, desde a implantação do REUNI, é a falta de professores e técnicos, de salas de aula e de laboratórios. As obras do REUNI estão embargadas e não prontas; assim, a infraestrutura não corresponde às necessidades para o funcionamento dos cursos novos. O que se tem é uma expansão acompanhada com péssimas condições de trabalho. Com a não nomeação e efetivação dos professores concursados e prometidos para a implantação dos cursos do REUNI, o governo Dilma acentuou a precarização de trabalho, criando a “figura” do professor temporário, sendo que nem mesmo este está sendo viabilizado na quantidade necessária. Como consequência deste agravamento das péssimas condições de trabalho, tanto na UNIRIO como nas demais IFES, temos disciplinas descobertas e alunos sem sala de aula desde 2009, ano em que os cursos iniciaram.

Os cursos já existentes que aumentaram vagas por aderirem ao REUNI não conseguiram as contratações prometidas. A ampliação e/ou criação de novos laboratórios e bibliotecas não se efetivaram, assim como a liberalização dos concursos prometidos e a contratação de professores para efetivar esta expansão. Este fato se constata quase seis anos depois do início da implementação do REUNI em todo o país e, por isso, não podemos dizer que o governo Dilma (como o de Lula da Silva) estaria investindo e priorizando a Educação Superior, como é colocado na mídia a todo instante. Tudo isso não passa de uma grande falácia. Essa política expansionista não garante os direitos dos docentes, dos técnicos nem dos estudantes, que continuam sendo os mais prejudicados.

Constata-se que as relações e condições de trabalho para o funcionamento dos cursos REUNI, como concurso das vagas prometidas e contratações, deveriam ter sido viabilizados até 2012, prazo do vencimento do programa, o que não ocorreu; fato que

Para tomar a universidade pública sob uma nova e necessária perspectiva, precisamos exigir, antes de tudo, que o Estado não encare a educação pelo prisma do gasto público e, sim, como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço.

impede uma expansão com qualidade de ensino, estudo e de trabalho. O MEC e seus gestores deveriam urgentemente buscar solucionar estes problemas que vêm prejudicando a imagem e o desempenho no ensino, na pesquisa e na extensão na UNIRIO e nas IFES de todo o país.

Hoje, mais do que nunca, a universidade pública brasileira vem sendo gerenciada por uma ótica mercantil e seus gestores tentam adequá-la ao que Chauí (2003) denominou de universidade operacional. Essas políticas de submissão da universidade brasileira fazem-na “crescer para menos”. Provoca não só o desprestígio da universidade pública brasileira como também a queda do nível do ensino superior, da pós-graduação, das pesquisas científicas e a distancia cada vez mais do papel social que deveria prestar à sociedade.

As péssimas condições de trabalho, de estudo e de ensino mostram um quadro crítico de como a inserção dependente e subordinada do Brasil na expansão capitalista vem redefinindo o papel da universidade brasileira. O mercado e o conhecimento têm especificidades bem distintas e, quando colocados como parceiros, sem critério algum, podem-se ter descaminhos grandes para o conhecimento, se distanciando do caminho democrático. A universidade e a empresa devem ser regidas por valores absolutamente próprios e distintos. São diferentes os seus ciclos de tempo, os seus objetivos e as suas motivações (CHAUÍ, 2003; LEHER, 2004).

Para tomar a universidade pública sob uma nova e necessária perspectiva, precisamos exigir, antes de tudo, que o Estado não encare a educação pelo prisma do gasto público e, sim, como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço. Para atingir esta meta, o Fundo Público deveria fixar percentual do PIB para a educação pública brasileira alocando, de imediato, 10% do PIB. Bandeira encampada por vários movimentos sociais - em particular pelo nosso Sindicato Nacional, o ANDES - e que deve ser a luta de todos os educadores.

Assim, poderíamos de fato, ter uma expansão (reestruturação) com qualidade na universidade pública brasileira, com mais recursos alocados e com uma gestão igualitária dos mesmos. Precisamos nos afastar das armadilhas do neoliberalismo e ajudar a Universidade a construir o conhecimento novo com ensino, pesquisa e extensão com dignas condições de trabalho. E aí, a Universidade poderá desempenhar o seu papel social: o de construir um Brasil melhor para todos que aqui vivem e trabalham.

Breve histórico da maior greve dos docentes em 2012 sobre valorização da carreira docente e condições de trabalho

Em maio de 2012, os professores das Instituições Federais de Ensino Superior entraram em greve por tempo indeterminado contra a desvalorização da carreira docente e as péssimas condições de trabalho

das universidades públicas. Na raiz do movimento se encontra a profunda insatisfação com os projetos de contrarreforma nas universidades que vêm privatizando-as por dentro, quebrando com o *ethos* acadêmico e trazendo heteronomia e falta de qualidade ao ensino, à pesquisa e à extensão. (LEHER, 2004). A faceta mais visível deste perverso quadro é o atual processo de expansão das IFES, que nos últimos anos têm aprofundado a precarização do trabalho acadêmico em todas as suas dimensões, expresso no arrocho salarial, na mercantilização do conhecimento e em jornadas laborais que beiram o limite do esgotamento físico, mental e emocional, com um acentuado grau de adoecimento dos docentes e técnicos administrativos.

Essa realidade foi muito bem captada pelo nosso Sindicato Nacional, o ANDES-SN, que, em seu 31º Congresso (realizado na cidade de Manaus-AM, entre os dias 15 e 20 de janeiro de 2012), já apontava para o protagonismo dos docentes na luta por melhores condições de vida e trabalho e na defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada. Após dois anos sem discutir uma proposta para a estruturação da carreira docente, o governo federal chegou ao ápice do descaso com a educação ao oferecer 4% para reposição das perdas salariais aos professores. Pressionados pela falta de estrutura, a categoria de docentes federais deflagrou o maior movimento grevista dos últimos dez anos. Diferente da maioria das greves, a pauta protocolada no MEC reivindicava por condições de trabalho e reestruturação da carreira docente. A reposição salarial, portanto, não era a única bandeira do movimento.

Esse ataque à universidade pública e à classe trabalhadora, dentro do contexto neoliberal (ANDERSON, 1999), faz com que o sentido do público acabe deslizando para uma mera identificação do civil ao mercadológico, ou seja, a sociedade civil não é mais a sociedade de cidadãos, mas a comunidade de produtores e consumidores em relação ao mercado. A educação e a saúde, seguindo a reforma do Estado, capitaneada por Fernando Henrique Cardoso, passam a ser uma mercadoria como outra qualquer.

A formação social brasileira foi definindo sua forma de capitalismo dependente em um processo de

vínculo orgânico e subordinado da burguesia nacional com as burguesias dos centros hegemônicos do capital, redefinindo o papel da graduação, da pós-graduação e das políticas de ciência e tecnologia e de saúde dentro de seu lugar na divisão internacional do trabalho. No que tange à educação, temos, tanto o nível de graduação quanto o de pós-graduação em suas ramificações e especificidades vinculadas a demandas do setor produtivo e a reboque do mercado que se ampliam e que se qualificam de forma subordinada. Como resultado deste processo, tem-se um sistema escolar constituído como uma formação social capitalista que apenas incorporou parcialmente o fordismo e, agora, a nova base científico-técnica e organizacional da produção de caráter digital-molecular (OLIVEIRA, 2006).

A forma subordinada do Brasil ao mecanismo de financeirização da economia vem criando mais e mais desigualdade social (CHESNAIS, 2005). O desenvolvimento desigual e combinado não constitui,

Pressionados pela falta de estrutura, a categoria de docentes federais deflagrou o maior movimento grevista dos últimos dez anos. Diferente da maioria das greves, a pauta protocolada no MEC reivindicava por condições de trabalho e reestruturação da carreira docente. A reposição salarial, portanto, não era a única bandeira do movimento.

no país, um acidente de percurso nem um atraso de algum setor ou alguma região, porque, na expansão capitalista, este “novo” modo de acumulação do capital é criador de desigualdades. E como frisou Frigotto (2001), é uma sociedade *que produz a desigualdade e se alimenta dela*. Assim, a persistência da economia de sobrevivência nas cidades, a ampliação ou inchaço do setor terciário ou da “altíssima informalidade”, o analfabetismo, a baixa escolaridade e a alta exploração de mão de obra de baixo custo foram e continuam sendo funcionais à elevada acumulação capitalista, ao patrimonialismo e à concentração de propriedade e de renda.

As opções políticas governamentais (especialmente nas últimas décadas do século XX no Brasil) e, particularmente, a reforma do Estado e o processo de privatização foram definindo e aprofundando um

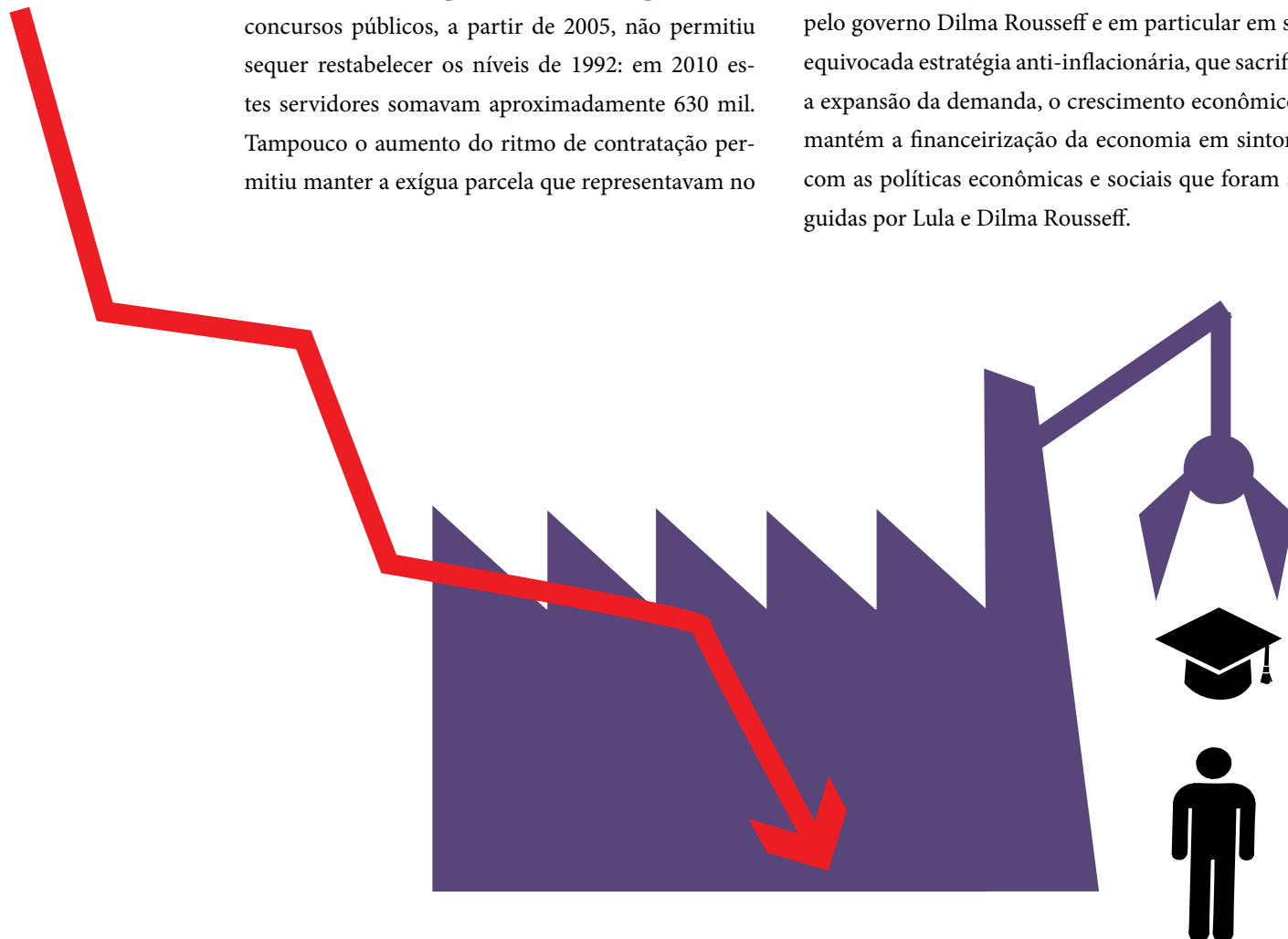
projeto societário dependente e associado de forma subordinada aos centros hegemônicos do capital. A consequência deste cenário se traduz em um ajuste ao ideário neoliberal e pós-moderno que tenta redefinir e privatizar por dentro a universidade pública.

Porém, a Universidade pode ser útil à classe trabalhadora como instrumento de barganha por melhores condições de trabalho, como instrumento de alargamento do grau de conscientização política e como instrumento da formulação de uma concepção de mundo emancipatória das relações sociais vigentes. Para isso, tem que romper com os pressupostos pragmáticos, operacionais e mercantis presentes na universidade de hoje, que só atrofiaram as possibilidades presentes, oferecidas pela escolarização, de construção de projetos societários que destoam dos interesses do capital e da burguesia que os embalam.

Um trabalho publicado pelo IPEA (2010) mostra que no governo Fernando Henrique Cardoso uma enorme devastação do emprego no setor público foi produzida, reduzindo-o e precarizando-o: em 1993 havia 680 mil servidores ativos na administração federal e em 2002, apenas 550 mil. A expansão dos concursos públicos, a partir de 2005, não permitiu sequer restabelecer os níveis de 1992: em 2010 estes servidores somavam aproximadamente 630 mil. Tampouco o aumento do ritmo de contratação permitiu manter a exígua parcela que representavam no

conjunto do emprego da população brasileira: em 2003 correspondiam a apenas 2,5% dos trabalhadores e em 2010, a 2,2%. A empresa privada (onde é notavelmente pior a remuneração) aumentou, no período, sua participação de 64,4% a 69,6% do total de empregos. A massa salarial na administração pública federal permaneceu modesta e constante: em 2002 representou 5% do PIB e em 2010, apenas 4%, correspondendo a 20% da arrecadação do governo federal neste intervalo. Isto apesar da elevação da qualidade do emprego – os estatutários saltaram de 78% dos servidores em 1995 para 83,5% em 2002 e 90% em 2010 – e do aumento do nível de escolaridade médio do servidor federal.

Estes indicadores mostram que é muito difícil imaginar uma pressão desestabilizadora nas contas públicas oriundas destes trabalhadores e seu movimento sindical. Os 2% do PIB que hipoteticamente reivindicam sequer produzirão déficit público primário, mesmo se ignorarmos o multiplicador keynesiano que alimenta a expansão da economia real e da arrecadação pública. A impossibilidade de negociação está ancorada nas políticas públicas adotadas pelo governo Dilma Rousseff e em particular em sua equivocada estratégia anti-inflacionária, que sacrifica a expansão da demanda, o crescimento econômico e mantém a financeirização da economia em sintonia com as políticas econômicas e sociais que foram seguidas por Lula e Dilma Rousseff.



A pressão colossal que os juros e amortizações exercem sobre o orçamento governamental impede que o Estado atue como gerador de emprego, reestruturação, de fato, da carreira dos servidores e investimentos em políticas públicas consistentes. O resultado é a mediocridade de nossas taxas médias de crescimento do PIB e de investimento, o avanço da desindustrialização e manutenção indefinida do programa de renda mínimo como principal fonte de política social, negligenciando a educação e o emprego como instrumentos sustentáveis e estruturais de redução de desigualdade, que exigem investimentos muito mais significativos para desempenharem este papel.

A reestruturação do ensino superior exige também o resgate da autonomia universitária e a redefinição do conceito de produtividade. O achatamento salarial dos docentes levou a que se buscasse complementação salarial mediante a competição por bolsas em agências de fomento à pesquisa. Estas impõem critérios de pontuação elitizados e aristocráticos que desviam o esforço da produção universitária da cidadania, das grandes massas e da extensão, favorecendo o corporativismo acadêmico (DELGADO, 2005) ou então o capitalismo acadêmico. O ANDES-SN, como sindicato combativo e democrático, tem que reforçar a luta para redefinir esses critérios fora da lógica produtivista que tanto prezam a CAPES e o CNPq.

Estes cenários se constituem num forte processo de privatização do ensino superior público que reflete o controle que as grandes oligarquias do país ainda exercem sobre o Estado brasileiro. Desprivatizar o Estado brasileiro e enfrentar o tema da desigualdade exige ir muito além de um programa de renda mínima, ainda que este tenha relevância e um papel importante a cumprir. Segundo o IPEA (2010), os dados sobre a redução da desigualdade no país são irrisórios depois de mais de uma década desta forma fragmentada de desenvolvimento dessas políticas que priorizam o desenvolvimento econômico e não o social. Esta conjuntura de descaso com a educação superior no Brasil e com os servidores públicos federais vem se agravando no Brasil desde a década de 90. A grande greve dos servidores federais em 2012, que incluiu a dos docentes, vem demonstrar que outros enfrentamentos virão. Vale observar a grande

greve dos professores municipais do Rio de Janeiro, em 2013.

Em 2012, a proposta do governo no final da greve dos docentes que, de forma autoritária e sem dialogar com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) - que representa os docentes do Brasil -, manteve perdas salariais, consolida e aprofunda as distorções anteriormente introduzidas na carreira por diferentes medidas governamentais, fazendo persistir e ampliando a quebra da isonomia entre ativos, aposentados e pensionistas. Como também não resolve e age com descaso quanto às condições de trabalho, estudo e ensino nas universidades públicas brasileiras. E com certeza outras lutas serão gestadas pela categoria como forma de resistir a essa privatização interna e ao descaso com a valorização da carreira docente.

A reestruturação do ensino superior exige também o resgate da autonomia universitária e a redefinição do conceito de produtividade. O achatamento salarial dos docentes levou a que se buscasse complementação salarial mediante a competição por bolsas em agências de fomento à pesquisa.

Condições de trabalho e a expansão precarizada nas IFES

As metamorfoses oriundas da implementação do REUNI vêm redefinindo de forma autoritária a carreira dos novos docentes nas IFES e precarizando ainda mais o funcionamento dos cursos e as condições de trabalho e estudo na universidade pública brasileira. A mudança na forma de conceber o trabalho docente traz intensificação e precarização nas universidades, reconfigurando a carreira docente e ampliando a carga horária do docente. E vem, portanto, progressivamente retirando direitos da política de capacitação docente. Professores efetivos têm que dar conta de disciplinas, pesquisa e extensão, além de ter produção intelectual e trabalhar na gestão das IFES, o que traz expansão de sua jornada de trabalho e, muitas vezes, seu adoecimento.

Dados que refletem essa precarização é a contratação de professores substitutos - e, mais recentemente, de temporários - em vez da contratação dos que estão com concursos homologados, que, conforme seus contratos, só podem exercer atividades no ensino de graduação, ficando fora da extensão, da pesquisa e da pós-graduação. Outro ponto negativo do Programa de Reestruturação (REUNI): um contrato de gestão capitaneado pelo MEC impediu qualquer projeto próprio de expansão das IFES. Com o REUNI, temos o aumento do número de cursos e de alunos e a não contratação do quantitativo correspondente de professores, como foi pactuado com as reitorias (conforme o projeto de lei proibindo a contratação dos docentes efetivos concursados, em pleno período de implementação deste programa).

O relatório da Andifes (2010) sobre o acompanhamento do REUNI apresenta dados sobre a expansão de vagas discentes e não registra uma única linha sobre vagas docentes. Essa expansão vem rompen-

Dados que refletem essa precarização é a contratação de professores substitutos - e, mais recentemente, de temporários - em vez da contratação dos que estão com concursos homologados, que, conforme seus contratos, só podem exercer atividades no ensino de graduação, ficando fora da extensão, da pesquisa e da pós-graduação. [...]

do com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e, em conformidade com o relatório do Banco Mundial (1993), desloca a concepção de Educação Superior para educação terciária. Agora, qualquer curso pós-médio de longa ou curta duração é considerado nível terciário. Temos aligeiramento dos cursos, flexibilização das diretrizes curriculares, enfim, cursos de segunda linha. Verdadeiros “escolões”, como bem defendia o ministro Paulo Renato, na era de FHC. Hoje, dentre os reitores há insatisfação tanto quanto ao nível de precariedade na implantação do REUNI quanto a recursos então pactuados. Em síntese, tem-se menor democratização nas IFES, priorizando a estrutura do mando verticalizado, rompendo com a autonomia universitária, com péssimas relações e condições de trabalho.

Mapa das reivindicações relativas às condições de trabalho nas instituições federais de ensino no Brasil

As reivindicações do ANDES-SN protocoladas no MEC, em fevereiro de 2012, tendo como referência a Pauta da Campanha 2012 aprovada no 31º Congresso do ANDES-SN já protocolada nos ministérios desde o mês de fevereiro (MEC e MPOG), estão focadas na luta por: a) reestruturação da carreira docente, prevista no Acordo 04/2011, que foi descumprido pelo governo federal, com valorização do piso e incorporação das gratificações; carreira única com incorporação das gratificações em 13 níveis remuneratórios, variação de 5% entre níveis a partir do piso para regime de 20h correspondente ao salário mínimo do DIEESE (R\$ 2.329,35) e percentuais de acréscimo relativos à titulação e ao regime de trabalho; e b) valorização e melhoria das condições de trabalho docente nas IFES, conforme pauta do ANDES-SN que foi protocolada no MEC antes do início da greve dos docentes de 2012.

Estes pontos foram discutidos nas assembleias dos docentes durante a greve na UNIRIO e em grande parte das IFES do Brasil. Eles foram priorizados pelo movimento docente, pois são fundamentais para a melhora das condições de trabalho nas Instituições Federais de Ensino, cujo processo de precarização vem se agravando a partir da execução do Programa de Reestruturação das Universidades Públicas Federais através do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Historicamente, o ANDES-SN reivindica um projeto de Universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, defendendo a expansão e a democratização do ensino público com qualidade a partir de sua reestruturação, tendo por base os seguintes princípios: manutenção e ampliação do ensino público e gratuito; autonomia e funcionamento democrático das universidades com base em colegiados e cargos de direção eletivos; estabelecimento de um padrão de qualidade para o ensino superior, estimulando a pesquisa e a criação intelectual na Universidade; dotação de recursos públicos orçamentários necessários para o ensino, a extensão e a pesquisa nas

universidades públicas; criação de condições para adequação da Universidade à realidade brasileira; garantia de direito à liberdade de pensamento nas contratações e nomeações para a Universidade, bem como no exercício das funções e atividades acadêmicas (ANDES-SN, 2013).

A intensificação e a precarização do trabalho na atualidade deve-se sobretudo a: ampliação de formas de desregulamentação do trabalho, com a redução do conjunto de trabalhadores estáveis e sua substituição por terceirizados, subcontratados, substitutos e temporários; pressão exercida sobre os trabalhadores contratados no sentido da submissão à intensificação e expansão da jornada de trabalho docente; uso das inovações tecnológicas, substituindo a força humana e comprimindo o tempo/espaço da produção a favor do capital; e imposição de uma lógica empresarial/mercantil/produtivista ao trabalho.

Ao mesmo tempo em que altera o mundo do trabalho, as funções do Estado se adaptam à lógica do mercado, modificando substancialmente a regulamentação do trabalho. No que tange aos servidores públicos federais, a conversão da aposentadoria em negócio do mercado financeiro, via FUNPRESP (Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal), é o exemplo mais recente.

Outro importante exemplo de privatização de serviços públicos e retirada de direitos que atingem a população é a recente aprovação no Congresso Nacional do projeto que privatiza os hospitais universitários, por meio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), submetendo toda a lógica da formação em saúde ao lucro. Outro aspecto a se destacar é o adoecimento do docente de nível superior diante da intensificação e precarização das condições de trabalho. Esta mudança na forma de conceber o trabalho docente traz intensificação e precarização nas universidades, reconfigurando a carreira docente e ampliando a carga horária do docente, e também retira direitos da política de capacitação docente.

O sentido da política de ensino superior também se altera, provocando a fragmentação, a mercantilização e a heteronomia entre e no interior das IFES, como já apontado. Em síntese, ao participar da comissão sobre as condições de trabalho, no Comando Nacional de Greve (CNG), durante mais de 30 dias em

Brasília, podemos enumerar como problemas centrais do REUNI nas IFES: mais vagas discentes sem o correspondente em vagas docentes; deslocamento da educação superior para terciária; aumento de vagas discentes/docentes diferenciadas e hierarquização dos cursos dentro das IFES, com falta de critérios e transparência no processo, menor democratização nas IFES e priorização de espaços executivos aos colegiados. Enfim, passados quase seis anos (de 2008 a 2013), avalia-se que o REUNI acentua o processo de precarização nas IFES, que já careciam de investimentos públicos antes da sua implementação.

Neste sentido, podemos afirmar que no que tange à infraestrutura: falta de edifícios próprios, obras inacabadas, instalações elétricas e hidráulicas em péssimo estado de conservação, ausência de bibliotecas e/ou insuficiência de acervos, falta de iluminação, transporte intra e inter *campi* insuficiente ou inexistente, laboratórios sem orientação de biossegurança, falta de segurança nos *campi* e inexistência de planejamento de espaços de convivência e paisagismo; no que tange ao trabalho docente: salas de aula lota-

A intensificação e a precarização do trabalho na atualidade deve-se sobretudo a: ampliação de formas de desregulamentação do trabalho, com a redução do conjunto de trabalhadores estáveis e sua substituição por terceirizados, subcontratados, substitutos e temporários; pressão exercida sobre os trabalhadores contratados no sentido da submissão à intensificação e expansão da jornada de trabalho docente [...]

das, necessidade de concursos públicos mediante a ampliação de matrículas e insuficiente ampliação de vagas docentes e, conseqüentemente, sobrecarga de trabalho; quanto à gestão: terceirização dos serviços de limpeza, manutenção e segurança e privatização dos hospitais universitários mediante a contratação da EBSERH; e no que se refere às condições de estudo e aprendizagem: bolsas de estudo insuficientes, ampliação insuficiente e ineficaz da assistência estudantil e aligeiramento da formação. E com certeza podemos afirmar que os cursos REUNI em funcionamento deixam a desejar na qualidade acadêmica e infraestrutura necessária.

A luta pela universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada tem que primar pela melhora das condições de trabalho e ensino nas IFES. A partir dos documentos enviados durante a greve no trabalho desta comissão no Comando Local de Greve (CLG), constatamos que os dossiês flagram a precariedade institucional nas unidades. Como professora da UNIRIO, chefe do departamento do curso de serviço social, que é um dos mais precarizados do país, descreverei a seguir nossa realidade, para ilustrar de forma clara o descaso com os cursos oriundos do projeto REUNI no Rio de Janeiro.

A Escola não conta com salas de aula, pesquisa, reunião e orientação de estudantes, estando abrigada em instalações cedidas provisoriamente pela Escola de Enfermagem, distante do nosso centro de origem (Centro de Ciências Humanas – CCH).

Crônica anunciada do descaso com a educação superior (O curso de Serviço Social da UNIRIO - 2010 a 2013)

A Escola de Serviço Social da UNIRIO decide paralisar suas atividades devido às péssimas condições de trabalho em novembro de 2012. Há cerca de 30 meses criou-se um novo curso na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), o de Serviço Social, dentre outros que emergiram no bojo do REUNI. Passados mais três anos, o curso não tem as condições mínimas necessárias ao bom andamento das suas atividades acadêmicas. As dificuldades são imensas e as condições de trabalho são péssimas.

Até o 5º período, o corpo docente contava somente com 6 professores efetivos, sendo que três deles foram contratados há menos de dois meses, após mais de dois anos e meio de espera. Metade dos professores foi contratada no regime de professor temporário, com vínculos trabalhistas precarizados e frágeis, sem garantias e direitos sociais elementares, podendo ter seus contratos rompidos arbitrariamente pela reitoria, seguindo as orientações do governo federal. Dentro

deste quadro, tínhamos, ainda, a não convocação da candidata aprovada há quase 2 anos em primeiro lugar em concurso público, sem nenhuma justificativa plausível apresentada pelos dirigentes da instituição.

Há apenas poucos meses tivemos a chegada de dois técnico-administrativos. Ou seja, a Escola funcionou por dois anos sem nenhum técnico para trabalhar na gestão administrativa, acarretando em uma sobrecarga de trabalho para a Direção do curso e três professores efetivos. Do ponto de vista da infraestrutura, temos somente uma pequena sala para abrigar professores, técnicos e estudantes do Centro Acadêmico, bem como nosso material de trabalho, espaço este absolutamente insuficiente para nossas necessidades básicas. A Escola não conta com salas de aula, pesquisa, reunião e orientação de estudantes, estando abrigada em instalações cedidas provisoriamente pela Escola de Enfermagem, distante do nosso centro de origem (Centro de Ciências Humanas – CCH).

As verbas para a construção do novo prédio do CCH já foram alocadas no orçamento da UNIRIO desde o início do REUNI, mas até hoje não saiu das pranchetas. A biblioteca não é dotada de livros voltados à formação de qualidade dos nossos estudantes. Estamos, todavia, movendo todos os esforços para o reconhecimento do curso pelo Ministério da Educação – que certamente virá em visita em breve, visto que os formulários de reconhecimento já foram enviados.

A situação ficou insustentável a partir do final de outubro de 2012, quando os dirigentes da instituição acataram, sem nenhum debate com a comunidade acadêmica, a portaria do MEC nº 22/2011, que ordena o encerramento unilateral e arbitrário dos contratos dos professores temporários até o mês de fevereiro de 2012. Esta informação foi veiculada no Memorando Circular do Departamento de Recursos Humanos nº 03/2012. No caso do curso de Serviço Social da UNIRIO, tínhamos a metade do corpo docente ameaçado de demissão coletiva no meio do próximo semestre letivo.

Ora, como poderíamos dar prosseguimento às nossas atividades diante de tal ameaça? Como pode um professor iniciar um curso sabendo que não terá tempo hábil para cumprir a carga horária? Como ofertar disciplinas com qualidade na educação superior brasileira? Um professor deve ter o direito de

começar e terminar o seu trabalho sem interferências externas, ainda mais no caso de uma demissão arbitrária como a proposta pelo governo federal e acatada pela reitoria da UNIRIO.

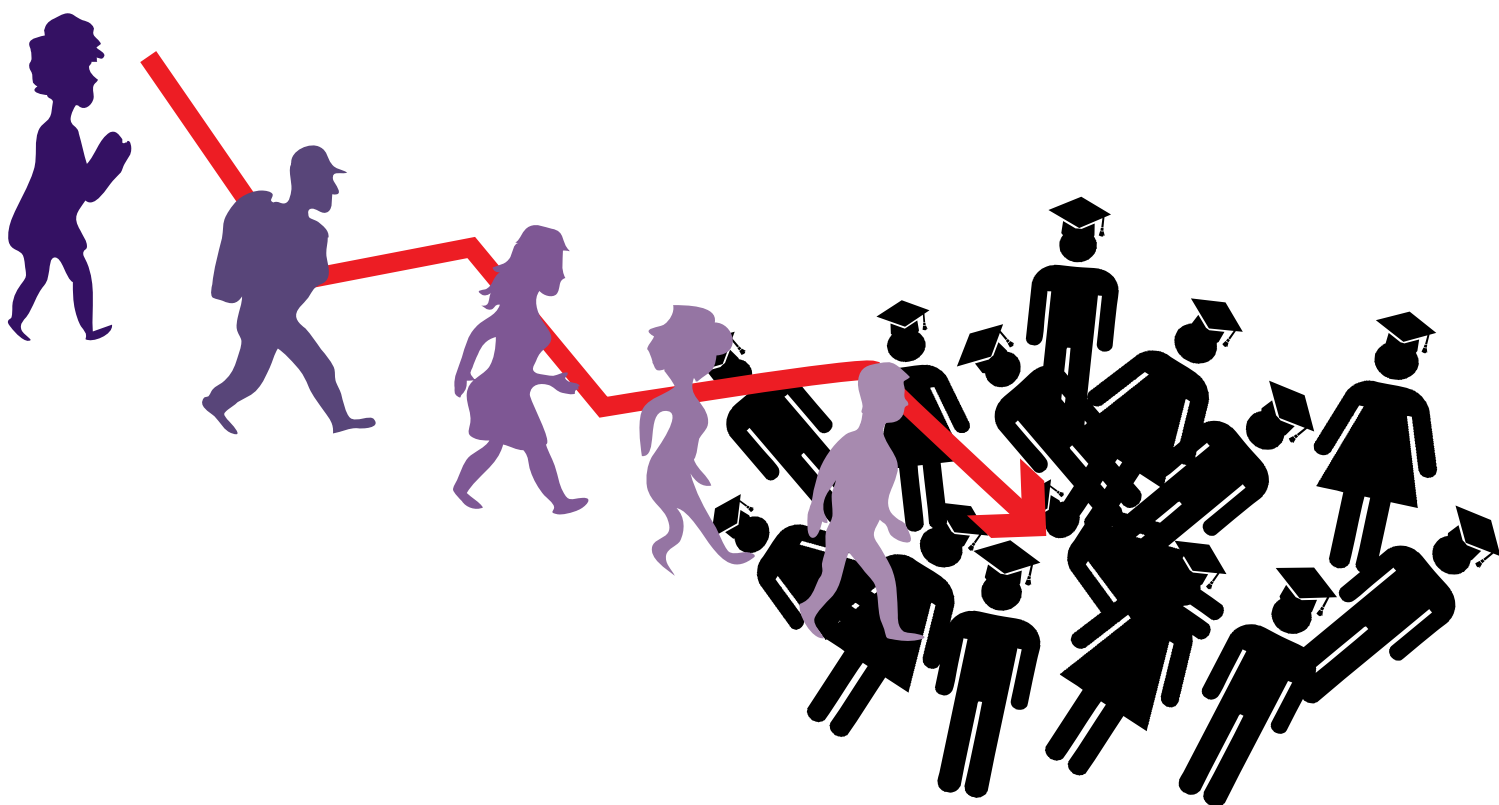
Muitas vezes, o coletivo do curso (alunos, professores e os dois técnicos) se manifesta publicamente acerca desta realidade, em especial junto aos conselhos deliberativos e consultivos da UNIRIO (CONSUNI, CONSEPE, Conselhos de Centro, Assembleias Docentes e Discentes), como também no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, em novembro de 2012, realizado em Juiz de Fora (MG).

Procuramos insistentemente, pelas vias institucionais, a resolução de todos os problemas. Diante dos sucessivos fracassos da negociação nestes 3 anos, a comunidade acadêmica do curso de Serviço Social da UNIRIO deliberou – por ampla maioria (com apenas 3 abstenções) – a paralisação das suas atividades a partir do dia 21 de novembro de 2012. Isto significa que o segundo semestre de 2012 não foi iniciado na data prevista, pois não tínhamos professores para concluí-lo nem para abrir o primeiro semestre de 2013. A nossa pauta de reivindicação consistiu nos seguintes pontos: (1) abertura de 7 concursos de professores efetivos; (2) contratação imediata da professora aprovada em primeiro lugar no ano de 2011;

(3) manutenção dos contratos dos atuais professores temporários até a contratação dos efetivos (respeitados os prazos legais estipulados nos seus respectivos contratos de trabalho); e (4) compromisso público de construção do novo prédio do CCH.

Deve-se notar que o encerramento dos contratos estava previsto para ser efetivado no meio do 2º semestre letivo de 2012, que se encerrará somente em abril de 2013, devido à greve nacional dos professores, técnicos e estudantes, deflagrada a partir de maio de 2012. Este ato arbitrário do MEC acatado pela PROGRAD-UNIRIO levou a uma paralisação das atividades do curso e o não início do semestre letivo 2012-2. Tivemos audiência com a reitoria e buscamos diálogo com o secretário da SESU, que estava no Rio de Janeiro. Depois de muita luta, conseguimos, pelo menos, a prorrogação dos contratos dos professores temporários. O que não resolve nossos problemas; só nos ajudou a iniciar o semestre letivo, que por hora se encerra, sem a certeza da contratação dos professores necessários para cobrir as disciplinas do próximo semestre.

Para sanar tais problemas, o curso luta desde o seu surgimento pela abertura de sete novos concursos, em conformidade com o nosso Projeto Político Pedagógico, que prevê quatorze professores contra-



tados via concurso público. Projeto este aprovado no Conselho de Ensino e Pesquisa da UNIRIO (CONSEPE) para aprovação do curso e dar início ao seu funcionamento.

Até este momento, abril de 2013, não tivemos a contratação de todos os concursos novos realizados para mais cinco vagas de professores efetivos, mesmo com as turmas já no 8º período. Se tudo der certo, no próximo período conseguiremos contar com mais dois professores efetivos, que, com a burocracia e morosidade da instituição, estão aguardando nomeação desde 2011, quando foram realizados esses concursos. Há promessa de contratação de mais 3 professores concursados, mas sem nenhuma data de chamada para nomeação dos mesmos. Com tudo isso, ainda temos um débito de 3 professores, conforme aprovado no CONSEPE, no início da implantação do curso. Também não há previsão de construção do novo prédio do CCH e a UNIRIO não investe na atualização do acervo bibliográfico das bibliotecas, em especial no tocante à área de Serviço Social. Isso se agrava em 2013, quando o curso retorna para o seu Centro de origem, o CCH, onde vai mendigar salas de aula e espaço físico mínimo para funcionamento, com seus oito períodos em andamento.

O capitalismo dependente constitui-se, então, em uma forma específica de desenvolvimento capitalista em que as burguesias locais se constituem em sócias menores e subordinadas às burguesias dos centros hegemônicos do capitalismo e se caracteriza pela hipertrofia de um desenvolvimento desigual e combinado que concentra riqueza e miséria, superexploração da classe trabalhadora e a dominância de processos educativos e formativos para o trabalho simples na divisão internacional do trabalho (ARRIGHI, 1998).

Sabemos que há situações semelhantes por todo o Brasil, em especial nos cursos novos criados pelo REUNI. Cerca de 50% do corpo docente da UNIRIO era formado por professores temporários. Esta medida do governo federal, que não leva em conta os interesses dos trabalhadores e estudantes nem as particularidades de cada universidade e seus respectivos cursos, constitui-se como uma política de ataque à qualidade da educação pública superior. Essa é a re-

alidade da expansão da universidade pública que o governo Dilma vem fazendo de norte a sul deste país.

Este relato específico sobre o descaso com um curso do REUNI (o de Serviço Social da UNIRIO) tem diferentes objetivos. Um deles é o de chamar atenção para um quadro que destoa de uma universidade pública, gratuita, laica e de qualidade que necessitamos reconstruir no Brasil. Outro é o de solicitar apoio para que todas as medidas, internas e externas, sejam adotadas para reverter esta situação, possibilitando que mais este curso público e gratuito de Serviço Social se consolide e se amplie. Um terceiro é o de buscar sensibilizar nossos dirigentes da UNIRIO e do MEC a tomarem todas as medidas necessárias para sanar esses problemas imediatamente, tanto na UNIRIO como em outras IFES do país.

Tivemos como ponto de pauta da última greve do ANDES as condições de trabalho e ensino, o que sequer foi discutido seriamente, nem junto ao comando nacional da greve, nem na ANDIFES. Isso mostra, mais uma vez, o descaso do governo com o ensino superior. Esperamos que estes e outros problemas sejam resolvidos o mais rápido possível, tendo a certeza de que somente a mobilização e a luta de professores, estudantes, funcionários e comunidade acadêmica são capazes de consolidar uma universidade com a qualidade e o compromisso social de que o Brasil tanto necessita.

Considerações finais

A análise histórica sobre a particularidade da inserção do Brasil ao capitalismo mundial de forma subordinada e dependente, explicitadas por Fernandes (1975 e 1981) e Oliveira (2003), clareiam nossas debilidades centrais e elencam os motivos reais deste dito “atraso”, que é uma estratégia que interessa e sustenta a expansão capitalista mundial. O capitalismo dependente constitui-se, então, em uma forma específica de desenvolvimento capitalista em que as burguesias locais se constituem em sócias menores e subordinadas às burguesias dos centros hegemônicos do capitalismo e se caracteriza pela hipertrofia de um desenvolvimento desigual e combinado que concentra riqueza e miséria, superexploração da classe

trabalhadora e a dominância de processos educativos e formativos para o trabalho simples na divisão internacional do trabalho (ARRIGHI, 1998).

As políticas neoliberais no campo educacional e a ciência e tecnologia evidenciam que o Estado brasileiro não só não confronta as diretrizes dos organismos internacionais, mas, ao contrário, as implementam em ampla escala, utilizando-se de instrumentos de coerção legal e de intensa massificação ideológica para um consenso ativo e passivo. E assim, constatamos que a educação superior necessária à realização das políticas de CT&I reforça seu caráter imediatamente produtivo, através da difusão de cursos diversificados e aligeirados para a grande parte dos estudantes que acedem progressivamente a esse nível de ensino, em função das necessidades da divisão do trabalho internacional, garantindo qualificações que são essenciais à valorização do capital global.

O diagnóstico ao qual chegamos, após analisar o Plano de Reestruturação e as condições de trabalho e estudo das universidades públicas brasileiras, é que este processo se constitui numa contrarreforma e está contribuindo para a universidade “crescer para menos”, atrofiando e subordinando as IFES como um todo às demandas circunstanciais do setor produtivo, ampliando ainda mais a privatização de espaços públicos. Compreendemos que estas políticas que vêm sendo implementadas pelo governo Dilma Rousseff interferem diretamente na forma de inserção do Brasil no capitalismo mundial, pois se verifica uma priorização por uma perspectiva mercantil na política de inovação tecnológica, atendendo diretamente aos interesses do capital e não às necessidades da sociedade brasileira (em termos educacionais particularmente), priorizando, assim, o desenvolvimento econômico em detrimento do desenvolvimento social.

Nesta inserção dependente do país ao capitalismo, o diagnóstico desigual e perverso com essa expansão precarizada, via REUNI, trouxe para as IFES mais vagas discentes sem o correspondente em vagas docentes; deslocamento da educação superior para terciária; aumento de vagas discentes/docentes diferenciadas e hierarquizando cursos dentro das IFES, com falta de critérios e transparência no processo e uma menor democratização nas IFES; e priorização de espaços executivos aos colegiados.

Para, de fato, se ter melhoria nas condições de trabalho, devemos lutar pelo cumprimento dos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos do REUNI: relação entre o projeto dos cursos e suas execuções; ter relação discente-docente em sala de aula; vagas docentes, discentes e de técnicos-administrativos; erradicar toda estrutura e infraestrutura precárias ou em falta por má gestão orçamentária e por falta de verba pública; rompimento com os critérios produtivistas como política de flexibilização do Estado, através da flexibilização do trabalho e como avaliação docente; interação indissociável entre os hospitais universitários e as escolas de medicina; e democracia nas deliberações sobre a gestão e projeto de universidade, privilegiando espaços colegiados. Ou seja, reconstruindo o *ethos* acadêmico democrático e de qualidade de ensino, pesquisa e extensão. O papel da universidade pública vai além de formar quadros para o mercado de trabalho, como os defensores do capital já priorizavam desde a década de 60 ao recolocarem na ordem do dia a teoria do capital humano (SCHULTZ, 1973).

O diagnóstico ao qual chegamos, após analisar o Plano de Reestruturação e as condições de trabalho e estudo das universidades públicas brasileiras, é que este processo se constitui numa contrarreforma e está contribuindo para a universidade “crescer para menos” [...]

Este plano de reestruturação e expansão das IFES tem um papel estratégico na formação acadêmica em nosso país, oferecendo mais prontamente capital humano para o aumento da produtividade e da competitividade da produção material e simbólica da riqueza, vantagem comparativa imprescindível para a instalação de novas empresas multinacionais nos países “periféricos” como o Brasil. Essa Reforma da Educação Superior exerce ainda um papel crucial na estabilização da hegemonia burguesa ao oferecer a segmentos significativos das massas trabalhadoras uma formação de natureza meramente pragmática e operacional que interessa à valorização do capital e contribuem, no campo educacional, para o aprofundamento do apassivamento das lutas sociais.

O Brasil necessita construir saídas coerentes e sérias se quiser resgatar uma perspectiva de desenvolvimento autônomo e sustentável que resolva os seus problemas estruturais e enfrente a desigualdade social. É preciso questionar por que o governo não deveria fazer com que parte das pesquisas feitas pelas universidades públicas estivessem obrigatoriamente voltadas ao enfrentamento dos problemas sociais. Desempenhando o papel social que lhe cabe na sociedade, a universidade brasileira poderia fazer pesquisa, desenvolver alguns produtos e materiais de utilidade para combater a pobreza e criar bases para a superação da ordem exploradora capitalista. Entretanto, um dos grandes problemas que existem no Brasil é o da educação, da educação básica. Sem uma progressiva educação básica de melhor qualidade e uma distribuição de renda adequada, a universidade fará pouca coisa sozinha.

O governo do Brasil, ao priorizar a retomada dos princípios do liberalismo clássico (ANDERSON, 1999), põe em pauta uma total liberação das forças do mercado, privatizando espaços públicos, dilatando a esfera privada em detrimento da esfera pública. Este processo traz uma ruptura do financiamento do setor público à educação, o que vem trazendo mudanças na Educação Superior, mudando o *ethos* acadêmico e destruindo princípios caros à Universidade Pública Brasileira.

E o maior desafio para a universidade brasileira é resgatar seu papel social, ajudando a reconstruir a

das universidades. Estamos assistindo somente a um repasse de recursos públicos ao setor privado sem integrar minimamente as ações da política de ciência e tecnologia brasileira porque, sem planejamento, com falta de gestão e avaliação dos governos brasileiros nas três últimas décadas, não estamos trilhando passos significativos rumo a uma real democratização e independência da sociedade. E se a universidade tem crescido para menos, temos que entender que estamos andando para trás. **US**

E o maior desafio para a universidade brasileira é resgatar seu papel social, ajudando a reconstruir a Nação e se concentrar na produção de conhecimento novo sem se desvincular do movimento real da sociedade, da classe trabalhadora.

Nação e se concentrar na produção de conhecimento novo sem se desvincular do movimento real da sociedade, da classe trabalhadora. O que podemos constatar, após este processo investigativo, é que nos falta um Projeto de Nação. E a falta desde Projeto derruba de forma significativa as boas intenções e iniciativas por parte do governo, de instituições de pesquisas e

- ANDERSON, P. Seminário pós-neoliberalismo III. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas.
- As origens da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999. Seminário 1.
- ANDES-SN - SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. Cadernos ANDES 2: Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira. 4 ed. Brasília, DF, 2013. 63 p.
- ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- BANCO MUNDIAL. **Informe anual.** Washington, 1993.
- CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. In: **Conferência de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPEd.** Poços de Caldas, MG: ANPEd, 05 out. 2003.
- CHESNAIS, François (Org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências.** São Paulo: Boitempo, 2005.
- DELGADO, Ornellas. **Neoliberalismo y capitalismo académico.** Texto mimeografado. México: 2005.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil.** Um ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974 / Reeditado em 1981.
- _____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Os “homens de negócio” e a política educacional do MEC. **Jornal Folha Dirigida**, Rio de Janeiro, 20 a 26 nov. 2001. Caderno Educação, p. 12.
- IPEA. **Relatório sobre a precarização do emprego no Brasil.** Brasília, 2010.
- LEHER, R. **Considerações sobre o projeto de lei da educação superior.** Versão de 6 dez. 2004. (mimeo).
- OLIVEIRA, F. de. **Crítica da razão dualista: o ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, F. de. **Em busca do consenso perdido: democratização e republicanização do Estado,** texto mimeografado, no prelo, UERJ, 2006.
- SCHULTZ, T. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

referências

A “concessão” governamental de autonomia e financiamento nas universidades estaduais do Paraná¹

*Luiz Fernando Reis*²

Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

E-mail: reisluizfernando@gmail.com

*A luta do homem contra o poder é a luta
da memória contra o esquecimento.*

Milan Kundera

Resumo: O governador do Paraná anunciou, no final de agosto de 2013, que vai constituir um Grupo de Trabalho para estudar uma proposta de vinculação do financiamento das universidades a um percentual da receita tributária e, assim, “garantir a autonomia completa” a tais instituições. Não é a primeira vez que tal proposta é apresentada. O objetivo deste artigo é descrever e problematizar a proposta apresentada pelo governo Lerner (1995-2002) de “concessão de autonomia plena” e de vinculação do financiamento das universidades paranaenses a um percentual do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Durante o governo Lerner, houve uma disputa acirrada entre dois projetos distintos de universidade, especialmente em relação ao financiamento e à autonomia universitária. Como culminância de tal enfrentamento, os docentes e técnicos de três universidades paranaenses realizaram uma greve, no final de tal governo, que perdurou por quase seis meses. As lições do passado recente podem auxiliar na problematização das lutas do presente.

Palavras-chave: Financiamento da Educação Superior. Autonomia Universitária. Universidades Estaduais.



Introdução

O governador do estado do Paraná, Beto Richa (PSDB), expediu, em 18 de março de 2013, o decreto nº 7.599, que criou o “Conselho de Gestão Administrativa e Fiscal do Estado como colegiado de assessoramento direto ao Governador do Estado” (PARANÁ, 2013). Tal decreto, num flagrante desrespeito à autonomia das universidades, submeteu, inicialmente, todas as universidades às deliberações do “Conselho de Gestão Administrativa e Fiscal do Estado”.

De acordo com o decreto nº 7.599, os atos dos órgãos da Administração Direta e Autárquica (inclusive das universidades estaduais) que implicassem em despesas de pessoal deveriam, obrigatoriamente, ser autorizados pelo Conselho de Gestão Administrativa e Fiscal do Estado. Tal Conselho poderia “**deliberar previamente**” sobre a “**conveniência e oportuna-**

de dos atos que impliquem a efetivação de despesas”, tais como a **realização de concurso público; admissão ou contratação de pessoal**, inclusive temporários; **concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração, a qualquer título, tais como promoções, progressões, majorações remuneratórias ou acordos de natureza salarial dos servidores; e alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa com pessoal** (PARANÁ, 2013, grifo nosso).

A comunidade universitária protestou e denunciou o decreto do governador como uma afronta à autonomia universitária, prevista no artigo 207 da Constituição Federal. Posteriormente, os atos administrativos das universidades deixaram de ser submetidos ao Conselho de Gestão Administrativa e Fiscal do Estado. O governo estadual publicou, em 17 de junho, o decreto 8386, que excluiu as IEES das dis-

posições do Decreto Estadual nº 7.599. Isso ocorreu após um processo de negociação entre os reitores e o governo estadual e a adoção de algumas medidas, por parte das reitorias, de racionalização dos gastos com pessoal.

No processo de negociação, alguns reitores propuseram ao governo estadual a regulamentação da autonomia administrativa e financeira das universidades paranaenses para livrá-las do alcance do Conselho de Gestão Administrativa e Fiscal do Estado. De acordo com a reitora da Universidade de Londrina (UEL), Nádina Moreno, o Conselho Universitário da UEL criou, ainda no mês de maio, uma “Comissão que vai elaborar o próprio Projeto de Autonomia Universitária.” (REITOR..., 2013). O reitor da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Júlio Santiago Prates Filho, também defensor da regulamentação da autonomia, afirmou: “Temos que estabelecer junto ao governo, por meio do diálogo, a busca de um caminho definitivo para solucionar esta questão. E tenho a certeza e a convicção que esta solução será através da autonomia universitária [...]” (APIESP..., 2013).

No último dia 26 de agosto, o governador do Paraná anunciou a criação de um grupo de trabalho para “avaliar a ampliação da autonomia administrativa e financeira nas sete universidades estaduais do

No processo de negociação, alguns reitores propuseram ao governo estadual a regulamentação da autonomia administrativa e financeira das universidades paranaenses para livrá-las do alcance do Conselho de Gestão Administrativa e Fiscal do Estado.

Paraná. A proposta foi definida em reunião com os reitores [...]” (ESTADO..., 2013). O anúncio do governador Beto Richa ocorreu imediatamente após o término de uma reunião do governador e dos reitores das universidades paranaenses com o reitor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Julio Durigan. Nessa reunião, de acordo com notícia divulgada pela Agência Estadual de Notícias, o reitor da Unesp “apresentou o modelo [de autonomia] adotado pelo Governo de São Paulo, que consiste no repasse de um percentual da arrecadação do Imposto sobre Circu-

lação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para que a universidade faça toda a gestão dos seus recursos.” (ESTADO..., 2013).

O secretário estadual da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, prof. João Carlos Gomes, afirmou que “A proposta é **garantir autonomia completa** às instituições, que assumirão a responsabilidade pelas folhas de pagamento e investimentos em infraestrutura. Vamos analisar, através dessa comissão, qual é a possibilidade de implantar essa proposta no Paraná.” (ESTADO..., 2013, grifo nosso).

Alguns dias após o anúncio do governador, as seções sindicais do ANDES - Sindicato Nacional das Universidades Estaduais do Paraná (Adunicentro, Adunioeste, Sesduem, Sinduepg e Sindunespar), em conjunto com a entidade representativa dos docentes da Universidade Estadual de Londrina (Sindiprol/Aduel), lançaram uma nota à comunidade universitária, no dia 7 de setembro, manifestando discordância à proposta de discutir a definição de um percentual fixo da arrecadação tributária para o financiamento das universidades paranaenses.

De acordo com a nota das entidades sindicais:

Uma vez fixado um índice, concretiza-se a intenção de o governo transferir todos os prováveis conflitos relacionados ao financiamento para o interior das instituições. Então haverá disputa entre as instituições e certamente qualquer equação para a divisão dos recursos será considerada injusta. Esta divisão nos jogará uns contra os outros porque os recursos não serão suficientes para atender às reivindicações de professores, técnicos e estudantes. Em questões mais internas teremos que decidir se contrataremos professores ou se compraremos equipamentos. Se contrataremos técnicos ou se construiremos prédios. Se garantiremos o custeio da universidade ou se subsidiaremos o RU. Pior que isto: se os docentes e técnicos a serem contratados serão efetivos ou temporários.

Diante deste quadro, os Sindicatos de Docentes das Universidades Estaduais do Paraná avaliam que **a autonomia pretendida pelo governo tenderá a congelar esta situação de precariedade estrutural, insuficiência de professores e técnicos e escassez de recursos financeiros.** [...] **Esta não é a Autonomia que queremos** (ADUNICENTRO, et al. 2013, grifo nosso).

O que teria levado seções sindicais do ANDES - Sindicato Nacional a “desconsiderarem” decisões congressuais e se posicionarem contrariamente à definição de percentual específico do orçamento do estado para o financiamento das universidades paranaenses? A resposta a tal questão deve ser buscada na trajetória das lutas protagonizadas pelo movimento docente, em período relativamente recente, no estado do Paraná. Não é a primeira vez que o governo estadual apresenta proposta de regulamentação da autonomia das universidades paranaenses com a previsão, dentre outros dispositivos, de um percentual específico da receita tributária para o financiamento das mesmas. Tal proposta foi formulada pela primeira vez no governo Jaime Lerner (1995–2002) e foi rejeitada pelos movimentos representativos dos três segmentos da comunidade universitária paranaense.

Neste texto pretendemos descrever e problematizar a proposta apresentada pelo governo Lerner (1995-2002) de “concessão de autonomia plena” e de vinculação do financiamento das universidades estaduais paranaenses a um percentual da arrecadação do ICMS. Durante o governo Lerner, houve uma acirrada disputa entre dois projetos distintos de universidade e de autonomia universitária, que resultou numa greve, no final de tal governo, que perdurou por 169 dias. Tal greve, deflagrada em 17 de setembro de 2001 e encerrada em 4 de março de 2002, foi a culminância desse processo de enfrentamento protagonizado pelos docentes e funcionários das universidades estaduais de Londrina (UEL), Maringá (UEM) e do Oeste do Paraná (Unioeste).

Para evidenciar o contexto político no qual se desenrolou a disputa entre dois projetos antagônicos de universidade, especialmente em relação à autonomia e ao financiamento das universidades, pretendemos analisar as políticas para o ensino superior implantadas pelo governo Lerner (1995-2002) no estado do Paraná. Nossa análise busca estabelecer os nexos entre tais políticas e as orientações do Banco Mundial para a reforma privatista da educação superior nos “países em desenvolvimento”, enfatizando o papel atribuído à “autonomia universitária” como instrumento para colocar em prática tal reforma. Além disso, acreditamos que podemos extrair lições do passado recente para problematizar as lutas do presente.

As políticas do governo Lerner para o ensino superior no Paraná

“Para quem não viveu, convém contar.

A quem já se esqueceu, quero lembrar.”

Thiago de Mello

Desde o início de seu mandato, Lerner propunha a “concessão da autonomia plena” às IEES (Instituições Estaduais de Ensino Superior) como uma das diretrizes do seu governo para o ensino superior. A proposta de regulamentação da autonomia das universidades paranaenses foi apresentada como forma de “complementar a autonomia prevista, constitucionalmente, às universidades”. De acordo com o governo Lerner, “A conquista da autonomia plena das universidades e faculdades estaduais – **a autonomia administrativa e de gestão patrimonial**” deveria **“complementar a autonomia didático-científica** que as IES já exercem” (PARANÁ, 1999a, p. 2).

A “autonomia” que o governo Lerner planejava conceder às IEES do Paraná seria um instrumento para a implementação da reforma privatista da educação superior proposta pelo Banco Mundial para os “países em desenvolvimento”. Na análise das políticas implementadas pelo governo Lerner serão focaliza-

A “autonomia” que o governo Lerner planejava conceder às IEES do Paraná seria um instrumento para a implementação da reforma privatista da educação superior proposta pelo Banco Mundial para os “países em desenvolvimento”.

dos, especialmente, os “Termos de Autonomia” celebrados entre o governo estadual e as administrações superiores das IEES, nos anos de 1999 e 2000. Tais Termos subsidiaram a formulação e a apresentação, em fevereiro de 2002, da proposta do governo Lerner de “concessão de autonomia plena” às universidades paranaenses, por meio do Projeto de Lei Estadual nº 032/2002 que, dentre outros dispositivos, previa destinar 9% da receita do ICMS (parcela estadual) para o financiamento das universidades e faculdades estaduais paranaenses.

Durante a sua primeira gestão (1995-1998), Lerner tomou algumas medidas com vistas a “reformular”

o ensino superior no Paraná na direção das orientações do Banco Mundial, especialmente aquelas destinadas a diversificar as fontes de financiamento das instituições públicas. Essa tentativa de “reforma” concretizou-se através de três iniciativas: a Lei Estadual nº 11.500/96, que regulamentou a prestação de serviços pelas IEES paranaenses, permitindo que as mesmas cobrassem pelos serviços prestados à comunidade (PARANÁ, 1996a); a proposta de introdução do ensino pago nas IEES paranaenses apresentada, em dezembro de 1997, pelo deputado Eduardo Trevisan, da bancada governista; e a proposta de transformar as IEES em Agências Sociais Autônomas (A.S.A.) e regulamentar o exercício da autonomia de gestão financeira das IEES.

A proposta do deputado estadual Eduardo Trevisan de instituir a cobrança de mensalidades nas IEES públicas (Projeto de Lei nº 564/1996) foi apresentada como um instrumento a ser utilizado pelas IEES para ampliar os seus recursos orçamentários e, ainda, como uma forma de realizar a “justiça social”. O deputado argumentava que os alunos das universidades públicas, em sua maioria, eram aqueles que frequentaram os melhores e mais caros cursinhos e teriam capacidade para honrar os compromissos financeiros com a universidade. Posteriormente, em maio de 2001, o deputado Divanir Braz Palma, também vinculado à bancada governista, apresentou o Projeto de Lei nº 173/2001, que autorizava “o Poder Executivo a restringir a gratuidade dos cursos de graduação”, permitindo assim a implantação do ensino pago nas universidades.

A proposta, lançada como “balão de ensaio”, que previa a transformação das IEES em agências sociais autônomas (Projeto A.S.A.), tinha como objetivo alterar “o regime jurídico das Instituições de Ensino Superior – IES mantidas pelo governo do Paraná para o de Agência Social Autônoma”, entidade jurídica de direito privado. A autoria do Projeto A.S.A. não foi assumida oficialmente pelo governo e o projeto não chegou a ser apresentado formalmente à Assembleia Legislativa do Paraná. Tal projeto previa, dentre outros itens, que seria assegurada às agências sociais autônomas “a autonomia de gestão financeira”, que consistiria na “[...] **alocação** e administração interna **de recursos financeiros, na busca de fontes**

alternativas de financiamento, na liberdade de se efetivar associações ou parcerias com outras instituições públicas ou privadas [...]” (PROJETO..., 1996, grifo nosso).

Essas três iniciativas se articulavam na direção da desobrigação do Estado do financiamento integral do ensino superior e buscavam oferecer, como contrapartida às IEES, alternativas de autossustentação financeira. As propostas de instituir o ensino pago nas IEES e de transformá-las em agências sociais autônomas, apresentadas durante o primeiro mandato do governo Lerner, foram barradas pela mobilização da comunidade universitária.

O Termo de Autonomia das IEES do Paraná (1999-2000): um ensaio da reforma privatista recomendada pelo Banco Mundial

Logo após a sua reeleição, em outubro de 1998, o governo Lerner reiniciou, por “novos caminhos”, a tentativa de reformar o sistema estadual de ensino superior do Paraná. A “concessão” da autonomia às IEES passou a ser, formalmente, o instrumento utilizado por Lerner para a reforma privatista das universidades.

Em novembro de 1998, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) iniciou um processo de negociações com os reitores e diretores das IEES com o objetivo de “conceder” a autonomia às universidades e faculdades estaduais paranaenses. Desse processo de negociações resultou a assinatura do “Termo de Autonomia”, que concedeu provisoriamente, no ano de 1999, a autonomia financeira às IEES.

A SETI divulgou que a assinatura do Termo de Autonomia “foi um momento histórico que veio concretizar uma das mais antigas reivindicações da comunidade universitária estadual [...] Nenhuma instituição foi obrigada a aderir ao termo” (PARANÁ, 1999b, p. 1, 3). Entretanto, a análise das ações do governo Lerner em relação às universidades nesse período nos permite afirmar que as administrações superiores foram coagidas para que aceitassem o “Termo de Autonomia” como “um mal menor”. O instrumento

utilizado pelo governo Lerner para coagir as administrações superiores foi o enquadramento das universidades no Conselho de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado (CRAFE). Através do CRAFE, o governo Lerner pavimentou estrategicamente o caminho para a assinatura do "Termo de Autonomia".

O CRAFE foi instituído pelo governador Jaime Lerner, em 16 de novembro de 1998, através do decreto estadual nº 4.959/98, com o objetivo de "proceder estudos e deliberar sobre assuntos que visem à promoção do equilíbrio fiscal do estado do Paraná" (PARANÁ, 1998a). O CRAFE, numa afronta à autonomia universitária, poderia proibir a todos os órgãos estaduais, **inclusive às universidades**, por exemplo, os seguintes atos:

I - a abertura de concurso público ou realização de teste seletivo para admissão de pessoal, ainda que temporário;

II - autorização de afastamento de servidores ao exterior, que importe despesas ao Estado, em especial com: passagens, diárias, estadias, ajudas de custo, inscrições, reembolsos e outros gastos com deslocamentos;

[...]

VIII - autorização de afastamento de servidores dentro do território nacional, que importe despesas ao Estado, para participação em cursos, seminários, congressos, programas, palestras, elaboração de teses e dissertação, estágio técnico supervisionado ou outras atividades de estudo (PARANÁ, 1998b).

Enquanto a comunidade universitária paranaense denunciava a intervenção nas universidades implementada pelo governo estadual, a entidade representativa dos reitores manteve um silêncio conivente. Os reitores organizam-se na Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público (APIESP). Ao invés de reagir e enfrentar o governo estadual, a APIESP optou por submeter-se à ação governamental e, por meio do ofício nº 009/98, de 30 de novembro de 1998, encaminhou, à SETI, "proposta de imediata implantação de autonomia do Ensino Superior no Paraná" nos seguintes termos:

O Estado do Paraná terá como **investimento único para a manutenção do Ensino Superior no Estado o repasse do valor mensal a cada IES do montante da folha de pagamento do mês de novembro de 1998, acrescida de 13º salário e férias** (grifo nosso). Em contrapartida, a UEL, UEM e UEPG se comprometem a fazer a manutenção integral de todos os cursos já implantados e dar continuidade aos projetos de implantação dos cursos de graduação já autorizados (UEL – 05; UEM – 06; UEPG – 04). **SEM QUALQUER ÔNUS PARA O ESTADO DO PARANÁ** (APIESP, 1998, p. 1-2, grifo no original).

Ao que parece, a APIESP, para "livrar" as universidades das "amarras" impostas pelo CRAFE, preferiu, como "mal menor", negociar com a SETI, enviando-lhe uma proposta que se constituiu num gesto claro



de renúncia ao financiamento integral das IEES pelo Estado. Os reitores aceitaram receber do Estado apenas os recursos necessários para cobrir as despesas com a folha de pagamento. Renunciaram ao financiamento público das despesas com custeio e investimento e, ainda, se propuseram a implantar 15 novos cursos de graduação sem nenhum ônus ao governo estadual.

Em março de 1999, o governo do Estado e as IEES, por meio de suas administrações superiores, assinaram um Termo de Autonomia provisório para aquele ano. O Termo de Autonomia foi celebrado entre o governo e cada IEES individualmente, mas o conteúdo do Termo era o mesmo para todas as IEES. A única diferença era o montante de recursos destinado a cada instituição.

O Termo de Autonomia estabeleceu, em sua cláusula primeira, que os recursos a serem repassados pelo Tesouro do Estado representariam “parcela de responsabilidade do Estado na cobertura de todas as despesas com pessoal, encargos sociais, custeio e investimentos, **ficando a cargo da instituição a complementação necessária para o desenvolvimento de suas atividades**” (grifo nosso).

O então titular da SETI, Ramiro Wahrhftg, indicou aos reitores e diretores de IEES o caminho para conseguir esses recursos adicionais para complementar o orçamento das IEES: **“A partir de agora [com a ‘autonomia’] as universidades e faculdades terão mais flexibilidade para buscar na própria comunidade recursos para novos investimentos”** (LERNER..., 1999, grifo nosso).

Em abril de 2000, o Termo de Autonomia foi renovado, provisoriamente, até o final daquele ano. Os chamados “Termos de Autonomia” firmados entre o governo Lerner e as administrações superiores da IEES, em 1999 e 2000, impuseram uma grave restrição ao financiamento público das universidades paranaenses. A Tabela 1 demonstra tal situação.

A partir da assinatura do primeiro Termo de Autonomia, em 1999, se utilizarmos como referência o orçamento repassado em 1997, observa-se uma redução bastante significativa dos recursos destinados à IEES paranaenses. No ano de 1999, se comparado ao percentual do ICMS destinado às IEES em 1997, houve uma redução real do orçamento na ordem 17,09 %. No ano de 2001, comparado ao ano de 1997, a redução orçamentária em termos reais atingiu o impressionante índice de 36,67%. A drástica redução orçamentária associada à não contratação de servidores docentes e técnico-administrativos e ao arrocho salarial levou os servidores das três maiores universidades do Paraná (UEL, UEM e Unioeste), a enfrentarem o governo Lerner por meio de greves nos anos de 2000, 2001 e 2002³.

No início de 2000, a SETI anunciou que enviaria à Assembleia Legislativa projeto de lei, para regulamentar, de forma definitiva, a autonomia plena das IEES paranaenses, até o dia 31 de outubro de 2000. Entretanto, a proposta de “concessão da autonomia plena e definitiva” foi enviada pelo governo Lerner apenas no início do ano de 2002, como tentativa de desestabilizar a greve deflagrada, em 17 de setembro de 2001, pelos servidores docentes e técnico-admini-

TABELA 1 - Recursos do Tesouro do Estado repassados às IEES - Paraná, incluindo os gastos com educação, saúde e ciência e tecnologia, no período de 1995 a 2002, em valores nominais e como percentual do ICMS (Cota Estadual). Valores em R\$ 1,00, a preços de julho de 2013 (IPCA).

Ano	ICMS arrecadado parcela estadual	Recursos totais repassados às IEES-Paraná	% do ICMS destinado às IEES	Redução em relação a 1997 em %
1995	5.550.639.114,10	496.750.742,35	8,95	-
1996	5.705.739.862,69	491.868.137,94	8,62	-
1997	5.386.948.344,32	693.421.446,40	12,87	-
1998	5.417.839.036,23	688.824.003,68	12,71	1,24
1999	5.904.443.313,90	629.958.313,95	10,67	17,09
2000	6.998.342.517,51	631.064.847,08	9,02	29,91
2001	7.511.932.384,83	612.063.835,58	8,15	36,67
2002	7.787.400.967,15	694.809.013,52	8,92	30,69

Fonte: Seti (2013); Paraná (2003).

nistrativos das universidades de Londrina, Maringá e do Oeste do Paraná. A proposta apresentada pelo governador tramitou na Assembleia Legislativa sob a forma do Projeto de Lei nº 032/2002.

O projeto 032/02: a “regulamentação” da autonomia no âmbito das universidades paranaenses

A proposta de “concessão de autonomia plena” às IEES foi encaminhada, pelo governador do Estado, à Assembleia Legislativa no dia 19 de fevereiro de 2002, por meio da Mensagem nº 004/02. Nessa mensagem, o governador esclarecia que o anteprojeto de lei dispunha “sobre a autonomia das Universidades Públicas mantidas pelo Estado do Paraná e a transformação dos Hospitais Universitários em Autarquias, que passam a vincular-se à Secretaria de Estado da Saúde” (PARANÁ, 2002c, p. 1).

De acordo com a Mensagem nº 004/02, do Poder Executivo Estadual, o anteprojeto visava a **“adequar à legislação vigente o exercício da autonomia das Universidades Públicas Estaduais, em complemento ao disposto nas Constituições Federal e Estadual e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em prol da sociedade paranaense”** (PARANÁ, 2002b, p. 1, grifo nosso).

O objetivo do projeto de lei, anunciado pela mensagem do governador, explicitava um flagrante desrespeito à autonomia universitária, prevista no artigo 207 da Constituição Federal. Pois, de acordo com Ferraz (1998), “o exercício e aplicação da autonomia universitária não estão condicionados à lei; o exercício da autonomia não se faz na forma da lei. **A norma constitucional que abriga o princípio é de eficácia plena, independentemente, portanto, de lei para ser aplicada**”.

O governador Lerner utilizou o prolongamento da greve, iniciada em 17 de setembro de 2001, como justificativa para a “necessidade imediata de modificações estruturais no sistema de ensino superior e nas relações deste sistema com o Estado e com a comunidade” (PARANÁ, 2002d, p. 2). O governo, ao invés de negociar a pauta de reivindicações do movimento de

greve, preferiu desqualificar as universidades e seus servidores apresentando um projeto de lei que, se aprovado, poderia significar um grave retrocesso no exercício da autonomia das universidades, um ataque a uma série de direitos dos trabalhadores garantidos no Plano de Carreiras, Cargos e Salários, a marginalização da participação de estudantes e funcionários dos conselhos universitários e a pavimentação do caminho da privatização definitiva do ensino superior no Paraná.

Destacaremos alguns pontos do projeto 032/02 para comprovar a hipótese acima aventada. Tais pontos indicam a intenção do governo Lerner em colocar em prática uma reforma administrativa e financeira, em conformidade com as orientações do Banco Mundial, especialmente a desobrigação do Estado do financiamento integral das universidades paranaenses e, conseqüentemente, a necessidade da diversificação de suas fontes de financiamento, a busca de fontes privadas.

O objetivo do projeto de lei, anunciado pela mensagem do governador, explicitava um flagrante desrespeito à autonomia universitária, prevista no artigo 207 da Constituição Federal. Pois, de acordo com Ferraz (1998), “o exercício e aplicação da autonomia universitária não estão condicionados à lei; o exercício da autonomia não se faz na forma da lei. **A norma constitucional que abriga o princípio é de eficácia plena, independentemente, portanto, de lei para ser aplicada**”.

Quando o governo Lerner afirmava que havia a “necessidade imediata de modificações nas relações do sistema estadual de ensino superior com a comunidade” (PARANÁ, 2002d p. 2), estava referindo-se à relação da universidade com o setor empresarial. A interlocução que procurou construir com esse setor durante a greve, o destaque que os empresários receberam durante a apresentação do “projeto de autonomia”, no Palácio Iguazu (sede do governo), e a crescente reivindicação desse setor para ampliar a sua participação na gestão das universidades paranaenses serviram para comprovar que havia uma ação deliberada no sentido de “abrir espaço” para que esses setores pudessem integrar as instâncias de decisão das universidades, os conselhos superiores.

O Projeto de Lei nº 032/2002 propunha a reformulação dos conselhos universitários quanto à sua composição e ao número de seus membros. De acordo com o projeto, os conselhos universitários e os demais conselhos da universidade seriam compostos pelo número máximo de 21 membros. Os conselhos universitários, depois de modificados, teriam a seguinte composição: I. O Reitor e o Vice-Reitor, como membros natos; II. Quatro pró-reitores; III. Nove professores, com tempo de serviço mínimo de 10 (dez) anos na Instituição e experiência de pelo menos 4 (quatro) anos em funções de administração ou de coordenação de unidade institucionais, escolhidos entre seus pares; e IV. Seis representantes da comunidade local e regional, escolhidos pelo Conselho de Responsabilidade Social da Universidade.

Essa proposta excluía a participação de representantes de estudantes e de servidores técnico-administrativos, de professores com menos de 10 anos de tempo de serviço e com menos de 4 anos de experiência administrativa. Por outro lado, ampliava a participação de representantes da comunidade local e regional. Tudo indica que o governo estadual indicaria empresários para representarem a chamada comunidade local e regional.

O governo Lerner procurava justificar a modificação da composição alegando que tal modificação proporcionaria:

[...] condições para que os órgãos colegiados superiores das universidades passem a ter coerência em sua formação – pelo limite do número de seus membros, **evitando-se “assembleísmos” inconsequentes** – e em sua qualidade, com uma composição que privilegie a experiência universitária e administrativa de seus professores-membros, bem como a representatividade da comunidade (PARANÁ, 2002d, grifo nosso).

O projeto de lei alterava também a forma de escolha e nomeação dos dirigentes universitários. Os reitores e vice-reitores das universidades paranaenses eram escolhidos, na época, por meio de eleição paritária envolvendo os três segmentos da comunidade universitária. Se aprovado o Projeto de Lei nº 032/02, os reitores passariam a ser escolhidos pelo Conselho Universitário, onde os estudantes e os funcionários

não teriam assento. O projeto abria a possibilidade de a escolha do reitor e do vice ocorrer por meio de consulta à comunidade universitária. Mas, nesse caso, deveria ser observada a proporção mínima de setenta por cento do corpo docente na composição do colégio eleitoral.

O projeto propunha, ainda, para “melhorar as condições de administrabilidade das universidades”, a criação do “Conselho de Responsabilidade Social”. De acordo com o governo Lerner:

A criação deste Conselho [de Responsabilidade Social], que contará entre seus membros, em sua maioria, com representantes da comunidade externa, local e regional, vai respeitar as características de cada universidade e poderá contribuir com a gestão democrática do ensino público, intensificando o processo de integração da universidade com a sociedade: no **acompanhamento da definição de orçamentos e avaliação dos resultados educacionais, administrativos e financeiros**, de forma que, periodicamente, as metas de gestão possam ser revistas. Deverá ainda contribuir com a otimização do uso dos recursos públicos, melhoria da qualidade do ensino superior, promoção e descentralização gradativa do sistema educacional, intensificando a participação da comunidade e o atendimento às reais demandas da sociedade paranaense (PARANÁ, 2002d, p. 5, grifo nosso).

O “Conselho de Responsabilidade Social”, de 11 membros, seria assim constituído: pelo reitor e vice, por 3 integrantes do conselho universitário e por 6 representantes da comunidade local e regional. Mais uma vez, o caráter autoritário do projeto se evidenciava. Com exceção do reitor e do vice, os demais integrantes do conselho seriam indicados e nomeados diretamente pelo governador. Desta forma, o governo estadual passaria a ter o controle efetivo sobre as universidades através da indicação e nomeação de pessoas de sua confiança para gerir as universidades, destruindo, na prática, qualquer possibilidade de exercício da autonomia pela universidade.

O “Conselho de Responsabilidade Social”, se aprovado o Projeto de Lei nº 032/2002, teria grande poder de interferência no interior da universidade, pois caberia a tal Conselho a elaboração do *Contrato de Gestão* a ser firmado entre cada universidade e o go-

verno do Estado. Nesse Contrato de Gestão, elaborado e supervisionado pelo próprio Conselho de Responsabilidade Social, seriam estabelecidas metas e indicadores de desempenho à universidade para que a mesma recebesse a sua parte dos 9% (nove por cento) do ICMS que seriam repassados pelo Estado ao conjunto das universidades. A condição para a universidade receber recursos do Estado seria o cumprimento de metas estabelecidas no Contrato de Gestão. Tal Contrato seria elaborado e supervisionado por um conselho composto na sua maioria por membros externos à comunidade universitária, com pouca ou nenhuma experiência em relação às atividades-fim desenvolvidas nas universidades.

A proposta de criação do Conselho de Responsabilidade Social e a necessidade de celebração de Contrato de Gestão se constituíram nas provas mais evidentes de que o Governo Lerner pretendia restringir, ainda mais, a autonomia universitária ao impor rígido controle externo a ser exercido pelo Conselho de Responsabilidade Social, composto, em sua maioria, por pessoas de confiança do governo, estranhas à universidade e vinculadas ao setor empresarial.

O projeto do governo Lerner ao estabelecer o montante máximo de recursos – 9% do ICMS – a ser repassado às universidades concretizaria formalmente, na letra da lei, a proposta de “financiamento compartilhado”, de “financiamento misto” das universidades paranaenses. Tal modalidade de financiamento já havia sido experimentada anteriormente com a celebração dos Termos de Autonomia em 1999 e 2000. O objetivo do Projeto de Lei nº 032/2002 era estabelecer, através da lei, o limite máximo de recursos do Estado que seriam disponibilizados às universidades e, ao mesmo tempo, indicar a busca de recursos privados como alternativa para complementar o orçamento das IEES.

O próprio secretário da Seti, Ramiro Wahrhaftig, confirmou que os recursos repassados seriam o teto máximo que cada universidade receberia: “Nossa expectativa é de uma arrecadação crescente. **Mas se baixar, as universidades recebem menos.** É um risco que terão de correr” (GOVERNADOR..., 2002, grifo nosso).

No caso da redução dos investimentos, o Projeto de Lei nº 032/2002 estabelecia os mecanismos para

que as universidades pudessem diversificar as suas fontes de financiamento. O projeto, no seu artigo quinto, definia que a autonomia de gestão financeira consistiria “**na liberdade de alocação e gestão dos recursos orçamentários e financeiros**”. Para o cumprimento de seus objetivos institucionais, no exercício de sua autonomia de gestão financeira, caberiam à universidade a “definição de **formas e fontes de financiamento** para os programas e atividades” (art. 5º, I) e a “**oferta e cobrança pelos serviços prestados**, conforme a Lei Estadual nº 11.500” (art. 5º, V). Dessa forma, se institucionalizaria a desobrigação do Estado quanto ao financiamento integral das IEES. O projeto, ao se referir à necessidade de as universidades definirem formas e fontes de financiamento e ao reforçar a possibilidade de cobrança pelos serviços prestados, evidenciava que o governo estaria desobrigado do financiamento integral das universidades estaduais. Como contrapartida, as universidades ficavam obrigadas a buscarem formas alternativas (privadas) para a complementação dos recursos repassados pelo Estado.

Quanto à carreira dos servidores docentes e técnicos das universidades, o Projeto de Lei [...] estabelecia que a Lei Estadual nº 11.713/97, que instituiu o Plano de Carreiras dos servidores docentes e técnico-administrativos das IEES, seria revogada 90 dias após a aprovação do referido projeto. Com isso, muitos direitos conquistados pelos servidores das universidades, após muitos movimentos, greves e negociações, poderiam ser destruídos.

Quanto à carreira dos servidores docentes e técnicos das universidades, o Projeto de Lei nº 032/2002 estabelecia que a Lei Estadual nº 11.713/97, que instituiu o Plano de Carreiras dos servidores docentes e técnico-administrativos das IEES, seria revogada 90 dias após a aprovação do referido projeto. Com isso, muitos direitos conquistados pelos servidores das universidades, após muitos movimentos, greves e negociações, poderiam ser destruídos. A carreira única, o piso salarial unificado, a gratificação por titulação, a ascensão na carreira por tempo de serviço e por avaliação de desempenho, o tempo integral e a dedicação exclusiva (TIDE) como regime de trabalho eram alguns dos direitos que estavam ameaçados.

O então secretário Wahrhaftig, ao comentar sobre a autonomia administrativa que as universidades “passariam a ter” para definir a forma de utilização dos recursos financeiros, afirmou que as universidades poderiam fazer o que quisessem, teriam **“possibilidade de fixar o plano de cargos e salários, conceder reajustes para os funcionários ou investir em outras áreas”** (UNIVERSIDADES..., 2002).

A possibilidade de cada universidade estabelecer o seu próprio plano de carreiras, além de romper com a isonomia entre os servidores das universidades estaduais, isentaria o governo de responder diretamente pela política de pessoal e pelo reajuste salarial. A política de pessoal, incluindo o reajuste salarial, passaria a ser um problema particularizado entre os servidores e o reitor de cada universidade.

Outro problema grave que poderia se estabelecer, se aprovado o Projeto de Lei nº 032/2002, seria a cisão interna entre os diferentes segmentos da comunidade universitária. Na medida em que a comunidade universitária poderia ser permanentemente enleada na discussão de prioridades e medidas racionalizadas para a utilização dos “seus recursos” e/ou a busca

O acordo que pôs fim à greve, ao estabelecer o compromisso do governo em não votar o Projeto de Lei nº 032/2002, em caráter de urgência, serviu para sepultar o referido projeto. Esse fato pode ser creditado principalmente à reação organizada da comunidade universitária contrária à aprovação de tal projeto, especialmente a resistência protagonizada pelo movimento paredista da UEL, UEM e Unioeste (2001/2002).

Considerações finais

“Eu vejo o futuro repetir o passado.”

Cazuza

Lerner, desde o início de seu governo, propunha a “concessão” da autonomia e a vinculação do financiamento das universidades a um percentual do ICMS como uma forma de desobrigar o Estado da responsabilidade do financiamento integral das atividades desenvolvidas pelas IEES paranaenses. A aprovação do Projeto de Lei nº 032/2002 seria a culminância da política que vinha sendo adotada desde o início de seu primeiro mandato, em janeiro de 1995. Tal política, ancorada nas orientações do Banco Mundial, restringiu o financiamento das universidades públicas ao mesmo tempo em que procurava indicar que a “autonomia financeira” seria o instrumento mais adequado para que as universidades buscassem fontes alternativas (privadas) de recursos e assim solucionassem a situação de subfinanciamento.

Essa concepção de autonomia se opunha frontalmente à autonomia de gestão financeira consagrada em nossa Constituição Federal, pois “a autonomia de gestão financeira das universidades consiste, basicamente, no ato de gerir os recursos públicos (financeiros e materiais) que são postos à sua disposição” (RANIERI, 1994, p. 129). Para o Banco Mundial, a autonomia financeira é um mecanismo para “estimular” as instituições públicas a arrecadarem recursos privados, permitindo que as mesmas, individualmente, possam conservar e administrar livremente os recursos arrecadados.

A reforma do ensino superior no Paraná, na direção recomendada pelo Banco Mundial, foi uma meta

Essa concepção de autonomia se opunha frontalmente à autonomia de gestão financeira consagrada em nossa Constituição Federal, pois “a autonomia de gestão financeira das universidades consiste, basicamente, no ato de gerir os recursos públicos (financeiros e materiais) que são postos à sua disposição” (RANIERI, 1994, p. 129).

da diversificação das fontes de financiamento com a captação de recursos por meio da venda de serviços à iniciativa privada ou da cobrança de taxas dos estudantes, por exemplo.

Em 28 de fevereiro de 2001, o governo Lerner apresentou ao Comando de Greve uma proposta de acordo para por fim à greve que já se estendia por quase seis meses. No acordo firmado, após a aprovação das assembleias nas universidades em greve, o Poder Executivo retirou o caráter de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 032/2002 para que o mesmo pudesse ser “amplamente discutido pela comunidade paranaense”.

deliberadamente perseguida como política governamental no período de 1995 a 2002. Tal reforma contou com a conivência da APIESP (entidade representativa dos reitores), de representantes das administrações superiores e de setores da comunidade universitária que se alinham ao governo Lerner na tentativa de derrotar a greve na UEL, UEM e Unioeste.

A greve deflagrada pelos docentes e técnicos dessas três universidades, em setembro de 2001, foi vitoriosa⁴ e demonstrou o tamanho da disposição e da indignação daqueles que, no cotidiano de seu local de trabalho, enfrentaram péssimas condições de trabalho e de salário, resultados concretos das políticas implementadas pelo governo Lerner.

Parte dos apoiadores do governo Lerner está de volta. Alguns deles têm cargos-chaves no governo Beto Richa. Parte dos deputados que constituía a base parlamentar do governo Lerner continua na Assembleia Legislativa.

O movimento docente do Paraná, organizado no ANDES - Sindicato Nacional, ao se defrontar, em agosto deste ano, com a proposta dos reitores e do governo estadual de regulamentação da autonomia e da definição de um percentual da receita tributária para o financiamento das universidades paranaenses teve a impressão de que "o futuro repete o passado". Há muitas coincidências entre a proposta de "concessão da autonomia plena" às IEES paranaenses (governo Lerner) e ao que assistimos recentemente, com a proposição, pelo Governo Beto Richa, de um Grupo de Trabalho para estudar uma proposta para "garantir a autonomia completa" das universidades paranaenses.

O enredo é bastante parecido: no início, representantes dos governos (Lerner e Beto Richa) publicamente, por meio de jornais de grande circulação, reclamam que as universidades paranaenses representam um grande dispêndio financeiro para o Estado e depois criam um "Conselho de Gestão/Ajuste Fiscal", para conter gastos, e submetem as universidades às determinações de tal Conselho, tolhendo, ainda mais, a já combatida autonomia. Em seguida, a APIESP (entidade representativa dos reitores) negocia com os governos para excluir

às universidades do alcance do "Conselho de Gestão/Ajuste Fiscal" e se propõe a discutir a regulamentação (desnecessária) da autonomia das universidades, por meio de legislação infraconstitucional, com a definição de um percentual da receita tributária para o financiamento das universidades. Que papel deverá desempenhar o movimento docente?

Rememorar as lutas do passado pode nos auxiliar a agir no presente e projetar os cenários das lutas futuras. Tudo indica que caberá ao movimento docente organizar o combate às políticas que afrontam a autonomia das universidades do Paraná e as conduzem a uma situação de subfinanciamento. Esse combate deve estar referenciado na defesa de um projeto de universidade que se opõe radicalmente ao projeto de universidade presente nas orientações dos organismos internacionais que continuam inspirando os discursos e as ações de parte das administrações universitárias e de nossos governantes. **US**



notas

1. As reflexões contidas nas três seções deste texto foram apresentadas oralmente na Mesa-Redonda “Financiamento das IES Públicas” realizada no *X Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES do ANDES – Sindicato Nacional*, ocorrido em Brasília, no período de 28 a 30 de setembro de 2012. O texto é resultado parcial da pesquisa “Expansão da Educação Superior no Brasil (OBEDUC)” - subprojeto “Políticas de Financiamento da Educação Superior no Brasil” -, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

2. Foi presidente do Sinteoste (Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Superior da Região Oeste do Paraná) no período de 2001 a 2003. Foi presidente da Adunioeste (Sindicato de Docentes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES) no período de 2007 a 2011. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social – GEPPES (Unioeste/Cnpq) e da Rede Universitas/BR. Coordenador do Núcleo Paraná – Região Oeste da

Auditoria Cidadã da Dívida. Doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH-UERJ).

3. No ano de 2000 a greve, realizada na UEM, UEL e Unioeste, iniciou-se em 1º de junho e foi suspensa dia 26 de junho na Unioeste, 27 de junho na UEL e dia 11 de julho na UEM, que foi a primeira a deflagrar a greve e a última a suspender o movimento. Em 2001, a greve foi deflagrada unificadamente em 17 de setembro e encerrada, também unificadamente, no dia 04 de março de 2002.

4. A greve foi vitoriosa do ponto de vista político e econômico. Do ponto de vista político, derrotou o governo Lerner, obrigando-o a negociar e a atender parte das reivindicações do movimento e, especialmente, impediu que a reforma privatista das universidades paranaenses ocorresse por meio da aprovação do Projeto de Lei nº 032/2002. Do ponto de vista econômico, o movimento arrancou um índice de reajuste de 13,55% para os docentes e servidores técnicos de nível superior. Para os demais servidores técnicos, foram negociados índices maiores de reposição, que variaram de 18,16% a 50,03%. O orçamento das universidades para o ano de 2002, após negociações do comando de greve com os deputados estaduais, foi ampliado em aproximadamente 18%, se comparado à proposta enviada pelo governador à Assembleia Legislativa.

ADUNICENTRO (Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Centro Oeste – Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES), et al. **Sobre a Autonomia Universitária Pretendida pelo Governo Estadual**. Nota pública dos sindicatos docentes das universidades estaduais do Paraná. 7 set. 2013.

Apiesp discute novo conselho de gestão administrativa e fiscal. **Universidade Estadual de Maringá** (UEM). Maringá 27 mar. 2013. Disponível em: <http://www.uem.br/index.php?option=com_content&task=view&id=6450&Itemid=1>. Acesso em: 4 out. 2013.

Apiesp - ASSOCIAÇÃO PARANENSE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICO. **Of. nº 009/98. Encaminha proposta de imediata implantação de autonomia do Ensino Superior no Paraná**. Curitiba, 30 de novembro de 1998.

ESTADO vai avaliar novo modelo de autonomia das universidades estaduais. **Agência Estadual de Notícias**, Curitiba, 26 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.seti.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=2911&tit=Estado-vai-avaliar-novo-modelo-de-autonomia-das-universidades-estaduais->>. Acesso em: 4 out. 2013.

FERRAZ, A. C. da C. **A autonomia universitária na Constituição de 05.10.1988**. Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, São Paulo: Edição Especial, setembro de 1998. Disponível em: <<http://pge.sp.gov.br/revista/tes5.htm>>. Acesso em: 10 out. 2000.

referências

GOVERNADOR reafirma proposta do ICMS. **Jornal de Londrina**, Londrina, 1 de fev. 2002, p. 3A.

LERNER confirma autonomia para universidades estaduais. **Jornal Hoje**, Cascavel, 19 de mar. 1999, n 2011, p. 07.

PARANÁ. **Decreto nº 7.599, de 18 de março de 2013**. Institui e define atribuições do Conselho de Gestão Administrativa e Fiscal do Estado, como colegiado de assessoramento direto ao Governador do Estado, estabelece procedimentos e define providências. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=90739&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

_____. Secretaria de Estado da Fazenda. Coordenação de Administração Financeira do Estado. Divisão de Contabilidade Geral. **Balanco Geral do Estado. Exercício Financeiro 2003**. Disponível em: <http://www.gestaozinhopublico.pr.gov.br/Gestao/balanco/Balanco_2003.pdf>. Acesso em 25 ago. 2013.

_____. Governo do Estado do Paraná. **Anteprojeto de lei dispondo sobre autonomia das Universidades Públicas mantidas pelo Estado do Paraná e a transformação dos Hospitais Universitários em autarquias, que passam a vincular-se à Secretaria de Estado da Saúde, conforme específica e adota outras providências**. Curitiba, 2002a.

_____. Governador. **Mensagem nº 004/02**. Curitiba, 2002b.

_____. _____. **Discurso do governador Jaime Lerner na Assembleia Legislativa, na abertura do ano legislativo**. Curitiba, 18 de fevereiro de 2002c.

_____. Governo do Estado do Paraná. **Uma lei para garantir autonomia com responsabilidade**. Curitiba, 2002d.

_____. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Autonomia das Instituições de Ensino Superior do Paraná: AUTONOMIA E SOCIEDADE**, Curitiba, 1999a.

_____. _____. **Autonomia Universitária não é privatização**. Curitiba, 31 de março de 1999b.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **Decreto nº 4.959, de 16 de novembro de 1998**. Institui o Conselho de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado – CRAFE. 1998a.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **Decreto nº 4.960, de 16 de novembro de 1998**. Normatiza procedimentos para ajuste nas contas públicas, através da contenção de despesas, sob a proposição do Conselho de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado – CRAFE. 1998b.

PROJETO de Lei nº de/...../ de 19... **Altera o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior-IES mantidas pelo Governo do Paraná para o de Agência Social Autônoma**. 1996.

RANIERI, N. B. **Autonomia universitária: as universidades públicas e a Constituição de 1988**. São Paulo: EDUSP, 1994.

REITOR da UNESP debate autonomia com comunidade universitária do Paraná. **Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI)**. Curitiba, 27 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.seti.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=2915&tit=Reitor-da-UNESP-debate-autonomia-com-comunidade-universitaria-do-Parana->>. Acesso em: 4 out. 2013.

SETI – SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR. Grupo de Planejamento Setorial (GPS). **Tabela 09 A – Valores Correntes – Receita (ICMS arrecadado) Despesa (do Estado, com Educação e Ensino Superior)**. 2013.

UNIVERSIDADES estaduais terão reserva de vagas. **Gazeta do Povo**, Curitiba 14 de fev. 2002, p. 09.

referências

A assistência estudantil consentida na contrarreforma universitária dos anos 2000

Clara Martins do Nascimento

Professora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Serra Talhada - PE - FACHUSST
E-mail: asclara88@gmail.com

Resumo: Este artigo problematiza a expansão da assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior/IFES brasileiras no início do século XXI. Os apontamentos teóricos aqui dispostos resultam da análise dos fundamentos sócio-históricos que conformam este processo e determinam as atuais configurações desta política no bojo da contrarreforma universitária dos anos 2000. Por meio da crítica ao projeto de assistência estudantil dominante, desvelamos os seus vínculos com as contrarreformas neoliberais implementadas nas universidades públicas e a resignificação conservadora que vem orientando o conteúdo da agenda desta política na direção da consolidação da universidade operacional. Tais reflexões são formuladas no sentido de contribuir para a construção e fortalecimento de um projeto de assistência estudantil articulado à defesa de uma universidade pública, gratuita, laica, de formação desinteressada e socialmente referenciada.

Palavras-chave: Assistência Estudantil. Contrarreforma Universitária. Projetos Educacionais.

Notas introdutórias

A assistência estudantil integra o conjunto de ações desenvolvidas no âmbito da educação com a finalidade de contribuir para o provimento das condições (materiais e imateriais) necessárias à permanência dos estudantes nas instituições educacionais. No Brasil, estas ações são desenvolvidas desde a década

de 1930, contudo, a vinculação deste debate à agenda de lutas do “Movimento de Reforma Universitária” (FERNANDES, 1975) da segunda metade do século XX fez com que a temática alcançasse maiores repercussões na modalidade de ensino superior pública.

Mais recentemente, a aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil/PNA, em 2007, sua transformação numa Portaria do Ministério da Edu-



cação/MEC (Portaria n. 39 de 12 de dezembro de 2007) e posterior elevação da assistência estudantil à condição de uma política de Estado (mediante institucionalização do Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES) garantiram a restrição da implementação destas legislações às Instituições Federais de Ensino Superior/IFES, a priorização do atendimento aos estudantes provenientes do ensino básico público ou com renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (BRASIL, 2010) e, sobretudo, a integração da assistência às propostas contrarreformistas que estão sendo implementadas no atual contexto das IFES. Esta última determinação será tratada de forma particular no desenvolvimento do presente artigo.

Nesta direção, creditamos aos anos 2000 o surgimento de contradições mais latentes no âmbito da política de assistência estudantil implementada nas

IFES, considerando que a “nova fase da contrarreforma universitária” (LIMA, 2005) atribuiu importância inédita a estas ações pela via de sua regulamentação e consequente integração às principais propostas da contrarreforma universitária. Neste período, por exemplo, tivemos a incorporação da assistência aos estudantes num anteprojeto de lei de reforma universitária em sessão específica para tratar “*Das Políticas de Democratização do Acesso e de Assistência Estudantil*” (BRASIL, 2006). Ademais, a assistência estudantil emergiu como uma das principais diretrizes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI e, conforme supramencionado, foi elevada à condição de política de Estado.

Sem desconsiderar a significativa contribuição de tais medidas para uma maior estruturação da política em nível nacional – e sua consequente extensão

às diferentes IFES, abrangendo assim um maior número de estudantes –, a preocupação central deste artigo reside nas contradições deste processo. Isto porque a institucionalização da assistência estudantil nas IFES, como resultado de sua incorporação à agenda contrarreformista governamental, significou também a sua maior aproximação às diretrizes neoliberais que vêm orientando as propostas do governo federal. A crítica a este processo nos permite apontar tendências que confluem para a estruturação de uma “assistência estudantil consentida”¹ (articulada aos interesses dominantes) que empreende novos desafios à disputa hegemônica entre diferentes projetos educacionais.

A categoria “assistência estudantil consentida” foi utilizada para determinar a mudança substancial do projeto de assistência estudantil historicamente defendido pelos movimentos sociais da educação no atual contexto contrarreformista das universidades públicas brasileiras. Nesta direção, a mesma expressa um projeto restritivo, porque definido nos limites da agenda educacional dominante, comprometida, por sua vez, com a consolidação de uma universidade de modelo operacional (CHAUÍ, 1999)² ou, na acepção de Sguissard (2009), de uma universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva.

A categoria “assistência estudantil consentida” foi utilizada para determinar a mudança substancial do projeto de assistência estudantil historicamente defendido pelos movimentos sociais da educação no atual contexto contrarreformista das universidades públicas brasileiras.

Em suma, a expansão das ações de assistência aos estudantes nas IFES, para além de estarem articuladas e serem resultados de pressões políticas exercidas pelos movimentos sociais da educação, é resposta às reestruturações operadas no âmbito da educação superior brasileira, no contexto de “mundialização do capital” (CHESNAIS, 2001). Esta nova fase de expansão e estruturação da Política integra as novas estratégias hegemônicas da classe dominante (e suas representações na aparelhagem estatal) na tentativa de consolidar projetos educacionais coerentes com as requisições de mercantilização, flexibilidade, produ-

tividade e aligeiramento (dos serviços e das relações sociais), acionadas pelo capital para recompor suas taxas de lucro. Assim, a compreensão das mudanças operadas no âmbito da assistência estudantil deve partir da crítica a estes processos.

A funcionalidade da assistência estudantil à “nova pedagogia da hegemonia” (NEVES, 2005) se expressa no caráter instrumental que esta Política vem sendo convocada a assumir, produzindo respostas concretas às propostas produtivistas dos programas do chamado “processo de democratização da educação superior”. As relações da assistência estudantil com os principais programas da contrarreforma em curso evidenciam a sua funcionalidade instrumental e nos esclarecem sobre as determinações do processo de expansão da mesma num contexto de retração de direitos. Os nexos existentes entre a referida expansão e as principais propostas contrarreformistas estão explicitados nas legislações do REUNI (BRASIL, 2007a, 2007b), na legislação da assistência estudantil (BRASIL, 2010), nos documentos acerca das diretrizes gerais da reforma universitária (BRASIL, 2004, 2006), nos relatórios do Ministério da Educação/MEC (BRASIL, 2004; MEC, 2009; GENRO, 2005; HADDAD, 2008) e nos documentos do Fonaprace (FONAPRACE, 1993, 2007, 2009, 2011, 2012)³.

Sendo a assistência estudantil uma importante bandeira de luta dos movimentos sociais da educação, estas ações são incorporadas como instrumentos para “educar o consenso na hegemonia dominante” (NEVES, 2005). A incorporação desta pelos organismos oficiais se estabelece em uma suposta fase “humanizada” do neoliberalismo: o social-liberalismo de cunho novo-desenvolvimentista, que situa na agenda dos Estados Nacionais “preocupações” com a questão social, alegando reprovar os excessos provocados pelo ideário neoliberal no seu modelo clássico (CASTELO, 2009, 2010, 2012, MOTA, 2012).

No presente artigo, estas reflexões serão tratadas em três momentos distintos, porém articulados. Inicialmente, buscaremos a particularidade do debate da assistência estudantil nas IFES, situando social e historicamente o conteúdo político das bandeiras defendidas pelos principais sujeitos políticos envolvidos com a mesma. Portanto, faremos referência às distintas fases da assistência estudantil, enfatizando

as atuais mudanças orquestradas em nível governamental e da sociedade civil, a partir da aprovação do PNAES em 2007.

Posteriormente, abordaremos o processo de contrarreforma universitária dos anos 2000, materializado através de programas como o REUNI e o Novo Enem/SISU, e no interior dos quais a assistência estudantil é convocada a desempenhar renovados papéis. Apresentaremos, ainda, considerações acerca da relação contrarreforma universitária versus assistência estudantil consentida, explicitando as requisições postas pelos novos programas a essa política, na perspectiva de problematizar sua funcionalidade para a consolidação da universidade flexível e produtiva do século XXI. Finalmente, apontaremos as atuais tendências postas para a assistência estudantil, comparando-as às pautas da assistência estudantil que estiveram articuladas a projetos contra-hegemônicos, na direção da construção de uma educação emancipadora e da construção de uma sociedade emancipada.

Assistência estudantil: sujeitos políticos e expansão nos anos 2000

O amadurecimento da temática da assistência estudantil no âmbito da sociedade civil se deu no período que correspondeu à emergência da autocracia burguesa no Brasil. No início da segunda metade do século XX, ganhava forças o “Movimento de Reforma Universitária”⁴, formado pelos estudantes, intelectuais e comunidade acadêmica responsável por liderar reivindicações em torno da democratização da universidade e da sociedade de maneira geral (FERNANDES, 1975). A pauta da democratização das condições de acesso e permanência dos estudantes nas universidades públicas, mediante ações de assistência estudantil e à comunidade acadêmica, integrou a agenda de lutas deste movimento.

Nas palavras de Florestan Fernandes (1975), a adesão das bandeiras reformistas pelo movimento estudantil fez com que a luta pelas mudanças na universidade brasileira não se restringisse à reorganização formal do ensino superior, mas visasse “[...] a construir uma universidade totalmente nova – educacionalmente criadora, intelectualmente críti-

ca e socialmente atuante, aberta ao povo e capaz de exprimir politicamente os seus anseios mais profundos [...]” (FERNANDES, 1975, p. 60). Além do mais, a luta pela reforma esteve articulada aos anseios de transformação da própria sociedade brasileira.

Ao final dos anos 1980 e ingresso dos anos 1990, o tema da assistência estudantil começou a estruturar-se de forma mais sistemática em algumas IFES, devido, sobretudo, às elaborações e reivindicações da União Nacional Estudantil – UNE. A UNE, criada em 1937, defendeu fervorosamente a reforma universitária e, no seu interior, a pauta da assistência estudantil emergiu como uma das principais bandeiras de luta dos estudantes. Segundo Florestan Fernandes (1975):

[...] durante as décadas de 40 e 50, a reforma universitária passou a ser uma reivindicação geral nos quadros universitários jovens e logo caiu, graças à colaboração destes com os estudantes, no âmbito das “reformas de base” ou das “reformas de estrutura” das grandes organizações estudantis, como a UNE e suas congêneres estaduais (FERNANDES, 1975, p. 154).

A pauta da democratização das condições de acesso e permanência dos estudantes nas universidades públicas, mediante ações de assistência estudantil e à comunidade acadêmica, integrou a agenda de lutas do movimento.

Sobre a relação da UNE com a assistência estudantil, os representantes do Movimento de Casas de Estudantes/MCE consideram que o próprio surgimento daquela organização estudantil denota a ligação direta entre as Casas de Estudantes e o Movimento Estudantil:

[...] foi no final dos anos 30, numa moradia estudantil, que se percebeu a necessidade de organização política dos estudantes nacionalmente. A Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro (então Distrito Federal), convoca o 1º Conselho Nacional de Estudantes e, nesse evento, se funda a UNE, em 1937 [...]”⁵

Fávero (1977, p. 47 *apud* Garrido, 2012), analisando os documentos da UNE deste período, revela os termos iniciais a partir dos quais o debate da

assistência estudantil consolidava-se no interior do movimento reformista conduzido pelos estudantes. No âmbito das reivindicações de caráter democrático, havia o intento de “[...] colocar a universidade a serviço das classes menos favorecidas, com a criação de escritórios de assistência jurídica, médica, odontológica etc.”

Com o amadurecimento da temática da assistência estudantil e a consequente estruturação, no interior das IFES, de programas de alimentação, bolsas e moradia universitária, novas organizações estudantis foram sendo criadas para a defesa da ampliação das condições de acesso e permanência dos estudantes na universidade pública. Tivemos, inclusive, a organização política dos próprios usuários da assistência em torno de iniciativas como o Movimento de Casas de Estudantes/MCE, cuja instância articuladora, em nível nacional, é a Secretaria Nacional de Casas de Estudante/SENCE, criada no final da década de 1980.

Neste mesmo período, sob o terreno fértil da transição “democrática” brasileira, ocorreram os primeiros encontros nacionais dos gestores das IFES,

Com o amadurecimento da temática da assistência estudantil e a consequente estruturação, no interior das IFES, de programas de alimentação, bolsas e moradia universitária, novas organizações estudantis foram sendo criadas para a defesa da ampliação das condições de acesso e permanência dos estudantes na universidade pública.

dando origem, posteriormente, ao Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis/Fonaprace. Este Fórum realizou as primeiras sistematizações acerca da assistência estudantil⁶ no Brasil, constituindo-se em um verdadeiro “aparelho privado de hegemonia” (GRAMSCI, 2007). O mesmo desempenhou um papel de destaque na crítica ao lugar marginal ocupado pela assistência aos estudantes universitários na agenda educacional do governo brasileiro.

Porém, foi somente no início dos anos 2000 que as ações assistenciais na educação superior passaram a ter maior legitimidade na agenda governamental. A aprovação do Plano Nacional de Assistência Es-

tudantil, em 2007, marcou o início de uma “terceira fase da política de assistência aos estudantes estruturada nas IFES” (KOWALSKI, 2012), sobretudo pela sua vinculação às propostas de expansão do ensino superior conduzidas pelo governo federal e alvos de crítica dos movimentos estudantis. Neste período, as pautas reformistas em prol de melhorias das instalações físicas das universidades e aumento das contratações de professores (para suprir a expansão das vagas propostas pelos programas do chamado processo de “democratização do ensino superior”, como o REUNI) somaram-se a agendas políticas defendidas em significativas mobilizações estudantis, como a ocupação da reitoria da Universidade de São Paulo/USP, em 2007. As passeatas, ocupações e barricadas organizadas pelo movimento estudantil ganharam adesão de professores, funcionários e estudantes das demais universidades brasileiras em torno das lutas pela derrubada dos decretos inconstitucionais do então governador José Serra (que impediam o controle das verbas pelos reitores das universidades, vetavam a contratação de pessoal e privilegiavam a pesquisa voltada aos interesses das grandes empresas) e pelo aumento da destinação de verba pública para educação e democratização da universidade pública⁷.

No ano de 2010, o governo Lula institucionalizou o Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES – a partir do decreto 7.234 de 19 de julho de 2010 –, garantindo a obrigatoriedade da formulação e operacionalização da assistência estudantil nas IFES. Atualmente, este é o Programa que direciona a construção das políticas de assistência nessas instituições, determinando as áreas estratégicas de construção dos programas e projetos que atendam ao objetivo de ampliar as condições de permanência dos estudantes no ensino superior público. Esta nova fase da assistência estudantil (cujas ações são legitimadas na órbita governamental) está sendo implementada numa “nova fase da contrarreforma universitária” (LIMA, 2005) inaugurada pelo governo Lula. Neste sentido, a apreensão das determinações que conformam a atual fase da assistência nas IFES perpassa a crítica aos processos contrarreformistas em curso. A análise das reformulações na agenda política do Fonaprace – enquanto principal órgão responsável pela direção da Política em nível nacional –, no contexto

específico dos anos 2000, demonstra como as disputas entre projetos educacionais distintos operam historicamente.

O Fonaprace e a direção da assistência estudantil nas IFES

As reformulações das propostas políticas do Fonaprace, na última década, tiveram como orientação a “incorporação dosada” de bandeiras históricas da assistência aos estudantes das IFES na agenda governamental. O reposicionamento das pautas defendidas por este Fórum ocorreu através de um processo de secundarização de pautas reivindicativas, de vieses mais contestatórios e adesão de alternativas colaboracionistas com as políticas governamentais, tendo repercutido diretamente na direção política do projeto de assistência estudantil defendido pela comunidade acadêmica⁸.

Desde a sua criação, o Fonaprace interveio num cenário em que as ações de assistência aos estudantes não se constituíam de forma sistemática e não obtinham legitimidade nem significativo apoio governamental. Segundo Fonaprace (2012):

O apoio ao estudante era dado num esforço quase que isolado de cada instituição, nem sempre suficiente, dependendo muitas vezes da sensibilidade dos gestores e do poder de convencimento dos setores de assistência estudantil junto à comunidade universitária de que assistência estudantil não é gasto e sim uma questão de investimento (p. 21).

O Fórum, no seu surgimento, articulou a luta pela consolidação de uma Política de Assistência Estudantil nas IFES às bandeiras do “Movimento de Reforma Universitária”. Corroborava as reivindicações voltadas à construção de uma “universidade multifuncional, gratuita e de qualidade” e empenhava-se na integração do debate da assistência estudantil no interior das bandeiras reformistas levantadas pelos movimentos sociais. O trecho do relatório do IV Encontro Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, realizado em Brasília no ano de 1988, nos revela os termos através dos quais eram postos os debates no final dos anos 1980, início dos anos 1990:

O governo federal tem implementado, através de sucessivas medidas como decretos-leis, portarias etc., o sucateamento das Universidades Públicas, o que tem levado à perda da sua autonomia administrativa, da qualidade do ensino, bem como do papel de formadora de consciência crítica e do agente transformador da sociedade. Nesse sentido, o Fonaprace entende que a luta pelo atendimento às questões específicas de sua área de atuação [os assuntos comunitários e estudantis] deve estar vinculada à luta que vem sendo desenvolvida pelo CRUB, ANDES, FASUBRA, UNE e outras entidades representativas da sociedade, em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade (FONAPRACE, 1993, p. 60).

Na tentativa de fornecer uma direção intelectual e moral à assistência estudantil, o Fonaprace articulou o debate sobre a promoção e o apoio aos estudantes universitários à crítica aos processos de expansão,



precarização e de privatização do ensino superior público conduzidos pelo governo federal nas décadas de 1980 e 1990. Os primeiros Encontros dos Pró-Reitores tratavam de questões que envolviam a comunidade acadêmica de maneira geral, inclusive as que diziam respeito aos servidores técnico-administrativos e docentes. As avaliações do Fórum sobre as políticas educacionais do então governo federal, presentes na publicação intitulada *Universidade Pública e Gratuita: Patrimônio Ameaçado*, da coletânea Dez Encontros do Fonaprace (FONAPRACE, 1993), evidenciam a dimensão crítica das análises produzidas no Fórum:

A política do MEC em relação à assistência ao Estudante e Servidor das IFES tem sido de descaso e descompromisso total. Esta política faz parte de uma estratégia maior do governo que, aliado ao lobby privatista da educação, tem colocado a Universidade Pública e Gratuita em situação de penúria e abandono. Além disso, é importante ressaltar que o governo vem se empenhando sistematicamente através do próprio Ministério da Educação em levar à frente a campanha da difamação e desvalorização das Universidades Federais junto à opinião pública (FONAPRACE, 1993, p. 63).

Como impacto temos o enfraquecimento de um projeto de assistência estudantil articulado a um projeto educacional emancipador – única via para superação dos limites da “assistência estudantil consentida” implementada no bojo da contrarreforma universitária dos anos 2000.

Nos anos 2000, a “nova fase da contrarreforma universitária” (LIMA, 2005) empreende propostas de concertação entre as classes e seus diferentes projetos educacionais, expressas no chamado processo de “democratização do ensino superior”. No documento mais expressivo da contrarreforma universitária em curso, o PL 7200/2006 (Anteprojeto de Lei da Reforma Universitária, na sua 4ª versão, que continua em trâmite no Congresso Nacional), o termo *democratização* aparece em substituição ao termo *massificação*, amplamente disseminado pelos organismos multilaterais. Este documento convoca as IFES ao cumprimento de uma suposta “função social”, na perspectiva da “inclusão social”, da “igualdade de

oportunidades”, da “responsabilidade social” (BRASIL, 2006). É nesta perspectiva que o Fonaprace enfatiza sua atuação política “[...] junto ao Congresso Nacional e às instâncias governamentais na defesa das questões relacionadas à Assistência Estudantil nas IFES” (FONAPRACE, 2012, p. 23), legitimando a atual política expansionista assumida pelo governo federal nos anos 2000 – tal como demonstram os depoimentos de seus representantes em publicação mais recente do Fórum:

[...] consigo identificar uma política diferente do Governo Federal que **permite o estabelecimento de condições satisfatórias para o trabalho de assistência à comunidade universitária, tanto sob o ponto de vista qualitativo como quantitativo**. Em decorrência, mais estudantes carentes estão sendo assistidos com moradia, alimentação, programas de bolsas e saúde e diferentes programas voltados à comunidade universitária em geral que mostram vitalidade (FONAPRACE, 2012, p. 51, grifos nossos).

Vejo a assistência estudantil passar por um momento inédito no Brasil. A criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), resultado de grandes esforços e uma árdua luta do FONAPRACE, mostra-nos um antes e um depois. **Hoje temos condição de oferecer ao nosso estudante ações que auxiliarão significativamente em sua formação**, que é técnica, profissional, mas que também, e sobretudo, é uma formação para a vida [...] (FONAPRACE, 2012, p.61, grifos nossos).

A nosso ver, a ausência de mediações nas análises dos processos contrarreformistas em curso (no interior dos quais a assistência estudantil se expande e se reestrutura) restringe a compreensão dos limites desta política no atual contexto de ofensiva conservadora que atinge a educação brasileira. Como impacto temos o enfraquecimento de um projeto de assistência estudantil articulado a um projeto educacional emancipador – única via para superação dos limites da “assistência estudantil consentida” implementada no bojo da contrarreforma universitária dos anos 2000.

Isto porque com o fortalecimento de uma concepção limitada acerca da democratização da educação (que prioriza a ampliação das vagas e matrículas no ensino superior e, em segundo plano, as condições

objetivas a esta ampliação), o governo federal vem respondendo às pressões dos organismos multilaterais, como o Banco Mundial, visando à elevação dos indicadores sociais. Ancorada nos pressupostos da terceira via (GUIDDENS, 2007), a educação está sendo difundida para as classes subalternas, sobretudo como mecanismo para a garantia da “igualdade de oportunidades” (CASTELO, 2008; NEVES, 2005, 2010). Na exposição de motivos, elaborada pelo ex-Ministro da Educação Fernando Haddad, é reiterada a necessidade urgente do Brasil “democratizar e qualificar suas instituições de ensino superior” (BRASIL, 2006). Esta afirmação, por sua vez, aparece vinculada ao alcance da meta fixada pelo Plano Nacional de Educação – PNE de elevar para 90% o número de jovens de 18 a 24 anos nesta modalidade de ensino (BRASIL, 2006).

As medidas voltadas para o “[...] propósito de retomar o crescimento do ensino superior público [...]” (MEC, 2009, p. 14) integraram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo governo federal em 24 de abril de 2007, e uma das ações mais polêmicas desenvolvidas no âmbito do PDE é o ProUni. Este Programa prevê o financiamento de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes dos cursos de graduação, ou sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. A lógica da mercantilização da educação superior que sustenta o desenvolvimento de programas como o ProUni – onde o Estado celebra parceria com a iniciativa privada para o provimento de um bem público disposto na Constituição Federal como direito, que é a educação – espraia-se para o interior das instituições de ensino superior públicas pela via da proliferação, nas últimas décadas, das chamadas Fundações de Apoio⁹ (BRASIL, 2004). De maneira geral, estas iniciativas, de caráter privado, apresentadas pelo argumento oficial como “imprescindíveis” à garantia da autonomia universitária na gestão de seus processos (ADUSP, 2004), assumem a função de gerar recursos adicionais para as instituições mediante a prestação de serviços, além de atuarem no repasse dos recursos federais entre as diferentes IFES.

Na particularidade das IFES, o REUNI¹⁰ e o Exame Nacional do Ensino Médio, o Novo ENEM/SISU, são aqueles que possuem maior impacto na demanda por

políticas de assistência estudantil. A principal crítica feita ao REUNI reside na sua contribuição para perda de autonomia universitária (porque orientado por contrato de gestão) e instauração do ideário da produtividade acadêmica compatível com uma lógica mercadológica, ou seja, tendência de incorporação de indicadores de mercado que privilegiam a relação custo-benefício como parâmetros para gestão do desempenho das IFES e dos assuntos acadêmicos (ANDES, 2007; MANCEBO; SILVA JR, 2012).

O REUNI tem como meta a elevação da taxa de conclusão média dos estudantes de graduação e a elevação da relação professor-aluno pela via da reestruturação curricular, de infraestrutura e, inclusive, de assistência estudantil – que representa uma das diretrizes do Programa. Por meio do “melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos nas IFES” (BRASIL, 2007b), o REUNI pretende promover o alcance gradual de uma taxa de conclusão média dos cursos de graduação num percentual de 90%, concomitante ao aumento da relação professor-

A lógica da mercantilização da educação superior que sustenta o desenvolvimento de programas como o ProUni – onde o Estado celebra parceria com a iniciativa privada para o provimento de um bem público disposto na Constituição Federal como direito, que é a educação – espraia-se para o interior das instituições de ensino superior públicas pela via da proliferação, nas últimas décadas, das chamadas Fundações de Apoio (BRASIL, 2004).

-aluno para 18 (um aumento de 50%, considerando a proporção anterior de 1x12). Para o alcance de tais metas, o Programa assume como principais diretrizes a redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, reestruturações curriculares, ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil.

Sobre a ampliação da assistência estudantil, no bojo do REUNI, no que tange ao seu orçamento, o próprio Fonaprace (2012) apontou no documento “Proposta de Financiamento da Assistência Estudantil nas IFES formulada pelo Fonaprace e encaminhada à Andifes” (FONAPRACE, 2012) a insuficiência dos recursos destinados pelo MEC à assistência estu-

dantil. Este Fórum, considerando o total de 285.651 (43,67%)¹¹ estudantes pertencentes às classes E, D, C2 e C1¹² e seguindo os parâmetros de orçamento definidos no Plano Nacional de Assistência Estudantil de 2008¹³, constatou que o valor repassado pelo governo em 2012 é três vezes menor do que o valor resultante da base de cálculo do Fonaprace. Esta base de cálculo considera o montante de estudantes de 285.651 alunos x R\$ 545,00 x 10 (o “PNAES deveria ser da ordem de 10% da matriz de OCC¹⁴”) (FONAPRACE, 2012). Assim, o valor requerido pela assistência estudantil é o de R\$ 1.556.797.950, enquanto que o orçamento das IFES de 2011 para a Política aproximou-se dos 504 milhões de reais. Ou seja, o desafio do orçamento da assistência estudantil intensifica-se no seio da atual política expansionista do governo federal que, contraditoriamente, demanda desta política funções específicas para responder aos processos de ampliação das vagas e matrículas nas IFES.

O “melhor aproveitamento” da universidade pública no sentido de empreender ações cujos resultados se deem num curto espaço de tempo, atingindo um maior número de estudantes e com “otimização” dos recursos, está presente nas pautas do REUNI, uma vez que seus propósitos e metas desconsideram o déficit histórico de infraestrutura física e de recur-

sos humanos (sobretudo de corpo docente) das IFES, estimulando a produtividade das vagas ociosas sem equiparar os objetivos de ampliação quantitativa das taxas de conclusão do ensino superior à garantia da qualidade da formação.

Neste ponto, a assistência estudantil, enquanto uma das diretrizes do REUNI, revela o seu caráter funcional às propostas contrarreformistas em curso. Tal funcionalidade vem sendo redefinida no âmbito das concepções produzidas pelo Fonaprace acerca da direção desta política nas IFES.

Sem dúvidas, as contribuições deste Fórum para o amadurecimento das pautas da assistência estudantil possibilitaram, inclusive, a construção de importantes parâmetros políticos para a legitimação da assistência no espaço das IFES. Este é o caso da disseminação de uma nova concepção de assistência estudantil como “[...] um instrumento que garante condições para o bom ensino e para a produção de conhecimento científico” (FONAPRACE, 1993, p. 46), construída em articulação com os movimentos da educação, buscando romper com o ideário da assistência enquanto “mecanismo que desvia verbas do ensino e da pesquisa” (FONAPRACE, 1993, p. 46). É importante lembrar que, no final dos anos 1980 e na década seguinte, o cenário de isolamento das iniciativas de assistência



estudantil nas IFES era consequência do descrédito de suas ações, compreendidas como gastos adicionais para o orçamento já insuficiente das IFES.

Sob o lema da “assistência estudantil como questão de investimento”, o Fonaprace liderou campanhas para a institucionalização da mesma nas IFES e chamou atenção para a necessidade de recursos específicos e construção de diretrizes nacionais¹⁵. Contudo, a ênfase da assistência enquanto investimento, e não como direito, mesmo tendo representado significativos avanços para a sua estruturação da Política – sobretudo se considerarmos a tentativa de romper com o ideário dominante no qual a assistência era disseminada como gasto – apresenta elementos que apontam para uma concepção produtivista da Política. Ou seja, nesta perspectiva, a ideia de “investir na assistência estudantil”, e não efetivá-la enquanto direito, pode carregar um sentido de retorno, de contrapartida, de funcionalidade, de utilidade destas ações para um objetivo específico. Nos anos 2000, foi justamente esta concepção da assistência estudantil que pôde ser explorada no bojo do projeto educacional dominante e que coube “como uma luva” nas propostas produtivistas da contrarreforma instaurada por programas como o REUNI.

A lógica do atendimento a um maior número de estudantes em um tempo menor e com orçamento reduzido intensifica, na realidade das IFES, as tendências de bolsificação da assistência estudantil em detrimento à criação de equipamentos sociais (Casas de Estudantes, Restaurantes Universitários) – sob o argumento da necessidade de atendimento emergencial aos estudantes; a abertura de novos editais desconsiderando as demandas reprimidas da política – na tentativa de garantir a rotatividade dos estudantes; e, sobretudo, a intensificação das exigências de contrapartidas dos seus usuários.

O caso apontando por Kowalski (2012, p. 152) sobre “[...] a Resolução nº 005/08 de 19 de março de 2008 da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM” evidencia a intensificação do controle acadêmico dos estudantes beneficiários mediante a naturalização das contrapartidas acadêmicas. Segundo esta resolução, os estudantes são desligados da bolsa alimentação se não obtiverem aprovação em 50% das disciplinas cursadas no semestre letivo, sendo esta restabelecida no semes-

tre subsequente à aprovação. E mais: “[...] no caso de o aluno reprovar em dois semestres consecutivos, todos os benefícios, tais como alimentação, transporte e moradia, são suspensos [...]” (KOWALSKI, 2012).

Esta realidade, comum às políticas de assistência estudantil das IFES, aponta para tendências de incorporação pela assistência da mesma lógica produtivista que fundamenta os programas contrarreformistas, quer sejam: 1) priorização de indicadores quantitativos em detrimento da adoção de critérios qualitativos para a estruturação dos programas; 2) adoção de critérios mercadológicos de custo-benefício na avaliação dos programas; e 3) otimização das vagas mediante desligamento dos estudantes que não se adequam aos critérios estabelecidos, liberando vagas para novos usuários.

A lógica do atendimento a um maior número de estudantes em um tempo menor e com orçamento reduzido intensifica, na realidade das IFES, as tendências de bolsificação da assistência estudantil em detrimento à criação de equipamentos sociais (Casas de Estudantes, Restaurantes Universitários) sob o argumento da necessidade de atendimento emergencial aos estudantes [...]

Considerações acerca das tendências da assistência estudantil consentida

Evidenciamos que a integração da assistência estudantil à agenda da contrarreforma universitária dos anos 2000, além de significar avanços relevantes, sobretudo do ponto de vista de sua extensão às diferentes IFES, fortaleceu tendências como: 1) a exclusividade (e o rebaixamento) do corte de renda como critério de acesso às ações da Política; 2) o distanciamento entre Pró-Reitorias de Assistência Estudantil e os movimentos sindicais (dos técnico-servidores, dos docentes e discentes), enfraquecendo as lutas conjuntas que articulem a bandeira da Política às questões mais gerais relacionadas à comunidade acadêmica; 3) a desistoricização da assistência estudantil

mediante sua vinculação exclusiva ao REUNI; e 4) a incorporação de uma lógica produtivista pelos serviços e programas desenvolvidos.

Os anunciados objetivos comuns existentes entre a expansão da assistência estudantil e a atual fase da contrarreforma universitária expressam propostas como o controle das taxas e evasão e retenção nas IFES, a produtividade das vagas nas IFES, a rotatividade dos estudantes entre as IFES e a ênfase na democratização do ensino superior. Contudo, ainda que estas propostas nos remetam às bandeiras históricas dos movimentos da educação, no contexto da contrarreforma universitária dos anos 2000, as mesmas são alvo de ressignificações conservadoras responsáveis por instrumentalizar os seus conteúdos na direção dos objetivos contrarreformistas em voga no ensino superior. Tal instrumentalização está presente na concepção que fundamenta a suposta relação orgânica, disseminada pelo discurso oficial, existente entre o REUNI e o PNAES.

Ainda como impacto negativo desta vinculação, temos visto que a própria expansão proposta pelo REUNI, a partir do alcance da sua meta de elevação da taxa de conclusão média dos estudantes de graduação e aumento da relação professor-aluno, pressupõe, como uma das medidas para o cumprimento destas metas, o controle das taxas de evasão e retenção universitária.

A articulação entre o REUNI e o PNAES está sendo fortalecida pelos aparelhos de hegemonia, como o Fonaprace e o Ministério da Educação/MEC, desconsiderando-se o histórico da mesma na universidade pública. Num processo de desistoricização da assistência estudantil, essa emerge com o REUNI, ora como condição, ora como resultado da expansão promovida pelo Programa, e, portanto, passa a ser pensada nos seus limites instituídos, perdendo as raízes que a vinculam a projetos educacionais emancipatórios.

Ainda como impacto negativo desta vinculação, temos visto que a própria expansão proposta pelo REUNI, a partir do alcance da sua meta de elevação da taxa de conclusão média dos estudantes de gra-

duação e aumento da relação professor-aluno, pressupõe, como uma das medidas para o cumprimento destas metas, o controle das taxas de evasão e retenção universitária. O debate acerca da contribuição da assistência estudantil para o controle destas taxas nas IFES acompanha a trajetória desta Política e, no atual contexto, é apresentado como sendo um dos principais elos entre o PNAES e o REUNI. Contudo, no âmbito da assistência estudantil, aquele debate esteve vinculado, historicamente, à garantia da qualidade da formação de nível superior, pela via do provimento das condições necessárias à conclusão dos cursos superiores. Já no âmbito do REUNI, o indicador do controle das taxas de evasão e retenção nas IFES é a capacidade destas instituições substituírem, de forma mais eficiente, as suas vagas ociosas¹⁶. A avaliação que deveria resultar do acompanhamento dos estudantes concluintes a partir de sua trajetória no curso não se concretiza.

Uma das tendências postas é a da incorporação, pelas próprias políticas de assistência estudantil, da mesma lógica produtivista do REUNI. Assim, diante das pressões exercidas pelos organismos educacionais, as instâncias responsáveis pela operacionalização da Política passam a incorporar critérios de acesso e permanência que permitam a rotatividade dos estudantes no seu âmbito, como alternativa para responder, de forma satisfatória, às metas do REUNI. Estamos nos referindo, com isso, à intensificação do controle dos estudantes beneficiários mediante a naturalização das contrapartidas acadêmicas, assim como a rigidez do desempenho acadêmico e do atendimento aos critérios socioeconômicos rebaixados impostos. A consequência disto é o desligamento daqueles estudantes que não conseguem enquadrar-se aos critérios exigidos, “liberando” as vagas para novos usuários.

Atuar para minorar os efeitos da desigualdade socioeconômica do corpo discente é mais um dos nexos anunciados pelo discurso oficial entre a assistência estudantil e as propostas dos programas da contrarreforma em curso. Inclusive esta temática sempre foi abordada pela assistência estudantil de forma prioritária. Contudo, o conteúdo deste debate estruturou-se, historicamente, para além das desigualdades de renda, abarcando também os aspectos

da subjetividade dos estudantes¹⁷. Sob uma restrição cada vez mais intensa aos critérios de renda impostos nesta nova fase expansiva da assistência estudantil, a perspectiva ampliada da concepção de dificuldades acadêmicas é enfraquecida¹⁸. Esta tendência se expressa na tímida presença de atividades de cunho pedagógico no corpo dos projetos e programas das políticas de assistência estudantil desenvolvidas pelas diferentes IFES.

Outra questão que merece destaque diz respeito à relação do PNAES com o Novo ENEM/SISU. A funcionalidade da assistência estudantil à rotatividade dos estudantes entre as IFES é apresentada como um dos principais nexos entre assistência estudantil e as propostas de “melhor aproveitamento” (BRASIL, 2007a, 2007b) das vagas nas universidades. O ENEM/SISU aborda a assistência estudantil como principal alternativa para subsidiar a mobilidade estudantil proposta por este programa. Sendo cada instituição, na sua particularidade, responsável pela estruturação de suas políticas, o MEC transfere para as IFES a responsabilidade de construção de alternativas, através de insuficientes recursos, para subsidiar a permanência dos estudantes provenientes das diversas regiões do país.

No âmbito do que Lima (2005) chamou de “fetichismo da democratização”, a assistência estudantil constitui-se em um mecanismo estratégico para fortalecer a dimensão “ética” do debate que mistifica o caráter conservador das reestruturações em curso nas IFES. Esta Política legitima os argumentos veiculados na esfera governamental que destacam a “responsabilidade social das IFES” (BRASIL, 2006) e a concretização de uma “nova reforma educacional” (GENRO, 2005) para um “novo projeto de desenvolvimento nacional” (GENRO, 2005).

A expansão da assistência nas IFES não pode ser entendida como um avanço em si mesmo. O projeto legitimado neste cenário possui nexos orgânicos com as propostas produtivistas, que são fortalecidos a partir da reformulação de bandeiras de luta históricas (controle das taxas de evasão e retenção, suporte à mobilidade estudantil e democratização da universidade).

Estes movimentos não vêm ocorrendo sem resistências e as contradições que lhes são inerentes se

expressam nas mobilizações estudantis e, ainda, nas pautas reivindicatórias do próprio quadro profissional responsável pela operacionalização da Política nas IFES (vítimas das exigências produtivistas que requerem o cumprimento de metas de atendimento; fragmentação dos programas e, conseqüentemente, maior frequência de formulação e lançamento de novos editais; e dificuldade de construção de intervenções mais pedagógicas e menos restritas à operacionalização de processos seletivos). Estas questões lideram espaço no debate acadêmico, nas mobilizações estudantis, nas greves do corpo docente e nos atos estudantis realizados nas reitorias e são indicativos das insatisfações com os rumos tomados pela assistência estudantil nos anos 2000. E podem, ainda, constituir-se em motor para que renovações se concretizem na direção da construção e efetivação de um projeto educacional que ofereça condições para que a classe trabalhadora possa disputar hegemonia na sociedade. **US**

notas

1. Parafraseamos a categoria “reforma universitária consentida”, construída por Florestan Fernandes (1975), para nos referirmos à interferência do governo militar na condução das pautas do “Movimento de Reforma Universitária” da década de 1960. Esta interferência resultou na adequação do projeto de reforma universitária aos interesses da autocracia burguesa.

2. O que Chauí (1999, s/n), retomando uma expressão de Freitag (1996 apud CHAUI, 1999), chamou de “universidade operacional” traduz a atual tendência da consolidação da universidade brasileira produtiva e flexível “[...] regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível [...]”.

3. Estes dados estão dispostos na dissertação intitulada *Assistência Estudantil e Contrarreforma Universitária nos Anos 2000* (NASCIMENTO, 2013), desenvolvida com o objetivo de apreender as principais determinações que conformam a expansão da assistência estudantil nos anos 2000. A hipótese construída considerou que a expansão da assistência estudantil nas IFES, neste período, é determinada pela funcionalidade da assistência estudantil (restritiva) às propostas contrarreformistas definidas pela agenda governamental, articuladas à construção do modelo de universidade operacional. No trajeto de pesquisa, buscou-se identificar as particularidades da contrarreforma universitária dos anos 2000 e analisar os nexos existentes entre a expansão da assistência estudantil e as propostas do REUNI e do Novo ENEM/SISU, a partir da análise crítica de dados secundários, referentes aos anos 2000, dispostos nos relatórios do MEC, nas legislações do REUNI e do Novo ENEM/SISU, na regulamentação da assistência estudantil, nos discursos veiculados pelo MEC e pelo Fonaprace. Ver Nascimento (2013).

4. O tema da reforma da universidade foi bandeira de luta de movimentos liberais como os Pioneiros da Escola Nova e, na década de 1960, ganhou proporções de um “Movimento de Reforma Universitária” (FERNANDES, 1975; 1989).

5. Disponível em: <<http://sencebrasil.blogspot.com.br/p/historico-do-mce.html>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

6. Do Fonaprace resultaria, posteriormente, o fundamento da regulamentação da assistência estudantil: o Plano Nacional de Assistência Estudantil/PNA, que marcou o início de uma nova fase desta Política nas IFES. A aprovação deste Plano, no ano de 2007, ocorreu no bojo de um dos principais programas da contrarreforma universitária dos anos 2000, o REUNI.

7. Síntese dos principais acontecimentos deste movimento encontra-se disponível em: <http://www.wsws.org/pt/2007/jul2007/por1-j09_prn.shtml>. Acesso em: 28 nov. 2013.

8. Tais constatações foram evidenciadas mediante análise comparativa das mais recentes publicações deste Fórum, mais especificamente o livro “Dez encontros” (FONAPRACE, 1993) e a “Revista dos 25 Anos do Fonaprace” (FONAPRACE, 2012).

9. Segundo publicação da ADUSP (2004), a Universidade de São Paulo (USP) é uma das universidades que se relaciona com o maior número destas instituições. Possui três dezenas de fundações privadas ditas “de apoio” e um número incalculável de entidades assemelhadas (“centros” e outras).

10. O Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI foi implementado, em 2006, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência dos estudantes na educação superior, em nível de graduação, por meio do melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. Este Programa assumiu como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para 18 (BRASIL, 2007b).

11. Dados atualizados da 3ª Pesquisa do Fonaprace (FONAPRACE, 2011).

12. De acordo com os critérios da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa/ABEP.

13. “[...] Plano Nacional de Assistência Estudantil, publicado pela Andifes em 2008, levou em conta os dados da 2ª Pesquisa do Perfil Socioeconômico do Estudante, realizada em 2004, e construiu um parâmetro bem definido para o financiamento da assistência no sistema federal de educação superior: dez salários mínimos por ano por estudante, contadas as classes E, D e C” (FONAPRACE, 2012).

14. Outros Custeios e Capital.

15. O marco deste debate foi a construção, pelo Fonaprace, do documento intitulado “assistência estudantil, uma questão de investimento” no ano 2000. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/assist_est.html>. Acesso em: jan. 2013.

16. O documento Diretrizes Gerais do REUNI (BRASIL, 2007b) revela que a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais é calculada a partir da relação entre o total de diplomados nos cursos de graduação presenciais num determinado ano e o total de vagas de ingresso oferecidas pela instituição cinco anos antes.

17. Tanto que a última pesquisa sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES, realizada pelo Fonaprace (2011), coletou dados significativos sobre as dificuldades emocionais enfrentadas pelos estudantes na trajetória acadêmica.

18. Inclusive, neste contexto, os próprios critérios de renda para acesso aos programas assistenciais estudantis foram rebaixados. A aprovação do Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, que institucionalizou o PNAES, alterou o termo da Portaria nº 39 do MEC, que considerava a prioridade dos estudantes até 02 (dois) salários mínimos per capita para 1/2 salário mínimo.

- ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior**. Caderno ANDES 25. Brasília: 2007.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – ADUSP. **Universidade pública e fundações privadas: aspectos conceituais, éticos e jurídicos**. ADUPS, novembro de 2004. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/cadernos/fundacao.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.
- BRASIL. MEC/Ministério da Educação. **Reforma da Educação Superior: reafirmando princípios e consolidando diretrizes da Reforma da Educação Superior**. Documento II, 2004.
- _____. Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 28 nov. 2013.
- _____. Casa Civil da Presidência da República. **Projeto de Lei da Reforma da Educação Superior**. Brasília: PL n. 7200/2006, MEC/MF/MT/MCT.
- _____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-REUNI, 2007a**. Disponível em <http://200.156.25.73/reuni/D6_096.html>. Acesso em: 14 set. 2012.
- _____. **Diretrizes Gerais do REUNI**. [Brasília, DF], 2007b.
- _____. Presidência da República. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Institui o Programa Nacional de assistência Estudantil-PNAES**, Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: jan. 2012.
- CASTELO, Rodrigo. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro**. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 112, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400002&lng=pt&nrm=i>. Acesso em: 16 nov. 2012.
- _____. (org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.
- _____. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. **Revista OIKOS**, Rio de Janeiro; vol. 8; p. 71-91, n. 1, 2009. Disponível em: <www.revistaoikos.org>. Acesso em: 16 nov. 2012.
- _____. A “questão social” e o social-liberalismo brasileiro: contribuição à crítica a noção do desenvolvimento econômico com equidade. **Revista emancipação**, n. 8 v. 1, p. 21-35, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/112/110>>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- CHAUÍ, Marilena. **A universidade operacional**. Folha de S. Paulo, São Paulo, Domingo, 09 de maio de 1999. Mais! 5-3 Brasil 500 D.C..
- CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. In **Revista Outubro**, n. 5. São Paulo, Instituto de Estudo Socialistas, 2001.
- FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.
- _____. **A Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
- FONAPRACE. **Ata da reunião ordinária realizada na Cidade de Brasília/DF entre os dias 17, 18 e 19 de junho de 2009**. Disponível em: <www.andifes.org.br>. Acesso em: dez. 2012.
- _____. **Dez encontros**. UFG, Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários. Goiânia, 1993.
- _____. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Brasília - 2011.

_____. **Proposta do Plano Nacional de Assistência Estudantil.** Encaminhado à ANDIFES, Versão final. 2007.

_____. **Revista Comemorativa 25 Anos do Fonaprace:** histórias, memórias e múltiplos olhares. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (org.). Coordenação, Andifes. UFU, PROEX: 2012.

_____. **Relatório de avaliação do Plano Plurianual 2008-2011:** exercício 2010. Brasília, 2009.

_____. **Portaria Normativa N° 2, de 26 de janeiro de 2010.** Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada. Brasil, 2010.

GARRIDO, Edleusa Nery. **Assistência estudantil: sua importância, atores envolvidos e panorama atual.** In: Anais... Seminário Universidade Sociedade. Semana Kirimurê, 2012, 31/10 a 01/11. Cachoeira/BA, 2012.

GENRO, Tarso. **A Reforma da Educação Superior no Brasil.** In: Seminário Internacional Reforma e Avaliação da Educação Superior: tendências na Europa e na América Latina. Realizado em São Paulo, no dia 25 de abril de 2005. Anais... Brasília: Inep, 2005.

GUIDDENS, Anthony (org.). **O debate global sobre a terceira via.** São Paulo: Editora UNESP, 2007.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere:** notas sobre o Estado e a Política. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, v. 3.

HADDAD, Fernando. **Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, princípios e programas.** Ministério da Educação. Brasília: 2008.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** Tese de doutoramento. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/Faculdade de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social Doutorado em Serviço Social. Porto Alegre, 2012.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Reforma da educação superior nos anos de contra-revolução neoliberal:** de Fernando Henrique Cardoso à Luiz Inácio Lula da Silva. Tese de doutoramento. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2005.

MANCIBO, Deise; SILVA JR, João dos Reis (orgs). **Trabalho docente e expansão da educação superior brasileira/organização** Deise Mancibo, João dos Reis silva Júnior. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

MEC/Ministério da Educação. **Relatório de avaliação do Plano Plurianual 2008-2011: exercício 2010.** Brasília, 2009.

MOTA, Ana Elizabete (org.). **Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia:** Crescimento Econômico e Reprodução da Desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

NASCIMENTO, Clara Martins do. **Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000.** Dissertação de mestrado. Orientadora Ana Cristina Brito Arcoverde. Recife- UFPE, 2013.

NEVES, Maria Lúcia Wanderley (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital:** intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

_____. (Org.) **A nova Pedagogia da Hegemonia:** estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

SGUISSARD, Valdemar. **Universidade Brasileira no Século XXI.** São Paulo: Cortez, 2009.

referências

Título: A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização

Autor: Fernando Báez

Formato: Livro

Idioma: Português

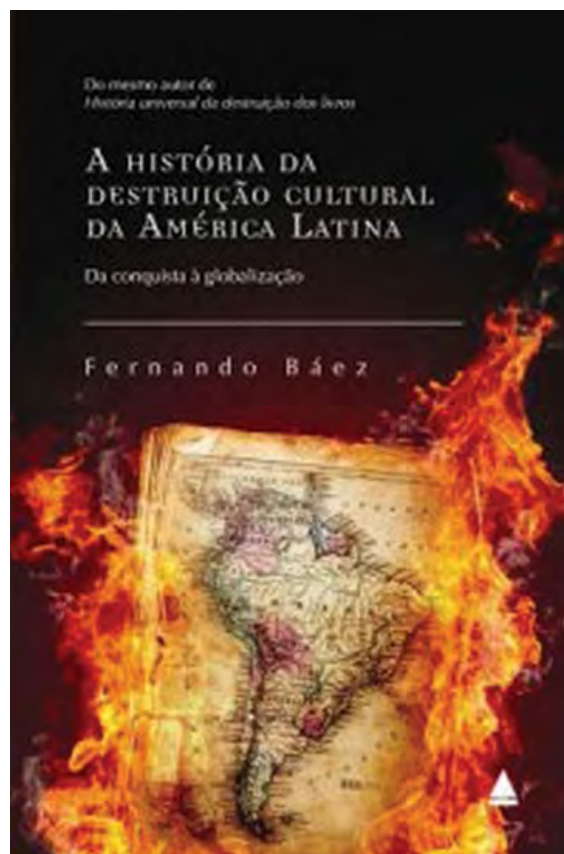
Editora: Nova Fronteira

ISBN: 8520924379

Edição: 1ª

Ano: 2010

Páginas: 390



Um genocídio, um etnocídio e um memoricídio praticados contra os povos latino-americanos

Por Waldir José Rampinelli

Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

A conquista da América Latina no século XVI consistiu não apenas na tomada do território e na expropriação de suas riquezas, mas no extermínio de determinados grupos, na destruição de culturas e na forçosa obrigação do esquecimento de seu passado, imposto pelos europeus aos povos originários. Por isso, três grandes crimes podem ser tipificados, sendo eles o de genocídio, o de etnocídio e o de memoricídio.

O genocídio foi cometido contra certos grupos étnicos, quer eliminando-os pelo trabalho escravo ou compulsório, quer assassinando-os por sua resistência armada aos dominadores. Tzvetan Todorov, contrapondo-se à maioria dos historiadores, afirma que esta invasão foi um verdadeiro genocídio, chegando a

dizer que nenhuma das grandes matanças do século XX pode ser comparada à hecatombe do século XVI. Por sua vez, Marx mostra como se deu a acumulação originária a partir da conquista das jazidas de ouro e de prata das Américas; da escravização, do extermínio e do sepultamento de indígenas e africanos nas minas de nosso continente; e, finalmente, apresenta as razões do saque e da expropriação das riquezas que permitiram que a etapa de produção capitalista surgisse no horizonte da história mundial, cavalcando a Revolução Industrial.

Já o etnocídio é o resultado do roubo econômico que exigiu a modificação das estruturas mentais dos subordinados, negando “aos indígenas o direito à ter-

ra que já ocupavam e seus recursos naturais, o direito ao uso de sua própria língua e educação e o direito de fazer sua história coletiva com autodeterminação” (BAEZ, 133). Este desenraizamento cultural impôs a decadência dos idiomas, o preconceito contra a tradição e a negação da história. Se o termo genocídio nos remete à ideia de liquidação de uma determinada “raça”, o etnocídio nos mostra a destruição sistemática dos modos de vida, de cosmovisão e de pensamento de pessoas distintas. Enquanto o genocídio elimina o *Outro* por ser intrinsecamente mau, o etnocídio, pelo contrário, impõe ao ser que é distinto uma mudança na perspectiva de que ele seja melhorado e transformado. Frei Juan de Zumarraga, na cultura asteca, e Frei Diego de Landa, na maia, foram os queimadores de livros e destruidores de arte destes povos, pensando em torná-los mais humanos.

O memoricídio, por sua vez, consiste na eliminação de todo o patrimônio, seja ele tangível ou intangível, que simboliza resistência a partir do passado. Não apenas os deuses dos povos originários foram mortos, como as pirâmides superpostas por igrejas católicas, os templos pagãos trocados por mosteiros cristãos, os antigos palácios substituídos por mansões coloniais e as *chinampas* que abasteciam o mercado interno mudadas por grandes plantações voltadas para o externo. “Um povo sem memória”, afirma Báez, “é como um homem amnésico: não sabe o que é nem o que faz e é presa eventual de quem o rodeia. Pode ser manipulado” (BÁEZ, p. 288). Controlar o passado é a melhor forma de planejar o futuro. Por isso, as elites culturais, subordinadas aos centros hegemônicos metropolitanos, aproveitaram-se da amnésia para abandonar qualquer tipo de resistência. A transculturação ou substituição da memória foi executada com perfídia em três etapas: a) pelo estilhaçamento da memória subjugada, aparecendo nas perdas e nostalgias; b) pela incorporação forçada da cultura dominante; e c) pela elaboração, por parte dos sobreviventes, de estratégias de resistência e integração assinaladas pelo grau de contato (BÁEZ, p. 37).

Se no passado as obras culturais foram derretidas e destruídas, mais tarde passaram a fazer parte do tráfico de bens artísticos do continente, sendo superadas em valores apenas pela venda de armamentos e pelo comércio de entorpecentes. Por conta disso, os museus e

as bibliotecas das principais metrópoles do mundo aumentaram os seus acervos e ampliaram o seu número de documentos raros, chegando ao ponto de trabalhos simbólicos dos povos originários figurarem em suas exposições, como o cocar de Tupinambá, a coroa de Moctezuma, o *Pop Wuj* (que é o “Livro dos Acontecimentos” dos maias) e a “carta ao rei de Espanha” de Felipe Guamã Poma de Ayala. “Mais de 60% da arte latino-americana pré-hispânica que sobreviveram estão fora de suas respectivas regiões.”

Os Estados Unidos efetuaram um saque cultural na América Latina. Para tanto, utilizaram-se dos seguintes mecanismos: a) legitimação do tráfico ilegal de bens culturais pertencentes às instituições públicas, privadas e de grupos de colecionadores; b) destruição de obras de arte por meio de invasões armadas, como as ocorridas em Cuba, no Haiti e no Panamá; c) utilização da guerra ideológica anticomunista para estimular a perseguição e a destruição do elemento cultural adverso; d) debilitamento das concepções culturais latino-americanas de resistência ao modelo de mundo estadunidense; e e) contribuição para o etnocídio de comunidades indígenas com o objetivo de controlar suas reservas energéticas (BÁEZ, p. 243).

Na América Latina, cerca de 80% dos museus e sítios arqueológicos sofreram algum tipo de espoliação, sendo o patrimônio histórico um bem não renovável. Daí que o dano causado à identidade e ao acervo de nossos povos é incalculável. A maioria de nossas peças roubadas – 70% – estão em poder de instituições reconhecidas na Europa e nos Estados Unidos, que, por sua vez, se negam a devolvê-las. Alegam, vergonhosamente, que lá estão mais bem cuidadas. Outras fazem parte de coleções particulares, desconhecidas do grande público, como é o caso de Minor Cooper Keith (1848-1929), o homem que construiu o império da United Fruit Company e reuniu mais de 15 mil objetos recoletados em toda a região centro-americana. Todo este saque cultural exige, urgentemente, que se faça um inventário para se apurar um levantamento exato daquilo que foi surrupiado de nosso continente. Chegou-se a criar a profissão ilegal do *huaquero*, geralmente um nativo que se apropria de um bem cultural, repassando-o ao traficante por um preço irrisório, que o revende ao colecionador por uma soma exorbitante.

Estratégia semelhante adotou Washington quando

invadiu o Iraque, queimando milhares de livros da Biblioteca Nacional de Bagdad e de outras do interior do país, roubando cerca de treze mil obras de arte do Museu Nacional Arqueológico da capital daquele país, e pilhando sete mil sítios arqueológicos, dos quais levaram cerca de 150 mil peças de arte antiga. Não bastasse todo este monstruoso memoricídio, universidades, academias, clubes e escolas converteram-se em ruínas, deixando milhares de estudantes sem seus locais de estudos e pesquisas.

As ditaduras civis ou de segurança nacional que marcaram grande parte do século XX em toda a América Latina também exerceram um papel fundamental na dominação cultural e na destruição de arquivos e documentos relacionados com a repressão, buscando duas estratégias: a) evitar o julgamento por conta dos crimes de violação aos direitos humanos; e b) negar o direito das vítimas às indenizações. As ditaduras não reprimiram a cultura apenas para submeter um setor e subordiná-lo aos seus interesses, mas tratou-se de uma depuração sistemática e organizada, com a finalidade de modificar a memória histórica. Na Argentina, o almirante Emílio Massera, integrante da primeira junta militar que deu o golpe de Estado em 1976, afirmou que naquele país se tratava de “uma guerra das culturas e das contraculturas” (BÁEZ, p. 167).

Diante deste quadro de destruição massiva dos bens culturais da América Latina, sejam eles tangíveis ou não tangíveis, este livro faz um chamamento a lutar contra o genocídio, o etnocídio e o memoricídio. **US**

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE está aberta à colaboração de docentes e profissionais interessados(as) na área e que desejam compartilhar seus estudos e pesquisas com os(as) demais.

Objetivos

Constituir-se em fórum de debates de questões que dizem respeito à educação superior brasileira, tais como: estrutura da universidade, sistemas de ensino, relação entre universidade e sociedade, política universitária, política educacional, condições de trabalho etc.;

Oferecer espaço para apresentação de propostas e sua implementação, visando à instituição plena da educação pública e gratuita como direito do cidadão e condição básica para a realização de uma sociedade humana e democrática;

Divulgar trabalhos, pesquisas e comunicações de caráter acadêmico que abordem ou reflitam questões de ensino, cultura, artes, ciência e tecnologia; Divulgar as lutas, os esforços de organização e realizações do ANDES-SN;

Permitir a troca de experiências, o espaço de reflexão e a discussão crítica, favorecendo a integração dos docentes;

Oferecer espaço para a apresentação de experiências de organização sindical de outros países, especialmente da América Latina, visando à integração e à conjugação de esforços em prol de uma educação libertadora.

Instruções gerais para o envio de textos

Os artigos e resenhas deverão ser escritos de acordo com as normas do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, conforme o Decreto 6.583, de 29 de setembro de 2008.

Os artigos e resenhas enviados à Universidade e Sociedade serão submetidos à Editoria Executiva e a conselheiros *ad hoc*. Universidade e Sociedade reserva-se o direito de proceder a modificações de forma e sugerir mudanças para adequar os artigos e resenhas às dimensões da revista e ao seu padrão editorial.

1 - Os textos devem ser inéditos, observadas as seguintes condições:

1.1 - Os artigos devem ter uma extensão máxima de 15 páginas (cerca de 40 mil caracteres), digitados

em Word, fonte Times New Roman, tamanho 12, em espaço 1,5, sem campos de cabeçalhos ou rodapés, com margens fixadas em 1,5 cm em todos os lados; as resenhas devem conter no máximo 2 páginas, contendo um breve título e a referência completa da obra resenhada – título, autor(es), edição, local, editora, ano da publicação e número de páginas;

1.2 - O título deve ser curto, seguido do nome, titulação principal do(a) autor(a), bem como da instituição a que está vinculado(a) e de seu e-mail para contato;

1.3 - Após o título e a identificação do(a) autor(a), deve ser apresentado um resumo de, aproximadamente, 10 linhas (máximo 1.000 caracteres), indicando os aspectos mais significativos contidos no texto, bem como o destaque de palavras-chave;

1.4 - As referências bibliográficas e digitais devem ser apresentadas, segundo as normas da ABNT (NBR 6023 de ago. de 2002), no fim do texto. Deverão constar apenas as obras, sítios e demais fontes mencionadas no texto. As citações, em língua portuguesa, também devem seguir as normas da ABNT (NBR 10520 de ago. de 2002);

1.5 - As notas, se houver, devem ser apresentadas, no final do texto, numeradas em algarismos arábicos. Evitar notas extensas e numerosas;

2 - Os conceitos e afirmações contidos no texto, bem como a respectiva revisão vernacular, são de responsabilidade do(a) autor(a);

3 - O(a) autor(a) deverá apresentar seu minicurrículo (com cerca de 10 linhas), no fim do texto, e informar endereço completo, telefones e endereço eletrônico (e-mail), para contatos dos editores;

4 - O prazo final de envio dos textos antecede, em aproximadamente três meses, as datas de lançamento do respectivo número da Revista, que sempre ocorre durante o Congresso ou o CONAD, em cada ano. A Secretaria Nacional do ANDES-SN envia, por circular, as datas do período em que serão aceitas as contribuições, bem como o tema escolhido para a edição daquele número;

5 - Todos os arquivos de textos deverão ser encaminhados como anexos de e-mail, utilizando-se o endereço eletrônico: andesregsp@uol.com.br;

6 - Os artigos que tenham sido enviados em pen drive (acompanhados ou não da respectiva cópia impressa) e que não forem aceitos para a publicação não serão devolvidos;

7 - Artigos publicados dão direito ao recebimento de cinco exemplares e as resenhas, a dois exemplares.

Um salto para o encantamento

Em alguma entrelinha de um ou outro poema, a poeta Ana Cristina Cesar deve ter deixado a explicação de sua morte prematura. Lê-los, portanto, é investigar a própria consciência de algo que deu sentido aos seus 31 anos, antes de procurar, no flutuar no espaço, a resposta para suas angústias. Suas razões estão lá, em algum alfarrábio ou merecida reedição, intimistas, pesadas, densas e declaradamente belas. Tão próximas que, depois de 30 anos do seu encantamento, Ana Cristina continua entre nós, vigorosa e poética.

Tenho uma folha branca

e limpa à minha espera:

mudo convite

tenho uma cama branca

e limpa à minha espera:

mudo convite

tenho uma vida branca

e limpa à minha espera.

O Homem Público N. 1

Tarde aprendi
bom mesmo
é dar a alma como lavada.
Não há razão
para conservar
este fiapo de noite velha.
Que significa isso?
Há uma fita
que vai sendo cortada
deixando uma sombra
no papel.
Discursos detonam.
Não sou eu que estou ali
de roupa escura
sorrindo ou fingindo
ouvir.
No entanto
também escrevi coisas assim,
para pessoas que nem sei mais
quem são,
de uma doçura
venenosa
de tão funda.

Um salto para o encantamento Ana Cristina Cesar



houve um poema
que guiava a própria ambulância
e dizia: não lembro
de nenhum céu que me console,
nenhum,
e saía,
sirenes baixas,
recolhendo os restos das conversas,
das senhoras,
"para que nada se perca
ou se esqueça",
proverbial,
mesmo se ferido,
houve um poema
ambulante,
cruz vermelha
sonâmbula
que escapou-se
e foi-se
inesquecível,
irremediável,
ralo abaixo.

Travelling

Tarde da noite recoloco a casa toda em seu lugar.
Guardo os papéis todos que sobraram.
Confirmo para mim a solidez dos cadeados.
Nunca mais te disse uma palavra.
Do alto da serra de Petrópolis,
com um chapéu de ponta e um regador,
Elizabeth reconfirmava, “Perder
é mais fácil que se pensa”.
Rasgo os papéis todos que sobraram.
“Os seus olhos pecam, mas seu corpo
não”,
dizia o tradutor preciso, simultâneo,
e suas mãos é que tremiam. “É perigoso”,
ria Carolina perita no papel Kodak.
A câmera em rasante viajava.
A voz em off nas montanhas, inextinguível
fogo domado da paixão, a voz
do espelho dos meus olhos,
negando-se a todas as viagens,
e a voz rascante da velocidade,
de todas três bebi um pouco.

Como Rasurar a Paisagem

a fotografia
é um tempo morto
fictício retorno à simetria

secreto desejo do poema
censura impossível
do poeta





Vozes das ruas



Todo o Brasil, de norte a sul, de leste a oeste, viu e sentiu, a partir de junho de 2013, a mais forte e inesperada mobilização popular que as ruas do país já vivenciaram. Todas as capitais e o interior do Brasil, sem qualquer exceção, testemunharam a estrepitosa e autêntica presença popular pelas ruas das cidades, que tornaram-se palco de protestos, reivindicações e demandas, onde se buscava mudanças na política e na vida cotidiana. Foi um percurso cheio de sobressaltos e de ideais, que desembocaram numa luta inesquecível. Foi um grito de BASTA que ecoou pelas ruas do Brasil, gravado para sempre nos corações e mentes dos brasileiros.

Foto: Breno Mendes



.....
 As reivindicações tomavam as mais
 variadas formas; faixas, cartazes,
 máscaras e palavras de ordem deram
 o tom das manifestações.

..... As mobilizações entravam pela
 noite e a iluminação das avenidas
 clareava a multidão.



As mensagens das faixas eram fortalecidas pelo coro da multidão que ecoou por todo o país.

Os professores aproveitaram sua data especial para mostrar a cara e a coragem nas ruas.





**FORA MAFIA DA FETRANSPO!
PELA ABERTURA DAS PLANILHAS!**
Forum de Luta Contra o Aumento das Passagens

**REFORMA POLÍTICA JÁ
FIM DO FINANCIAMENTO PRIVADO DE URSANHA!**
UJS & CTR

**REDE GLOBO!
DA MÍDIA DEMOCRÁTICA JÁ!**
Fim de ... as Contra o Aumento das Passagens

ES MINHA VOZ
QUERO SER
OUVIDA PARA O
MEU ENTISTIA

**EM REPUDIÓ AVIOLENCIA
DAPONICIA D STAB**

Foto: Fritz Nunes



As mobilizações serviram para mostrar ao Brasil a força espontânea de seu povo.

As avenidas ficaram pequenas para as ondas de indignação que fizeram o país acordar para a necessidade de mudanças.



Foto: Samuel Tosta

Onde houvesse espaço
livre, lá estava
a população
mostrando sua cara
e sua luta.



Uma visão emocionante,
que sintetiza o que o Brasil
viveu a partir de junho de 2013.

MANIFESTAÇÃO NORMAL



MANIFESTAÇÃO ANORMAL



MANIFESTAÇÃO GERAL!



Bira Dantas

EXECUTIVA NACIONAL

PRESIDENTE
Marinalva Silva Oliveira (SINDUFAP SSIND)

1º VICE-PRESIDENTE
Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL SSIND)

2º VICE-PRESIDENTE
Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA SSIND)

3º VICE-PRESIDENTE
Paulo Jorge Moraes Figueiredo (ADUNIMEP SSIND)

SECRETÁRIO GERAL
Márcio Antônio de Oliveira (APES JF SSIND)

1ª SECRETÁRIA
Marina Barbosa Pinto (APES JF SSIND)

2º SECRETÁRIO
Paulo Marcos Borges Rizzo (SSIND do ANDES-SN na UFSC)

3º SECRETÁRIO
Rondon Martin Souza de Castro (SEDUFMS SSIND)

1º TESOUREIRO
Fausto Camargo Junior (SINDCEFET-MG SSIND)

2º TESOUREIRO
Almir Serra Martins Menezes Filho (ADURN SSIND)

3º TESOUREIRO
João Francisco Ricardo Kastner Negrão (APUFPR SSIND)

REGIONAL NORTE I

1º VICE-PRESIDENTE
Amecy Gonçalves Bentes de Souza (ADUA SSIND)

2º VICE-PRESIDENTE
Carlossandro Carvalho de Albuquerque (SINDUEA)

1º SECRETÁRIO
Jorge Luiz Coimbra de Oliveira (ADUNIR SSIND)

2ª SECRETÁRIA
Vânia Graciele Lezan Kowalceuk (SESDEF-RR)

1º TESOUREIRO
Antônio José Vale da Costa (ADUA SSIND)

2º TESOUREIRO
Edilson Lobo do Nascimento (ADUNIR SSIND)

REGIONAL NORTE II

1º VICE-PRESIDENTE
José Queiroz Carneiro (ADUFPA SSIND)

2º VICE-PRESIDENTE
Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP SSIND)

1º SECRETÁRIO
Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA SSIND)

2ª SECRETÁRIA
Brenda Perpétua Pereira da Mota (SINDUFAP SSIND)

1º TESOUREIRO
Roberto Cezar Lobo da Costa (ADUFRA SSIND)

2º TESOUREIRO
Enilson da S. Souza (SINDUFOPA SSIND)

REGIONAL NORDESTE I

1º VICE-PRESIDENTE
Antônio Gonçalves Filho (APRUMA SSIND)

2º VICE-PRESIDENTE
Daniel de Oliveira Franco (ADUFPI SSIND)

1º SECRETÁRIO
José Alex Soares Santos (SINDUECE SSIND)

2º SECRETÁRIO
José Policarpo Costa Neto (APRUMA SSIND)

1º TESOUREIRO
Raimundo Renato Patrício (APRUMA SSIND)

2ª TESOUREIRA
Erlênia Sobral do Vale (SINDUECE SSIND)

REGIONAL NORDESTE II

1º VICE-PRESIDENTE
Josevaldo Pessoa da Cunha (ADUFCEG SSIND)

2º VICE-PRESIDENTE
Geraldo Marques Carneiro (ADUFURRN/ADUERN SSIND)

1ª SECRETÁRIA
Rejane Dias da Silva (ADUFEPE SSIND)

2º SECRETÁRIO
Ibiraci Maria Fernandes Rocha (ADURN SSIND)

1º TESOUREIRO
Ademir Gomes Ferraz (ADUFERPE SSIND)

2ª TESOUREIRA
Eliane Maria de Menezes Maciel (ADUFPB-JP SSIND)

REGIONAL NORDESTE III

1º VICE-PRESIDENTE
José Valter Alves da Silva (ADUSC SSIND)

2º VICE-PRESIDENTE
Marcos Antônio da Silva Pedroso (ADUFS SSIND)

1º SECRETÁRIO
Robério Marcelo Rodrigues Ribeiro (APUR SSIND)

2º SECRETÁRIO
Marcos Antônio Assis Lima (ADUSB SSIND)

1º TESOUREIRO
José Milton Pinheiro de Souza (ADUNEB SSIND)

2ª TESOUREIRA
Gracinete Bastos de Souza (ADUFES-BA SSIND)

REGIONAL PLANALTO

1º VICE-PRESIDENTE
Maurício Alves da Silva (SESDFUT SSIND)

2º VICE-PRESIDENTE
Claus Akira Matsushigue (ADUNB SSIND)

1º SECRETÁRIO
Fábio Henrique Duarte (SESDFUT SSIND)

2º SECRETÁRIO
Fernando César Paulino Pereira (ADCAC SSIND)

1º TESOUREIRO
Fernando Lacerda Junior (ADUFG SSIND)

2º TESOUREIRO
Edney Rocha Freitas (ADCAJ SSIND)

REGIONAL PANTANAL

1º VICE-PRESIDENTE
Dorival Gonçalves Junior (ADUFMAT SSIND)
2º VICE-PRESIDENTE
Marina Evaristo Wenceslau (ADUEMS SSIND)
1º SECRETÁRIO
Eduardo Soares Gonçalves (ADUNEMAT SSIND)
2º SECRETÁRIA
Gicelma da Fonseca Chacorosqui Torchi
(ADUFDOURADOS SSIND)
1ª TESOUREIRA
Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT SSIND)
2º TESOUREIRO
Mário Luiz Alves (ADUFDOURADOS SSIND)

REGIONAL LESTE

1º VICE-PRESIDENTE
Rubens Luiz Rodrigues (APES JF SSIND)
2º VICE-PRESIDENTE
Antônio Libério de Borba (SINDCEFET-MG SSIND)
1ª SECRETÁRIA
Márcia Cristina Fontes Almeida (ASPUV SSIND)
2ª SECRETÁRIA
Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES SSIND)
1º TESOUREIRO
Joaquim Batista de Toledo (ADUFOP SSIND)
2º TESOUREIRO
Antônio Maria Pereira de Resende (ADUFLA SSIND)

REGIONAL RIO DE JANEIRO

1º VICE-PRESIDENTE
Walcyr de Oliveira Barros (ADUFRJ SSIND)
2º VICE-PRESIDENTE
Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa (ADUFF SSIND)
1ª SECRETÁRIA
Sônia Lúcio Rodrigues de Lima (ADUFF SSIND)
2º SECRETÁRIO
João Pedro Dias Vieira (ASDUERJ)
1ª TESOUREIRA
Maria Luiza Testa Tambellini (ASDUERJ)
2ª TESOUREIRA
Enedina Soares (ADUNIRIO SSIND)

REGIONAL SÃO PAULO

1ª VICE-PRESIDENTE
Ana Maria Ramos Estevão (ADUNIFESP SSIND)
2º VICE-PRESIDENTE
Osvaldo L. Angel Coggiola (ADUSP SSIND)
1ª SECRETÁRIA
Betania Libanio Dantas de Araujo (ADUNIFESP SSIND)
2º SECRETÁRIO
Ivonésio Leite de Souza (ADUNIMEP SSIND)
1ª TESOUREIRA
Lighia Brigitta Horodynski Matsushigue (ADUSP SSIND)
2º TESOUREIRO
Rubens Barbosa de Camargo (ADUSP SSIND)

REGIONAL SUL

1ª VICE-PRESIDENTE
Maria Suely Soares (APUFPR SSIND)
2ª VICE-PRESIDENTE
Cintia Xavier (SINDUEPEG SSIND)
1ª SECRETÁRIA
Maria Luiza Domingues (SINDUFT-PR SSIND)
2º SECRETÁRIO
Henrique Radomanski (SESDUEM SSIND)
1º TESOUREIRO
Marcos Antônio Baldessar (SINDUFT-PR SSIND)
2º TESOUREIRO
Alberto Elvino Franke (SSIND do ANDES-SN na UFSC)

REGIONAL RIO GRANDE DO SUL

1º VICE-PRESIDENTE
Carlos Alberto Pires (SEDUFMS SSIND)
2º VICE-PRESIDENTE
Daniel Luiz Nedel (SESUNIPAMPA SSIND)
1º SECRETÁRIO
Henrique Andrade Furtado de Mendonça
(ADUFPEL SSIND)
2º SECRETÁRIO
Carlos Schmidt (SSIND do ANDES-SN na UFRGS)
1º TESOUREIRO
Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS SSIND)
2º TESOUREIRO
Ubiratã Soares Jacobi (APROFURG SSIND)

SEDE NACIONAL

Setor Comercial Sul (SCS), quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, bloco C, 70302-914, Brasília – DF
Telefone: (61) 3962-8400 e Fax: (61) 3224-9716
E-mails: Secretaria – secretaria@andes.org.br | Tesouraria – tesouraria@andes.org.br | Imprensa – imprensa@andes.org.br

ESCRITÓRIOS REGIONAIS

ANDES-SN/ESCRITÓRIO REGIONAL NORTE I
Rua 7, casa 79, conj., 31 de Março, Bairro Japiim I, Manaus – AM, 69077-080
Telefone: (92) 3237-5189
E-mail: andesnorte1@bol.com.br

ANDES-SN/ESCRITÓRIO REGIONAL NORTE II
Av. Augusto Correia nº 1 – Guamá, Campus Universitário da UFPA – Setor de Recreações – Altos,
Caixa Postal 8.603, Belém – PA, 66075-110
Telefone: (91) 3259-8631
E-mail: andesnorte2@andes.org.br

ANDES-SN/ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE I
Rua Tereza Cristina nº 2 266, salas 105 e 106, Benfica, Fortaleza – CE, 60015-141
Telefone: (85) 3283-8751
E-mail: andesne1@gmail.com

ANDES-SN/ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE II
Rua Dr. José Luiz da Silveira Barros, 125, ap. 02, Espinheiro, Recife – PE, 52020-160
Telefone: (81) 3037-6637
E-mail: andesne2@hotmail.com

ANDES-SN/ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE III
Av. Presidente Vargas, 60, sala 101, Barra Center, Salvador – BA, 40140-130
Telefone: (71) 3264-2955
E-mail: andesne3@terra.com.br

ANDES-SN/ESCRITÓRIO REGIONAL LESTE
Av. Afonso Pena, 867, salas 1.012 a 1.014, Belo Horizonte – MG, 30130-002
Telefone: (31) 3224-8446
E-mail: regleste.bh@terra.com.br

ANDES-SN/ESCRITÓRIO REGIONAL PLANALTO
Alameda Botafogo, 68, qd. A, lt. 05, casa 03, Centro, Goiânia – GO, 74030-020
Telefone: (62) 3213-3880
E-mail: andesrp@gmail.com

ANDES-SN/ESCRITÓRIO REGIONAL PANTANAL
Av. Alziro Zarur, 338, sala 03, Cuiabá – MT, 78068-365
Telefone: (65) 3627-7304
E-mail: andesvpr@uol.com.br

ANDES-SN/ESCRITÓRIO REGIONAL SÃO PAULO
Rua Amália de Noronha, 308, Pinheiros, São Paulo – SP, 05410-010
Telefone: (11) 3061-3442 – Telefone/Fax: (11) 3061-0940
E-mail: andesregsp@uol.com.br

ANDES-SN/ESCRITÓRIO REGIONAL RIO DE JANEIRO
Av. Rio Branco, 277, sala 1.306, Centro, Rio de Janeiro – RJ, 20047-900
Telefone: (21) 2510-4242
E-mail: andesrj@msm.com.br

ANDES-SN/ESCRITÓRIO REGIONAL SUL
Rua Emiliano Perneta, 424, conj. 31, Edifício Top Center Executive, Centro, Curitiba – PR, 80420-080
Telefone: (41) 3324-6164
E-mail: andes_regsul@yahoo.com.br

ANDES-SN/ESCRITÓRIO REGIONAL RIO GRANDE DO SUL
Av. Protásio Alves, 2.657, sala 303, Bairro Petrópolis, Porto Alegre – RS, 90410-002
Telefone: (51) 3061-5111
E-mail: andesrs@andes.org.br